

Prestação de Contas

Superintendência Regional de Rondônia



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Agricultura e abastecimento em boa companhia.

Índice

Apresentação.....	1
1 – Identificação.....	2
2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos.....	4
2.1 – Responsabilidades institucionais - Papel da Conab na execução das políticas públicas.....	4
2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	6
2.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	9
2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	10
2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	12
2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	16
2.2 – Estratégia de Atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	19
a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos.....	19
b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.....	20
c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.....	21
d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte.....	21
e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.....	22
2.3 - Programas.....	23
2.3.1 - Programa - (0352) - Abastecimento Agroalimentar.....	23
2.3.2 - Programa (0360) - Gestão da Política Agropecuária.....	24
2.3.3 – Programa (0901) Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais....	24
2.4 – Principais Ações dos Programas.....	24
2.4.1 - Programa (0352) - Abastecimento Agroalimentar.....	24
2.4.2 - Programa (0360) - Gestão da Política Agropecuária.....	25
2.4.3 - Programa (0901) - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais....	25
2.5 – Gestão dos Programas.....	25
2.5.1 - (2130) Formação de Estoques Públicos.....	25
2.5.1.1 - Resultados.....	26
a) Preços Mínimos.....	31
b) Aquisições de Produtos Agrícolas.....	32
c) Movimentação dos Estoques Públicos.....	33
d) Posição dos Estoques Públicos.....	34
2.5.2 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	35
2.5.2.1 – Resultados:.....	36
2.5.3 - (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos.....	37

2.5.3.1 – Resultados.....	37
2.5.4 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	38
2.5.4.1 - Resultados	39
2.5.5 - (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização.....	40
2.5.5.1– Resultados.....	41
2.5.6 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador.....	41
2.5.6.1 – Resultados.....	42
2.5.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	43
2.5.7.1 – Resultados.....	44
2.5.8 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	45
2.5.8.1 – Resultados.....	46
2.5.9 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	47
2.5.9.1 – Resultados.....	48
a) - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO.....	48
b) Prêmio de Risco de Opção Privada - PROP.....	49
c) Prêmio de Escoamento do Produto - PEP.....	50
2.5.10 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	51
2.5.10.1 – Resultados.....	51
2.5.11 - (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	52
2.5.11.1– Resultados.....	53
2.5.12 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	53
2.5.12.1 – Resultados.....	54
2.5.13 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	55
2.5.13.1 – Resultados.....	55
2.5.14 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	56
2.5.14.1 - Resultados.....	57
a) Quadro de Pessoal.....	58
b) Serviço de Apoio à Educação.....	60
c) Gastos com Remuneração/Manutenção.....	60
d) Despesas Correntes e Investimentos.....	61
2.5.15 - (0110) Contribuição à Previdência Privada.....	63
2.5.15.1 – Resultados.....	63
2.5.16 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	64
2.5.16.1 - Resultados.....	65
2.5.17 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	67

2.5.17.1 – Resultados.....	68
2.5.18 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	69
2.5.18.1 – Resultados.....	70
2.6 – Outras Ações.....	71
2.6.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.....	71
a) - Programa Vendas em Balcão.....	71
b) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP.....	74
2.6.2 - Participação na Execução do Fome Zero.....	75
a) Produtos recebidos em doação.....	76
b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos.....	76
c) Apoio Institucional ao Fome Zero.....	76
d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar.....	76
2.6.3 – Serviços de Armazenagem.....	77
2.6.4 – Remoção de Produto.....	78
2.6.5 - Elaboração da Estimativa da Produção de Café.....	79
2.7 - Recursos Recebidos.....	80
2.7.1 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	80
a) Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.....	81
b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.....	85
2.7.2 - Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional-MI.....	89
2.7.3 - Distribuição de Alimentos – MDS.....	93
2.8– Desempenho Operacional.....	97
2.8.1 - Indicadores no Âmbito do PPA 2008/2011.....	98
2.8.1.1 – Indicadores Vinculados às Ações Orçamentárias.....	98
2.9 - Evolução de gastos gerais.....	104
3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	105
4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	105
4.1 Restos a Pagar Processados	105
4.2 Restos a Pagar Não Processados.....	106
5 – Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercícios.....	106
6 – Previdência Complementar Patrocinada.....	107
7 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com recursos externos.....	123
8 – Renúncia Tributária.....	123
9 – Declaração de Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia.....	123
10 – Operações de Fundos.....	123
11 – Despesas com Cartão de Crédito.....	123
12 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	126

13 – Determinações e Recomendações do TCU.....	127
14 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão.....	127
15 – Dispensas de Instauração de TCE e TCE Cujo Envio ao TCU foi Dispensado.....	128
16 – Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos.....	128
17 – Outras Informações Consideradas Pelos Responsáveis Como Relevantes Para a Avaliação da Conformidade e do desempenho da Gestão.....	129
18 – Conteúdos Específicos por UJ ou Grupos de Unidades Afins.....	129
Anexo A – Atas do Conselho Fiscal.....	
Anexo B - Atas Conselho de Administração.....	

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a Prestação de Contas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab ao Tribunal de Contas da União -TCU, relativo ao exercício fiscal de 2008, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27 de agosto de 2008, Decisões Normativas 93 e 94, de 03 de dezembro de 2008, e nº 96, de 04 de março de 2009, todas do TCU; Portaria CGU n.º 2238 de 19 de dezembro de 2008 e Norma de Execução CGU n.º 03 de 19 de dezembro de 2008.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da SUREG/RO-AC, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Everaldo da Silva Santos
Superintendência Regional de Rondônia
Superintendente

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

1 – Identificação

Nome completo da unidade e sigla: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Superintendência Regional da Conab nos Estados de Rondônia e Acre

CNPJ: 26.461.699/0383-15

Natureza jurídica: Empresa pública

Vinculação Ministerial: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Endereço completo da Regional: Av. Farquar N. 3305- Bairro Pedrinhas Porto Velho - RO
- CEP: 76.904-660 Telefone: (69) 3216-8400 e Fax: (69) 3216-8419

Endereço da página institucional na *internet*: www.conab.gov.br

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão, e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:

Criação:

A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. O seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, e suas atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto **6.407, de 24/03/2008**.

A Conab teve as seguintes versões do seu Estatuto Social:

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/1997
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

Competências:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

A Superintendência Regional de Rondônia – Sureg RO/AC é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05, de 30 de junho de 1999, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 76.^a Reunião Ordinária, ocorrida em 30/6/1999, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno.

Com sede em Porto Velho, e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes **competências regimentais**:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- I – Procuradoria Regional - PRORE
- II – Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - GEOSE
 - a) Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI

- b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- III – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE
 - b) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- IV – Unidades Operacionais
 - a) Unidade Armazenadora – UA

Código da UJ titular do Relatório: 22.211 – Subórgão 2239

Nome e Código no SIAFI: 135461 - 2239

Códigos das UJs abrangidas:

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2239	135229	UA-Rio Branco	AC	Executora	OFF LINE
2227	135240	Unid. Est. Estratégico/ AC	AC	Executora	OFF LINE
2228	135241	Núcleo Estoque Regulador/ AC PGPM	AC	Executora	OFF LINE
2234	135530	Mercado de Opções / AC	AC	Executora	OFF LINE
2242	135547	Unidade Conab PAA Acre	AC	Executora	OFF LINE
2239	135136	UA-Cacoal	RO	Executora	OFF LINE
2239	135219	UA-Porto Velho	RO	Executora	OFF LINE
2239	135220	UA-Vilhena	RO	Executora	OFF LINE
2239	135461	Conab Sede - Sureg RO	RO	Executora	ON LINE
2227	135227	Unid. Est. Estratégico/ RO	RO	Executora	OFF LINE
2228	135228	Núcleo Estoque Regulador PGPM/ RO	RO	Executora	OFF LINE
2242	135548	Unidade Conab PAA Rondônia	RO	Executora	OFF LINE
2234	135433	Mercado de Opções / RO	RO	Executora	OFF LINE

Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em funcionamento

Função de Governo predominante: 20 -Agricultura

Tipo de atividade: Abastecimento Agroalimentar

2 – Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 – Responsabilidades institucionais - Papel da Conab na execução das políticas públicas

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

A missão institucional da Conab é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”**

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais;

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

- Organização e apoio aos mercados varejista de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro: Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola. Este mecanismo busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto, e com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei nº. 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2008 foram adquiridas 393.064 toneladas de produtos tais como milho, sisal e trigo, com destaque para o primeiro no Estado do Mato Grosso. Para os produtores desse estado a intervenção do governo foi fundamental, com apoio importante, pois no início da colheita da safrinha o produto chegou a ser cotado R\$11,06 nas praças mais distantes dos centros de consumo enquanto que o preço mínimo estava fixado em R\$11,00.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu

produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2008, os Contratos lançados nos leilões realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, resultaram na aquisição de 821.074 toneladas de milho no Mato Grosso.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2008, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 899.688 toneladas de milho e trigo e 26.666.633 litros de vinho.

- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2008 foram negociadas 342.455 toneladas de milho em grãos, armazenados no Estado do Mato Grosso, promovendo o escoamento para todos os estados da Região Nordeste e também para o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora. O milho escoado atendeu, na região de destino, o seguinte ramo de atividade: criação de aves, suínos e bovinos; abate de suínos, aves e outros pequenos animais; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; fabricação de insumos para rações e forragens balanceadas para animais.

- **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** é uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP, no entanto, quem lança os contratos é o setor privado.

É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

No exercício de 2008, a intervenção ocorreu apenas para o milho produzido no Estado do Mato Grosso, sendo ofertados 46.808 contratos de 27 toneladas cada e negociados 24.808, o que corresponde a 650.322 toneladas, nos seguintes estados: AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE, ES, MG e MT.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Do total de produtos ofertados em 2008 (1.024.032 de toneladas de algodão), 99,96% foi negociado. Esse resultado revela a importância desse instrumento, uma vez que sinalizou aos produtores garantia de preço, tendo em vista que a cotação do produto estava bem abaixo do preço fixado pelo governo.

- **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2008, resultaram em 954.500 toneladas negociadas, com destaque para o arroz, que correspondeu a 93,29% do total ofertado.

- **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2008, o total de vendas em balcão correspondeu a 75.721 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,77%), já que as vendas de castanha de caju (RN e PI) foram pouco significativas (174 toneladas). Mediante esse Programa foram atendidos cerca de 29.547 beneficiários, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas no Estado de Santa Catarina (20.807 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua

operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O Programa é interministerial, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os acordos mantidos com o MDS e com o MDA, em 2008, foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do Agricultor familiar.

Mediante o instrumento de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, as operações movimentaram 50.526 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 14.715 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 143 municípios, em 23 estados do território nacional.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra Especial da Agricultura familiar- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea, atingiu nesse ano o quantitativo de 114.106 toneladas, contemplando 64.109 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.761 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 10.466.480 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e em São Paulo.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 10 estados da federação (AL, CE, MG, PB, PE, PI, PR, RN, RS e SP), ocorreu a aquisição de 13.873 toneladas de diversos produtos, atendendo 13.334 agricultores familiares, localizados em 154 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 9.557 agricultores, distribuídos em 24 municípios do Estado.

Em 2008 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$288.452.114,61 e beneficiando 92.071 agricultores familiares.

Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2008, viabilizar a distribuição de 39.552 toneladas de produtos, equivalentes a 1.735.573 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, comunidades de terreiro, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas, geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, são depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres de qualquer tipo.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes. Em relação ao ano de 2007, o resultado operacional dessas doações apresentou redução de 48% (passou R\$3,69 milhões para R\$1,92 milhão), destacando-se a distribuição de produtos às famílias do Estado de Santa Catarina, com valor de R\$1.921.740,98, evidenciando um maior engajamento por parte da sociedade/governo no processo que permeia as ações pontuais do Fome Zero.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 1.602,1 toneladas de produtos alimentícios aos seguintes países: Bolívia (5,5 t), Cuba (528,6 t), Haiti (527,5 t), Jamaica (500,0 t), Moçambique (6,0 T), Paraguai (28 t) e Zâmbia (6,5 t).

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R\$50 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede, que foi desencadeada no Nordeste como projeto-piloto, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Em 2008 foram organizadas 305 unidades de varejo nessa região.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra.

Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2008, destacam-se: a) o envolvimento do Brasil no Projeto DevCoCast que objetiva a divulgação de dados sobre o meio ambiente a partir de várias fontes da África, América Central e do Sul e na Europa; b) as tratativas para assinatura de acordo internacional com o JRC – Joint Research Center, visando o intercâmbio de pessoas e de informações de monitoramento da agricultura no

Brasil/América do Sul; c) criação de um banco de dados sobre usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar; e d) geração de boletins mensais de monitoramento agrometeorológicos.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de-açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2008, realizando as viagens programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não ocorreram viagens os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas puderam estimar em 144.113,7 mil toneladas a produção de grãos da safra 2007/08, superior à safra anterior em 9,4% (12.363,1 mil toneladas). De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2008/09, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 47.493,3 mil hectares, superior à da safra anterior (2007/08) em 0,2% (47.421,1 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 137.033,8 mil toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café e da cana-de-açúcar, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café, no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A safra nacional de café fechou com uma produção de 45.992 mil sacas beneficiadas, apresentando um aumento de 27,51% em relação ao anterior (36.070 mil sacas). Já a produção nacional da safra 2008/09 deverá atingir entre 36.897 e 38.798 mil sacas de 60kg de café beneficiado, com redução entre 19,78% e 15,64%, em razão do ciclo de baixa biennialidade, às chuvas irregulares, às altas temperaturas e ao menor investimento e menores tratos culturais em função dos altos custos de produção.

Com relação à cana-de-açúcar, a área atualmente ocupada é de aproximadamente 8.491.228 hectares, 13% superior à safra anterior, estando 82% concentrada na região Centro-Sul e 17% correspondendo à região Norte-Nordeste. E a produção brasileira da safra 2007/08 está estimada em 571.3706 mil toneladas, 13,9% superior à safra passada (501.536,2 mil toneladas). Desta produção, 246.037,1 mil toneladas são destinadas a fabricação de açúcar e 325.333,5 mil toneladas para produção de álcool.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2008, foram os mapas sobre produção agrícola, rede viária, localização de armazéns e portos para desenvolvimento do estudo sobre os corredores de escoamento da produção, em elaboração pela Conab e para o desenvolvimento de ações, tais como: levantamento de safras, cadastro de unidades armazenadoras etc.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de

produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

Em 2008, foram realizadas ações de divulgação, dentre outras, junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar parcerias para a evolução do setor. Contudo, as atividades implementadas focaram, basicamente, o desenvolvimento do sistema de informações, visando a integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 23 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos refrigerados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2008, equivale a 496,561 toneladas, sendo 138.943 t de estoques do governo e 357.618 t de estoques de terceiros. Esse resultado representa uma redução de cerca de 21%, em relação ao exercício anterior. Apesar do decréscimo nos estoques governamentais (65,30%), houve incremento no quantitativo de estoques de terceiros (55,64%), inclusive na receita, equivalente a 41,15%, refletindo a receptividade aos serviços prestados pela rede da Conab ao setor armazenador.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras, e contribuindo com a capacitação do setor.

Nesse sentido, a Companhia tem se empenhado no treinamento e na qualificação da mão-de-obra que atua nesse ramo, objetivando a redução das perdas e a melhoria da qualidade dos produtos armazenados. Essa ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas e seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com a recepção, o tratamento fitossanitário, a guarda, a conservação e a expedição de produtos agrícolas e, ainda, com a operação e a manutenção de máquinas e equipamentos. O objetivo é a disseminação de tais conhecimentos, na medida em que as pessoas treinadas possam atuar como multiplicadores voluntários, naquelas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

Em 2008, o convênio mantido com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe foi rescindido, tendo sido capacitados somente 285 pessoas, mediante a implementação de 14 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centreinar. Objetivando a continuidade dos treinamentos a Companhia tem-se empenhado na celebração de novo convênio com instituição de pesquisa e ensino na área de armazenagem.

A natureza dos cursos, tais como, armazenamento, classificação, análise, secagem, aeração e termometria, referentes aos grãos, inclusive noções sobre o gerenciamento de unidades armazenadoras, entre outros temas relacionados, tem elevado o grau de conhecimento dos participantes contribuindo, certamente, para a geração de empregos e a redução da rotatividade da mão-de-obra do setor.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2008 foram realizadas operações em oito dos quatro estados para os quais foram programadas. Ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização utilizados durante o ano, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop. Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 6.276 armazéns, ultrapassando em 50,50% a meta estabelecida.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as mínimas condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais são denominados armazéns credenciados.

Ao final do exercício estavam cadastrados 16.623 armazéns, com capacidade estática para 128.516.969 milhões de toneladas, sendo 26.319.588 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 102.197.381 toneladas para granel. No entanto, apenas 955 destes armazéns, correspondendo a 13.303.810 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 196.064 toneladas de milho em grãos, vinculados aos Contratos de Opção de Venda e AGFs. Do total contratado, aproximadamente 90,44% foi motivado pela necessidade de reposicionamento dos estoques para atendimento ao Programa Vendas em Balcão e 9,56 (17.998 toneladas) em decorrência de desvio de parte dos estoques.

Além dessas foram removidas também 601 t de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 6.353 t dos estoques do MDA, 24.507 t de produtos do MDS e 4.000 cabeças de bovinos.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais nove especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 2.875 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2008 contemplou, cumulativamente, 9.734.630 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,81% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e a 84,59% da meta operacional estabelecida para o exercício (11.507.810 toneladas).

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 1.929 toneladas de arroz e milho. Foram identificadas, ainda, perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 34.336 toneladas de arroz, feijão e milho.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 1924 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2007, correspondeu a 2,3 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação da unidade na execução das políticas públicas

Considerando a missão institucional da Conab que é: **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”** e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Em continuidade ao processo de consolidação e expansão da produção agrícola a Conab anunciou, durante o exercício, a maior safra brasileira de grãos (safra 2007/08), da ordem de 144,1 milhões de toneladas, 9,4% superior à anterior (2006/07).

A instabilidade do câmbio e a flutuação dos preços recebidos pelos produtores rurais, são fatores que reduzem o fluxo de renda e desvalorizam o patrimônio dos agricultores, levando-os ao empobrecimento e acarretando o êxodo rural, constituindo dois sérios problemas para a agricultura brasileira. Objetivando sua solução, ou a redução de seus efeitos, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investido em infra-estrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2008, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 4,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Felizmente, os preços recebidos pelos produtores, à exceção do algodão e do sisal, permaneceram durante quase todo o ano em patamares elevados. Como

consequência, as intervenções, via aquisições do Governo Federal, foram demandadas apenas no último trimestre, especificamente para o milho e trigo na Região Sul e no Estado do Mato Grosso. As aquisições somaram 1,2 milhão de toneladas, atingindo apenas 24,7% da meta estabelecida para o exercício.

Isso não significa dizer que a reduzida intervenção no mercado caracteriza má gestão ou planejamento deficiente. Pelo contrário, o Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários. Na realidade, é até desejável que a intervenção não aconteça, pois nesse caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pela sua produção, sem uso dos recursos públicos.

Como exemplo, podemos verificar que no exercício de 2005 os preços recebidos pelos produtores atingiram baixas cotações. A Conab, então, adquiriu 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.114 t de milho. Em 2006, pelo mesmo motivo, foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados destacaram-se, em 2008, o PEPRO, o PROP e o PEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela variação cambial e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Em 2006, por meio do PEP, do VEP e do PEPRO foi incentivado o escoamento de 17.129.657 toneladas de diversos produtos; em 2007, 11.266.274 toneladas, e em 2008, 1.923.314 toneladas.

Além desses instrumentos, o Governo, sempre que possível, tenta atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores; para tanto, no seu âmbito de ação, a Conab tem se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda. Em 2006 foram negociados por meio do PROP 2.189.491 toneladas de milho, soja, arroz e raiz de mandioca; em 2007, 1.601.937 toneladas de soja; e em 2008, 477.711 toneladas de milho.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de convênios e termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Em 2008 foram atendidos 92.071 produtores familiares, com a aquisição de 178.546 toneladas de diversos produtos alimentícios utilizados na formação de estoques, na doação a famílias ou grupos em estado de carência alimentar e nutricional e a instituições sociais. Os alimentos adquiridos com doação simultânea beneficiaram cerca de 8.600 mil pessoas.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos. O número de atendimentos tem gerado grande quantidade de notas fiscais, dificuldades no controle das operações e na consolidação dos resultados e, conseqüentemente, na prestação de contas.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros. Em 2006 foram atendidas com recursos do MDS 505.375 famílias. A partir de 2006, a Conab firmou parceria com o MI possibilitando o aumento do número de atendimentos, tendo beneficiado em 2008 648.350 famílias.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com

taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. A Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2008 a rede contava com aproximadamente 1.400 unidades varejistas cadastradas, algumas já agrupadas em 4 Centrais de Negócios já constituídas, nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba, estando em processo de formação, nos Estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc

2.3 - Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 18 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual -PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades custeadas com recursos orçamentários/financeiros, relatadas no item 2.7.

2.3.1 - Programa - (0352) - Abastecimento Agroalimentar

➤ **Tipo de Programa:** Finalístico

➤ **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

➤ **Gerente do Programa:** Wagner Gonçalves Rossi

➤ **Gerente Executivo:** Norival Onofre Kwiatkowski.

➤ **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização: Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

g) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

i) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

➤ Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

➤ **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

2.3.2 - Programa (0360) - Gestão da Política Agropecuária

➤ **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas

➤ **Objetivo Geral:** Coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

➤ **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães

➤ **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos

➤ **Público-Alvo:** Governo

➤ **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.3 – Programa (0901) Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

➤ **Tipo de Programa:** Operações Especiais

➤ **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.

➤ **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.4 – Principais Ações dos Programas

2.4.1 - Programa (0352) - Abastecimento Agroalimentar

➤ (2130) Formação de Estoques Públicos

➤ (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.

- (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos
- (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.
- (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização
- (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
- (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
- (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- (2272) Gestão e Administração do Programa; e
- (0110) Contribuição à Previdência Privada
- (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
- (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

2.4.2 - Programa (0360) - Gestão da Política Agropecuária

- (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras; e
- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

2.4.3 - Programa (0901) - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

2.5 – Gestão dos Programas

2.5.1 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- Tipo:** Atividade
- Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias

decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA/Conab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:**
Diges/Suarm/Suoep/Sufis; Diafi/Sucon/Sufin e Digem/Sugof
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Responsável Regional da Ação:** Francisco Oliveira de Souza
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI**
- Executar as operações de aquisição de pequenos produtores;
- Acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;
- Proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da matriz;
- Acompanhar e controlar, sob orientações da matriz, as operações de PEP, VEP, PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados.

2.5.1.1 - Resultados

(2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM			
Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	2.300.000.000,00	12.500.000,00	0,54
Execução Orçamentária	650.794.970,06	125.843,72	0,02
Índice	28,30	1,01	-
Meta Física – produto adquirido (ton)	4.925.000	20.000	0,41
Execução Física	1.214.138	0	0,00
Índice	24,65	0,00	-

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2008 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 (fonte 160) e meta física de 4.925.000 toneladas de produtos adquiridos, tendo sido executados R\$650.794.970,06 (25,07%) na manutenção/carregamento dos estoques e aquisição de 1.214.138 toneladas de diversos produtos. Além dos produtos agrícolas foram compradas, via leilão eletrônico, 936.000 unidades de sacaria para acondicionamento de milho.

Especificamente para a Sureg-RO/AC a meta física previa a aquisição de 20.000 toneladas de produtos agrícolas, com despesas estimadas no valor de R\$12.500.000,00, (0,48%) da meta nacional.

Em conformidade com o Decreto-Lei 79/66 é obrigação do Estado adquirir o produto amparado pela PGPM sempre que o preço de mercado estiver abaixo dos preços mínimos fixados pelo Governo.

A produção agropecuária, diferentemente da industrial, ao ser iniciada em um ano não tem como ser reprogramada. Assim, se um produtor decidiu plantar determinada área com certa cultura, dificilmente terá condições de mudar seus planos, sem graves prejuízos.

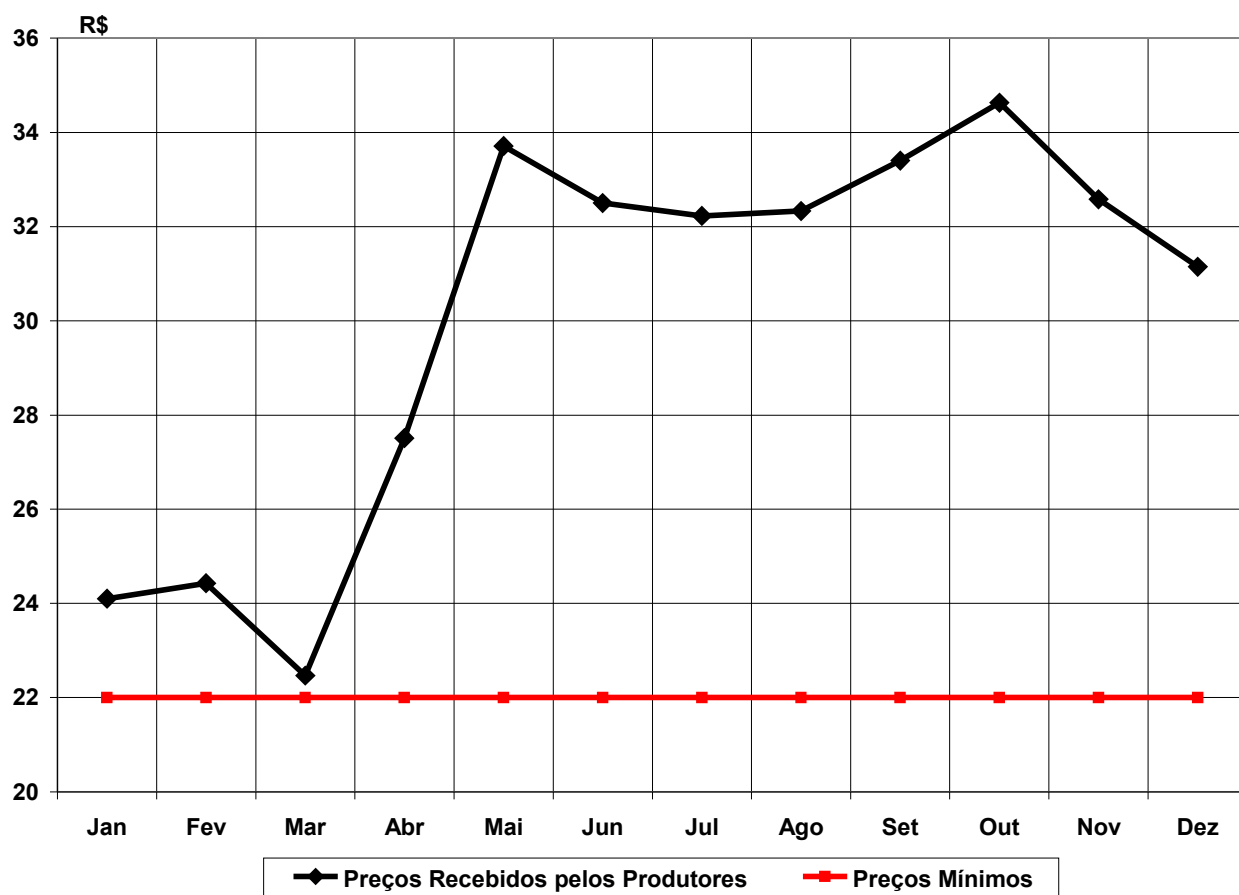
Deste modo, se o mercado mudar seu perfil, ou seja, se os preços que estavam em ascensão entrarem em decréscimo, o produtor é, de certa forma, obrigado a dar seqüência à sua atividade, a despeito dos prováveis prejuízos. Da mesma forma, se sua área tiver condições edafoclimáticas apta para determinada atividade ele pouco poderá fazer em termos de mudança para outra cultura, sendo este o exemplo mais significativo o caso do arroz na região sul do Rio Grande do Sul.

É por esse motivo que o Governo Federal precisa estar sempre preparado e em condições de acionar seus instrumentos de política agrícola apoiando o produtor rural nos momentos de crise. Isto não significa dizer que a não utilização dos instrumentos seja uma má gestão ou mal planejamento. Na verdade é até desejável que não sejam utilizados, pois nestes casos significa que os mercados estão funcionando dentro de suas regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pelo seu trabalho, sem o uso dos recursos públicos.

Em maio de 2007, ao fazer a programação financeira para o orçamento de 2008, o mercado apresentava sinais que, felizmente, não se confirmaram durante o período de realização dos desembolsos com o acionamento das políticas de apoio à comercialização. Tinha-se, naquele momento, indicações que as ações de apoio seriam em grande escala e obrigariam o Governo Federal a adquirir volumes significativos de estoques públicos, estimados em quatro milhões de toneladas. Entretanto, com a prática de preços de mercado em níveis acima das médias históricas para a maioria dos produtos causou mudança dos rumos, o volume efetivo de compras atingiu apenas 1.214.138 toneladas, ou 24,65%. Desta maneira, o resultado de uma possível intermediação comercial da Conab com o objetivo de aquisição, não poderia alcançar as metas propostas pelo lado das necessidades esperadas, como também, poderia agravar ainda mais o processo que já existia no mercado de sustentação e manutenção dos níveis das cotações e/ou gerar ainda mais resistência contrária a quedas de preços. Nesse caso é o aparecimento de mais um concorrente forte no já disputadíssimo mercado com grande capacidade comercial, podendo assim, pressionar ainda mais os preços, elevando-os para novos patamares. As modificações do mercado estão ressaltadas abaixo, para os principais produtos onde se estimava aquisições:

- **Arroz:** Os preços recebidos pelos produtores nas principais praças de comercialização permaneceram durante todo o exercício acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, não exigindo, portanto, intervenção governamental para manutenção da renda do produtor rural (Figura 1). Com o início da safra 2007/08 verificou-se ligeira redução nas cotações e o governo anunciou a intenção de aplicar recursos da ordem de R\$1 bilhão para apoio à comercialização e formação de estoques e a doação de produtos a países em dificuldade, reduzindo-se, assim, a pressão sobre os preços. Apesar do período de safra as cotações internacionais e a baixa disponibilidade interna, pois os produtores estavam comercializando o mínimo necessário para fazer frente a compromissos inadiáveis, provocaram a alta dos preços internos. Face à contínua elevação dos preços no mercado nacional, o governo passou a vender estoques públicos com o objetivo de reduzir preços em nível de consumidor. Neste sentido, a Conab elaborou pesquisa sobre a disponibilidade interna do produto, divulgando estoques suficientes para 1 mês de consumo. Embora fosse o menor estoque observado nos últimos anos, não trouxe preocupação ao mercado. Agindo na outra ponta do processo o Governo vendeu durante quase todo o período, estoques públicos, chegando a realizar leilões quinzenais. Foram negociadas durante o ano 890.479 toneladas. A partir do mês de outubro observou-se inversão da tendência de alta dos preços e o governo suspendeu a realização dos leilões.

Figura 1
Preços Recebidos pelos Produtores



MT) X Preços Mínimos - Arroz

Fonte: Conab

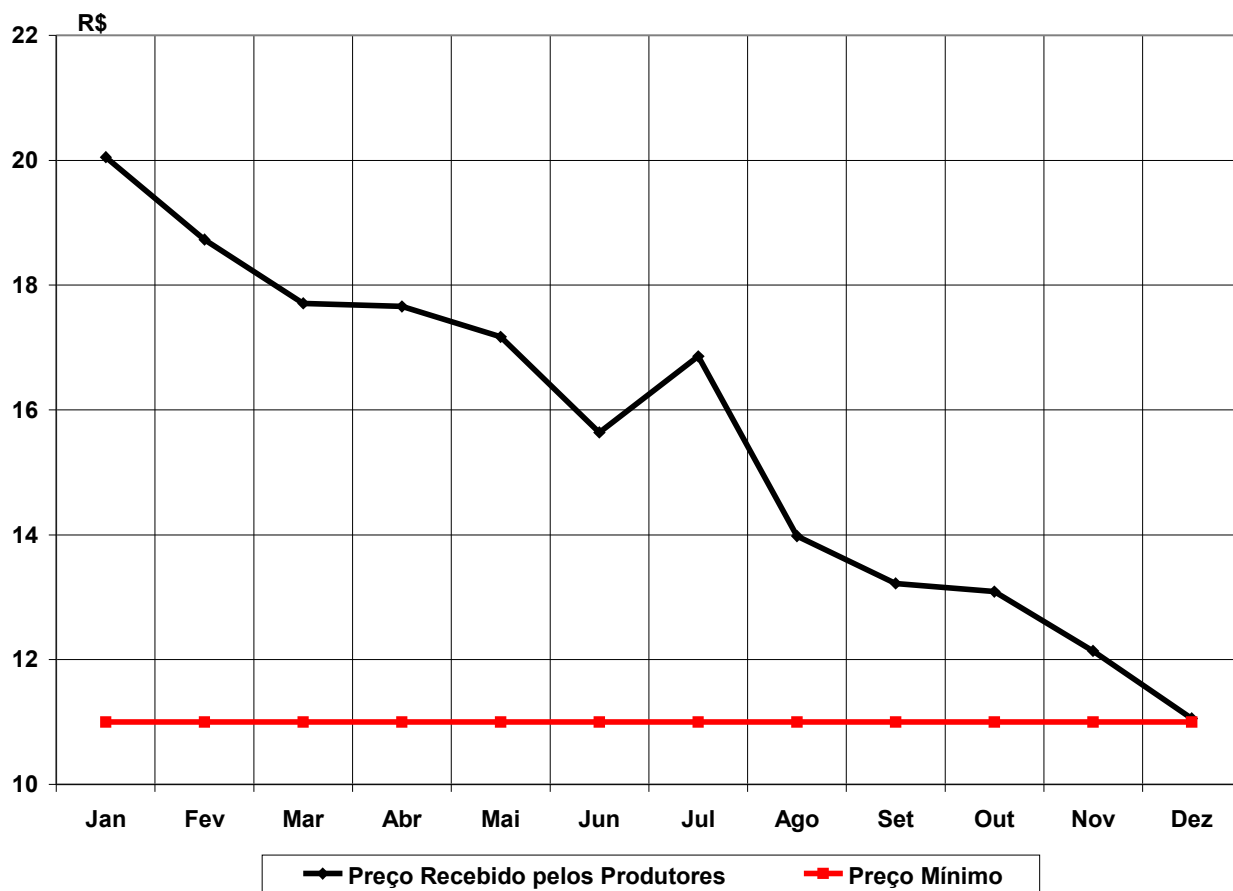
➤ **Feijão:** A trajetória de preços elevados a partir do 1.º semestre de 2007, não foi suficiente para estimular o plantio das águas da safra 2007/08, pois o mercado estava favorável ao plantio da soja e do milho. Por isso, o ano de 2008 iniciou com os preços de mercado muito acima dos preços mínimos fixados pela Governo Federal. A pouca oferta, a manutenção da demanda, a oferta de produtos com menor qualidade, a postura dos empacotadores de redução das aquisições, a preferência por produtos do tipo comercial e a baixa qualidade dos produtos importados, foram fatores que propiciaram a manutenção dos preços em patamares elevados, remunerando, com nunca os produtores. As quedas de preços registradas no decorrer do ano não foram suficientes para a redução da rentabilidade. Com o anúncio da safra 2008/09 no início do mês de outubro, quando foi estimada para a 1.ª safra uma produção entre 1,39 e 1,43 milhão de toneladas, superior em 11,5% e 15,2% a colheita anterior estimulada pelos preços praticados no mercado e pelo reajuste de 65,2% no preço mínimo oficial, e, ainda, por ser este o produto que apresentou a melhor rentabilidade em comparação com as demais culturas, os preços apresentaram significativa queda. Preocupado com esta situação e para garantir a renda dos agricultores familiares, o Governo Federal reservou, inicialmente R\$14 milhões para atender ao agricultor paranaense e R\$2 milhões para os paulistas. Sinalizou, ainda, com Contratos Públicos de Opção de Venda para evitar que, com o descontentamento do produtor, ocorresse queda no plantio da 2.ª safra. Com a pouca oferta do produto,

a boa demanda e a constatação de frustração da safra das águas, os preços que vinham em queda reagiram não sendo necessária intervenção governamental.

➤ **Milho:** No início de 2008 a situação do mercado do milho estava favorável aos produtores. A forte pressão que a colheita sempre exerceu para a redução dos preços e as expectativas de recorde na segunda safra de milho não influenciaram as cotações, pois o aumento do consumo interno, a certeza de que grande parte dos excedentes poderiam ser escoados via exportação e a queda contínua dos estoques mundiais trouxeram tranquilidade ao setor. O aumento da capacidade de armazenagem, as grandes vendas realizadas em 2007 e a alta liquidez do milho propiciaram aos produtores a possibilidade de se manterem fora do mercado aguardando melhores cotações. As indústrias, forçadas pela necessidade de compras, principalmente com vistas ao abastecimento imediato e também para reposição dos estoques intensificaram as compras garantindo, assim, a alta nas cotações. Os estoques públicos estavam praticamente zerados e com tendência de permanência de baixos estoques, pois eram remotas as possibilidades de intervenção. Na prática, os instrumentos da política agrícola são utilizados para aqueles casos quando há desequilíbrio entre a oferta e a demanda, com resultados negativos para os produtores rurais, baseando-se essencialmente no enxugamento da oferta, via formação de estoques públicos pois ainda é baixa a competitividade para esterilizar parte da produção via exportações e a realocação em períodos posteriores. Mesmo assim a Conab amparada pelo Nota Técnica Conjunta n.] 001/2008 tentou adquirir por meio de leilão eletrônico 300 mil toneladas de milho para formação de estoque estratégico, conseguiu, no entanto, apenas 148 mil toneladas para atendimento ao Programa Vendas em Balcão. As condições climáticas registradas no sul do Brasil e as inundações que aconteceram no maior estado produtor de milho dos EUA, colocaram mais forças no mercado para impulsionar as cotações e/ou gerar mais resistências contrárias a reduções, uma vez que aumentou o desequilíbrio entre a demanda e a oferta mundial. As mudanças nas condições no mercado de milho começaram a mudar a partir da divulgação das pesquisas de campo sobre a safra americana, maior que as estimativas iniciais. Aliadas a esse fato as incertezas que se espalharam nos diversos mercados em função da crise financeira internacional reduzindo as expectativas de exportação e a pressão de baixa nas cotações reduziram a comercialização abaixo do nível esperado. Os compradores estavam aparentemente abastecidos e esperando que os preços caíssem ainda mais, deixando com produtores e cooperativas o custo de carregamento dos estoques. O aumento da oferta pelo início da colheita nos Estados Unidos, a forte queda nas cotações de petróleo que diminuiu a competitividade do etanol de milho, os temores de redução no plantel tanto na avicultura quanto na suinocultura em função de possível redução nas exportações, trouxe maior pressão de baixa sobre as cotações internacionais e nacionais. Assim, os compradores do grão evitaram entrar no mercado de forma intempestiva, pressionando os preços para baixo.

Figura 2

Preços Recebidos pelos Produtores(MT) X Preços Mínimos – Milho



➤Fonte: Conab

Como pode ser visto pelas análises feitas para os principais produtos que tinham possibilidade de formar estoques, com exceção do milho e do trigo, todos os demais produtos adquiriram patamares de preços acima dos preços mínimos estabelecidos pelo Governo, praticamente eliminando a necessidade de o Governo Federal intervir nos mercados. Este fato, como já ressaltado, é muito bom pois mostra que o mercado voltou a atuar em patamares que remuneraram o produtor nacional e, o que é muito importante, sem produzir elevações de preços de forma exacerbada, que poderiam induzir a elevação da inflação.

Contribuiu também para a baixa execução a utilização de outros instrumentos como o Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP, Prêmio de Risco para Aquisição do Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO, que são subvenções à comercialização com a finalidade de garantir a renda ao produtor rural, abastecer o mercado e assegurar o equilíbrio dos preços.

Para a Sureg RO/AC a meta financeira era de R\$ 12.500.000,00 para aquisição e manutenção dos estoques públicos armazenados no âmbito da Sureg, e aquisição de 20.000 toneladas de produtos agrícolas

A execução financeira atingiu 1,01%, R\$ 125.843,72, com o pagamento serviços de terceiros; impostos; fretes e outros, conforme detalhado no quadro a seguir.

A seguir estão detalhadas as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa Ação, durante o exercício de 2008 na Conab e os reflexos na Sureg/RO-AC.

Quadro 2.01.

Demonstrativo das Metas e Execução Física e Financeira Nacional

Sureg	UF	Execução Física (t)			Execução Financeira (R\$)		
		Meta Física	Execução Física	(%)	Meta Financeira	Execução Financeira	(%)
AL	AL	-	-	-	10.000.000,00	669.946,89	6,70
AM	AM	1.000	-	0,00	10.000.000,00	1.044.650,08	10,45
	RR	-	-	-	0,00	-	-
BA	BA	35.000	7.459	21,31	75.000.000,00	8.878.966,60	11,84
	SE	-	-	-	1.000.000,00	944.818,60	94,48
CE	CE	-	-	-	25.000.000,00	8.614.741,06	34,46
ES	ES	-	-	-	10.000.000,00	3.358.872,52	33,59
GO	GO	900.000	1.000	0,11	20.000.000,00	923.797,87	4,62
	DF	-	-	-	100.000.000,00	43.830.881,36	43,83
MA	MA	-	-	-	10.000.000,00	1.516.757,90	15,17
MG	MG	58.000	-	0,00	21.500.000,00	897.367,07	4,17
MS	MS	210.000	4.693	2,23	65.000.000,00	3.158.361,70	4,86
MT	MT	1.920.000	969.554	50,50	700.000.000,00	284.194.473,48	40,60
PA	PA	1.000	-	0,00	10.000.000,00	1.038.008,92	10,38
	AP	-	-	-	0,00	0,00	-
PB	PB	-	-	-	10.000.000,00	5.077.104,31	50,77
PE	PE	-	-	-	10.000.000,00	3.626.675,90	36,27
PI	PI	-	-	-	10.000.000,00	1.198.435,64	11,98
PR	PR	200.000	123.555	61,78	200.000.000,00	63.350.654,08	31,68
RJ	RJ	-	-	-	0,00	41,73	-
RN	RN	-	-	-	40.000.000,00	9.560.228,26	23,90
RO	RO	20.000	-	0,00	10.000.000,00	45.358,63	0,45
	AC	-	-	-	2.500.000,00	80.485,09	3,22
RS	RS	1.100.000	38.656	3,51	550.000.000,00	158.561.053,01	28,83
SC	SC	350.000	9.150	2,61	0,00	9.524.689,79	-
SP	SP	120.000	60.071	50,06	100.000.000,00	40.329.325,58	40,33
TO	TO	10.000	-	0,00	10.000.000,00	369.273,99	3,69
Matriz	-	-	-	-	300.000.000,00	0,00	-
Total		4.925.000	1.214.138	24,65	2.300.000.000,00	650.794.970,06	28,30

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas para o plantio. Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2008 para as safras de verão, inverno, produtos regionais e sementes e para as operações amparadas por AGF.

Quadro 2.02
Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2007		2008	
			Início de Vigência	Valor(R\$)	Início de Vigência	Valor(R\$)
Algodão em pluma	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	15 kg	Jun/07	44,60	Jul/08	44,60
Arroz longo fino em casca	Norte e MT	60 kg	Fev/07	20,70	Jan/08	23,34
Arroz longo em casca	Norte (exceto RR e TO)	60 kg	Fev/07	10,12	-	-
	Norte (exceto RR) e MT		-	-	Jan/08	13,14
	Norte e MT		-	-	Set/08	16,12
Farinha de mandioca	Norte e Nordeste	50 kg	Fev/07	17,00	Jan/08	20,85
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	kg	Fev/07	0,44	Jan/08	0,54
Feijão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	60 kg	Jan/07	47,00	-	-
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	60 kg	Jan/07	33,10	Jan/08	38,46
Juta/malva embonecada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	0,97	Jan/08	1,01
Juta/malva prensada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	1,13	Jan/08	1,19
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 kg	Jul/07	33,56	Jul/08	38,59
Milho	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)	60 kg	Jun/07	16,00	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)		-	-	Jul/08	16,00
Sorgo	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	60 kg	jun/07	11,20	Jul/08	11,20

Fonte: Decreto n.º 5.869 de 03/08/2006, Decreto n.º 6.266 de 22/11/2007 e Decreto n.º 6.557 de 08/09/2008

Quadro 2.03
Preços Mínimos para Sementes – Safras de Verão e de Produtos Regionais

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	2007				2008		
		Início de Vigência	Grão / Carço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada	Início de Vigência	Grão / Carço	Semente Básica, Registrada e Certificada
Algodão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	1,1580	0,7914	0,8504	06/08	0,1580	0,8504
Arroz longo fino	Todo o território nacional	02/07	0,4400	0,7720	0,8324	01/08	0,4400	0,8324
Arroz longo	Todo o território nacional	02/07	0,1855	0,5120	0,5460	01/08	0,2270	0,6681
Feijão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	01/07	0,7833	1,4235	1,6621	01/08	0,8070	1,7123
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	01/07	0,5517	0,9248	1,0081	01/08	0,6410	1,0744
Juta/malva	Todo o território nacional	02/07	-	4,5052	-	01/08	-	4,6908
Milho híbrido	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	1,3212	1,3635	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	1,3635
Milho variedade	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	0,7964	0,8516	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	0,8516
Soja	Todo o território nacional	02/07	0,2333	0,4971	0,5367	01/08	0,2333	0,5367
Sorgo híbrido	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	1,0538	1,0869	06/08	0,1867	1,0869
Sorgo variedade	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	0,6277	0,6645	06/08	0,1867	0,6645

Fonte: Decreto n.º 5.559 de 05/10/2005, Decreto n.º 5.869 de 03/08/2006 e Decreto n.º 6.266 de 22/11/2007

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2008 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 4.925.000 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício 1.214.138 toneladas de diversos produtos, representando cerca de 24,65% da meta nacional. No âmbito da Sureg-RO/AC, a meta estabelecia a aquisição de 20.000 toneladas de produtos, com recursos no valor de R\$ 12.500.000,00, não tendo sido adquirido nenhuma toneladas de produtos, os recursos financeiros utilizados, R\$125.843,72,

1,01% da meta, foram utilizados com pagamentos de serviços de terceiros; impostos; fretes e outros.

Os limites financeiros impostos pelo espaço fiscal, definidos pelo Ministério da Fazenda, a utilização dos instrumentos de incentivo à comercialização (PEPRO, PEP e PROP) e a ocorrência de preços remuneradores acima dos preços mínimos fixados para o exercício contribuíram para o aquecimento da demanda reduzindo sobremaneira a necessidade de intervenção no mercado por parte do Governo, motivo pelo qual não foi necessária a intervenção governamental no Estado.

O quadro a seguir detalha as aquisições efetivadas durante o exercício.

Quadro 2.04
Demonstrativo das Aquisições

Sureg	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quantidade(t)	Valor(R\$)	Quantidade(t)	Valor(R\$)	Quantidade(t)	Valor(R\$)
BA	Sisal	7.459	7.384.849,56	-	-	7.459	7.384.849,56
GO	Milho em grãos	1.000	333.300,00	-	-	1.000	333.300,00
MS	Trigo	4.693	2.485.661,38	-	-	4.693	2.485.661,38
MT	Milho em grãos	148.480	36.073.158,31	821.074	213.452.333,86	969.554	249.525.492,17
PR	Trigo	123.555	59.306.690,00	-	-	123.555	59.306.690,00
RS	Trigo	38.656	17.585.077,00	-	-	38.656	17.585.077,00
SC	Trigo	9.150	4.392.000,00	-	-	9.150	4.392.000,00
SP	Trigo	60.071	32.566.797,94	-	-	60.071	32.566.797,94
Total - Produto		393.064	160.127.534,19	821.074	213.452.333,86	1.214.138	373.579.868,05
AM	Sacaria(1)	-	-	66.000	68.040,12	66.000	68.040,12
BA	Sacaria(1)	-	-	10.000	10.179,80	10.000	10.179,80
MA	Sacaria(1)	-	-	82.500	81.978,70	82.500	81.978,70
MG	Sacaria(1)	-	-	45.000	35.028,00	45.000	35.028,00
PA	Sacaria(1)	-	-	27.500	23.712,43	27.500	23.712,43
PB	Sacaria(1)	-	-	174.000	151.884,00	174.000	151.884,00
PE	Sacaria(1)	-	-	120.000	113.035,80	120.000	113.035,80
RN	Sacaria(1)	-	-	361.000	271.757,50	361.000	271.757,50
SE	Sacaria(1)	-	-	35.000	41.393,10	35.000	41.393,10
TO	Sacaria(1)	-	-	15.000	17.836,50	15.000	17.836,50
Total-Sacaria		0	0,00	936.000	814.845,95	936.000	814.845,95
Total Geral							374.394.714,00

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gerep e Conab/Diafi/Sucon/Gedoc

c) Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2008, foi contratada a remoção de 1.300 toneladas de milho de Vilhena para Cacoal e Porto Velho e 120 toneladas para Rio Branco, motivada pela necessidade do Programa Vendas em Balcão. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, o que possibilitou uma economia de 9,29% (R\$12.100,49) sobre os preços da planilha de fretes da Conab, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.05
Demonstrativo de Remoção de Produto

Origem	Destino	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						%
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
RO	AC	18.579,60	16.854,06	120.000	118.160	1.840	-	-	118.160	100,00
	RO	111.548,50	101.173,55	1.300.000	1.304.120	-	4.120	-	1.303.400	99,94
Total		130.128,10	118.027,61	1.420.000	1.422.280	1.840	4.120	0	1.421.560	99,95

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

As despesas contabilizadas durante o período, no valor de R\$125.843,72 referem-se, principalmente, ao pagamento de frete pela remoção de produtos destinados ao Programa Vendas em Balcão, armazenagem, braçagem, ICMS e serviços de terceiros, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.06
Demonstrativo da Execução Financeira

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	AC	RO	Total AC/RO	Conab
ANALISES LABORATORIAIS	-	1.461,26	1.461,26	1.134.882,26
ARMAZENAGEM	-	11.543,61	11.543,61	124.922.328,55
CAPATAZIA, ESTIVA, BRACAGEM E PESAGEM	5.050,00	431,60	5.481,60	1.290.625,39
COFINS	-	-	-	8.860,76
COMISSOES E CORRETAGENS	-	-	-	7.566.187,02
DESCARTE DE PRODUTOS	-	-	-	439,04
EDITAIS E PUBLICACOES	-	-	-	29.543,91
EMBALAGENS	-	-	-	996.871,43
ENCARGOS FINANCEIROS	-	-	-	316,67
ENSAQUE E REENSAQUE	-	-	-	3.120,00
IMP.CIRC.MERCADORIAS E SERVICOS-ICMS	9.737,90	-	9.737,90	50.300.838,32
IMPOSTO SOBRE SERVICOS-ISS	-	-	-	16.063,21
INSS - ARMAZENAGEM	-	-	-	5.211,52
INSS - PRODUTOR RURAL	-	-	-	7.049.753,55
AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS P/REVENDA-ESTOQUES ESTRATEGICOS	-	-	-	417.793.852,27
PASEP	-	-	-	1.919,83
SEGUROS EM GERAL	-	-	-	2.668.170,65
SERVICOS DE TERCEIROS	-	30.932,15	30.932,15	2.409.037,87
SERVICOS GRAFICOS	530,00	800,00	1.330,00	22.893,90
TAXAS E PEDAGIOS	-	125,56	125,56	297,83
TRANSPORTES, ENCOMENDAS, CARRETOS E FRETES	65.167,19	64,45	65.231,64	34.573.756,08
TOTAL	80.485,09	45.358,63	125.843,72	650.794.970,06

Fonte: Siafi

d) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, em nível nacional, atingiram 1.983.760,6 de toneladas de diversos produtos agrícolas, (12,4%) abaixo do exercício anterior. Na área sob jurisdição da Sureg/RO-AC, estavam estocadas 907,8 toneladas milho removidas da Região Centro-Oeste, que destinam-se ao atendimento do Programa Venda em Balcão, este estoque é 62,9% menor que o exercício anterior.

Quadro 2.07
Demonstrativos dos Estoques Públicos (em t.)

Produto	Acre			Rondônia			Total Nacional		
	2007	2008	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Algodão							1.571,5	1.571,5	0,0
Arroz							1.492.777,8	597.424,6	-60,0
Café							10.929,8	10.191,0	-6,8
Fécula							967,8	0,0	-100,0
Feijão							332,0	4,8	-98,6
Milho	148,2	213,7	44,2	2.297,9	694,1	-69,8	748.046,4	1.129.524,3	51,0
Sisal							4.932,4	12.391,9	151,2
Soja							73,1	37,5	-48,7
Trigo							5.640,0	232.615,0	4.024,2
Total	148,2	213,7	44,2	2.297,9	694,1	-69,8	2.265.270,8	1.983.760,6	-12,4
Sacaria	340	-		111.220,0	82.971,0	-25,4	1.700.470,0	1.290.844,0	-24,1

2.5.2 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

➤ **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem/Suinf

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva

➤ **Responsável Regional pela Ação:** João Adolfo Kasper

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo

➤ coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão empresarial da Matriz;

- acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;
- acompanhar os mercados dos complexos agropecuários, fornecendo informações gerenciais, para subsidiar os estudos desenvolvidos pela Matriz;
- proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz;
- participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Operações Comerciais;
- manter banco de dados com informações de preços, produção, produtividade e outros indicadores da agropecuária, com vistas a subsidiar a área de Logística e de Gestão Empresarial da Matriz.

2.5.2.1 – Resultados:

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	350.000,00	5.750,00	1,64
Execução Orçamentária	215.093,60	1.499,14	0,70
Índice	61,46	26,07	-
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	7.676	-	0,00
Execução Física	6.552	-	0,00
Índice	85,36	-	-

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela Conab com recursos da Ação: Gestão e Administração do Programa. Com a criação da Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação.

Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados/disponibilizados por meio do Sistema denominado SIAGRO e na Revista Indicadores da Agropecuária.

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados. Para tanto, contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 de R\$350.000,00 e meta física de 7.676 informações divulgadas.

Durante o exercício foram pagas despesas no valor de R\$215.093,60 (61,50% da dotação orçamentária) e disponibilização de 6.552 informações (85,4% da meta física).

Na execução das despesas destacam-se: a contratação por meio do PNUD, de dois especialistas em tecnologia da informação, no valor de R\$168.000,00 para melhoria do SIAGRO e criação de novos módulos no banco de dados e a concessão de diárias e

pagamento de passagens e despesas com locomoção de empregados lotados nas Suregs, no valor total de R\$36.718,12 (cerca de 17,07% das despesas) visando o deslocamento para o interior, para o levantamento de informações e a realização do cadastro de informantes, objetivando a melhoria da qualidade e da confiabilidade das informações.

No âmbito da Sureg/RO-AC foram pagas despesas no valor de R\$ 1.499,14, (26,07%) da meta financeira programada de R\$ 5.750,00, que representa 1,64% da meta financeira nacional. Foram realizados cadastro de diversos informantes nos municípios dos Estados de Rondônia e Acre, contribuindo assim, para a qualidade e a confiabilidade das informações.

2.5.3 - (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Esta Ação visa operacionalizar a comercialização de produtos agropecuários e do agroextrativismo, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes.
- **Descrição:** São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem e acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação de comercialização da empresa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab
- **Coordenador nacional da Ação:** João Cláudio Dalla Costa
- **Responsável Regional pela Ação:** Adilson Valnier
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE
 - Promover Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
 - Acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;
 - Proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz.

2.5.3.1 – Resultados

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos			
Controle: SIAFI – PTRES 001698 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2133.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Índice	-	-	-
Meta Física – Serviço Prestado	27	2	7,41
Execução Física	1	-	0,00
Índice	3,70	0,00	-

A meta física aprovada para 2008 previa o atendimento, em todo o território nacional, de 27 parcerias mensais, contando, para tanto, com dotação orçamentária de R\$2.000.000,00. Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas.

Em 2008, foi firmado apenas um convênio no Estado do Rio Grande do Sul sendo adquiridas 36 toneladas de produtos produzidos por agricultores familiares para composição da merenda de escolas públicas, cujos produtos deveriam ser entregues nos locais indicados pela Prefeitura Municipal, não havendo, portanto, despesas com a operacionalização da aquisição.

Dessa forma, não houve necessidade de pagamento de outras despesas, sendo, portanto, solicitado o cancelamento da dotação orçamentária e seu remanejamento para outras Ações do Programa.

Devido a baixa execução física e financeira em 2008 e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou o cancelamento desta Ação.

Especificamente no âmbito da SUREG/RO-AC estava prevista a realização de 2 serviços mensais. Em face do remanejamento a meta financeira para esta ação foi cancelada.

2.5.4 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

➤ **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gefis

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo

➤ **Responsável Regional da Ação:** Francisco Oliveira de Souza

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI

- Controlar, vistoriar, e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
- Acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;
- Executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
- Executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas.

2.5.4.1 - Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares			
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária (R\$)	2.000.000,00	15.000,00	0,75
a) Despesas Correntes	1.900.000,00	11.000,00	0,58
b) Despesas de Capital	100.000,00	4.000,00	4,00
Execução Orçamentária (R\$)	1.495.735,38	9.054,67	0,61
a) Despesas Correntes	1.420.101,38	6.324,67	0,45
b) Despesas de Capital	75.634,00	2.730,00	3,61
Índice (%)	74,79	60,36	-
Meta Física – fiscalização realizada (unid)	2.850	15	0,53
Execução Física	4.799	16	0,33
Índice (%)	168,39	106,67	-

A meta física global aprovada na LOA/2008 previa a fiscalização de 2.850 Unidades, para uma dotação orçamentária de R\$ 2.000.000,00.

Durante o exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido vistoriados 2.850 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal.

Foram fiscalizadas cumulativamente 9,7 milhões de toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,81% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização e a 84,59% da meta física para o exercício. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

Em relação ao exercício de 2007, quando foram fiscalizadas 17,6 milhões de toneladas, houve decréscimo de 44,8% na quantidade fiscalizada e, em relação à meta física estabelecida (11,5 milhões de toneladas), a execução atingiu 84,59%, sendo que no ano anterior a meta foi extrapolada em 17,21%. A baixa execução física, deve-se às vendas efetivadas no fim do exercício anterior, após o estabelecimento das metas para o exercício de 2008.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-RO/AC nos meses de abril/maio e novembro/dezembro. A meta física era de 7.700 toneladas ao custo total de R\$15.000,00.

Durante o exercício foram fiscalizadas cumulativamente 7.913 toneladas de produtos dos estoques públicos (AGF, agricultura familiar, fome zero e estoque de terceiros), representando 102,7% da meta operacional prevista pela GEFIS. A meta física estabelecida para a SUREG/RO-AC previa a realização de 15 fiscalizações, sendo realizadas durante o exercício 16 fiscalizações, representando cerca de 106,67%. Comparativamente ao total executado, a participação da Sureg-RO-AC é de 0,53% devido ao reduzido volume de estoques públicos armazenados nas unidades sob sua jurisdição, conforme detalhado no Quadro 2.11

Quadro 2.08
Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Vínculo	Conab			Sureg-RO		
	Estoque (Em t)		%	Estoque (Em t)		%
	Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado	
AGF	4.614.862	4.601.950	99,72	4.111	4.111	100,00
Contrato de Opção	4.274.369	4.270.614	99,91	0	0	-
Agricultura Familiar	173.825	173.310	99,70	58	58	100,00
Fome Zero	36.343	36.342	100,00	957	957	100,00
Estoque Próprio	31.076	31.076	100,00	0	0	-
Varreduras	296	296	100,00	0	0	-
Terceiros	622.830	621.042	99,71	2.787	2.787	100,00
Total	9.753.601	9.734.630	99,81	7.913	7.913	100,00

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

No âmbito da Sureg-RO/AC não foram constatadas perdas quantitativas em 2008 (perdas em armazenagem e desvios de produtos) e nem qualitativas (produtos abaixo do padrão “AP” ou desclassificadas).

Na execução da Ação foram gastos R\$8.834,67, sendo R\$3.997,50 com diárias, R\$ 1.019,67 material de consumo e R\$1.087,50 com passagens e despesas com locomoção. Em relação ao valor total gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg representaram 0,61%.

2.5.5 - (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização

- **Tipo:** Atividade.
- **Finalidade:** Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e por entidades privadas.
- **Descrição:** Aquisição de produtos oriundos da agropecuária e do agroextrativismo, prioritariamente vinculados à agricultura familiar, para atender contratos, ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades públicas e/ou privadas, responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Supab/Gepri
- **Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira
- **Responsável Regional pela Ação:** Francisco Oliveira de Souza

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI

- Acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;
- Proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;
- Controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias.

2.5.5.1– Resultados

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização			
Controle: SIAFI – PTRES 001.679 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2138.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	R\$ 99.597.977,00	R\$ 7.377.628,00	7,41
Execução Orçamentária	R\$ 99.855,23	R\$ 0,00	0,00
Índice	0,10	0,00	-
Meta Física – Produto Adquirido (ton)	104.456	7.736	7,41
Execução Física	36	-	0,00
Índice	0,03	0,00	-

A meta física aprovada para 2008 previa atendimento, em todo o território nacional, de 27 parcerias mensais, com aquisição de 104.456 toneladas de produtos. A meta financeira previa a aplicação de R\$ 99.597.977,00, sendo que foram aplicados apenas o valor de R\$ 99.855,23, perfazendo 0,10% da meta.

Especificamente no âmbito desta Sureg, estava prevista a aquisição de 7.736 toneladas ao custo de R\$ 7.377.628,00. Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas. Em 2008, foi firmado apenas um convênio no Estado do Rio Grande do Sul sendo adquiridas 36 toneladas de produtos produzidos por agricultores familiares para composição da merenda de escolas públicas. Não havendo, portanto, execução física e financeira nesta Sureg. Devido a baixa execução física e financeira em 2008 e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou o cancelamento desta Ação.

2.5.6 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

➤ **Tipo:** Atividade

- **Finalidade:** Treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, visando à redução das perdas, à melhoria da qualidade dos produtos armazenados, à diminuição da rotatividade da mão-de-obra e à geração de empregos no setor.

➤ **Descrição:** Ação realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas, consistindo na realização de seminários, cursos e treinamento em recepção, tratamento fitossanitário, guarda e conservação, expedição de produtos agrícolas, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, para posterior disseminação, especialmente nas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni

A coordenação e realização desta Ação esta centralizada na Conab/DF.

2.5.6.1 – Resultados

(2808) Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador			
Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.2808.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	200.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	0,00	0,00	#DIV/0!
Índice	0,00	#DIV/0!	-
Meta Física – Pessoa Capacitada (unid)	800	30	3,75
Execução Física	285	0	0,00
Índice	35,63	0,00	-

Para a realização dos cursos previstos, foi celebrado convênio em outubro de 2006 entre a Conab e a Fundação Arthur Bernardes-Funarb, responsável financeira do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem-Centreinar, com encerramento previsto para 2010. Por decisão da Diretoria da Conab, conforme Ofício Presi/Diges n.º 0476, de 16 de setembro de 2008, citado convênio foi rescindido, sem repasse financeiro no exercício de 2008.

No período de vigência do convênio foram realizados 64 cursos, capacitando 1.595 pessoas, englobando agricultores familiares, cooperativas, armazenadores públicos e privados e, eventualmente, empregados da Conab.

Nesse exercício, a Funarb realizou 14 cursos tendo sido capacitadas 285 pessoas, representando cerca de 35,63% da meta física aprovada na LOA/2008, cujos gastos foram cobertos com o saldo financeiro remanescente da segunda parcela do Convênio, no valor de R\$162.942,00, liberada pela Conab em 17 de julho de 2007.

É importante destacar que existe grande carência de mão-de-obra capacitada no setor de armazenamento de grãos, notadamente nos Estados de Tocantins, de Mato Grosso, na região oeste da Bahia, e no sul do Piauí e Maranhão, locais onde foram verificadas grandes aumentos da produção agrícola e construção de grande número de unidades armazenadoras, que estão sendo operacionalizados por empregados sem conhecimento dos princípios básicos que regem o armazenamento e a conservação de grãos. Foi verificada também, a necessidade de se capacitar os agricultores familiares, orientando melhor a guarda e conservação de sua produção, agregando valores a seus produtos e aumentando a renda do pequeno produtor.

Da dotação inicial contida na LOA/2008, no valor de R\$200.000,00, houve cancelamento de R\$40.000,00 (Decreto de 10/11/2008 e de R\$160.000,00 (Lei nº 11.873, de 19/12/2008), não havendo repasse financeiro no ano de 2008.

Conforme o parágrafo 6º do Art. 116, da Lei 8.676/93, a Companhia solicitou à FUNARBE/CENTREINAR a apresentação da Prestação de Contas relativa aos gastos efetuados para análise e posterior decisão sobre o pagamento do restante dos dispêndios.

A meta para a Sureg-RO/AC previa o treinamento de 30 pessoas, (3,75%) da meta nacional, porém em face do cancelamento do convênio não ocorreu nenhum treinamento nesta Sureg.

A execução financeira das despesas dessa Ação são centralizadas na Matriz.

2.5.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

➤ **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni

➤ **Responsável Regional pela Ação:** Francisco Oliveira de Souza

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI

➤ Subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;

➤ Fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração.

2.5.7.1 – Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária	8.650.000,00	120.000,00	1,39
Despesas Correntes	2.800.000,00	80.000,00	2,86
Despesas de Capital	5.850.000,00	40.000,00	0,68
Execução Orçamentária	7.983.358,02	100.134,53	1,25
Despesas Correntes	2.619.248,45	70.143,69	2,68
Despesas de Capital	5.364.109,57	29.990,84	0,56
Índice	92,29	74,98	-
Meta Física – unidade modernizada	80	4	5,00
Execução Física	73	3	4,11
Índice	91,25	75,00	-

menor número de unidades armazenadoras, reduzindo-se, assim, o quantitativo de engenheiros para acompanhamento das obras, e o número de processos licitatórios.

A Rede Armazenadora Própria da Conab é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Sob a jurisdição da Sureg-RO/AC estão em operação quatro unidades armazenadoras, compostas por seis armazéns, com capacidade estática total 20.600 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.09
Demonstrativo de Armazéns por UA

UF	UNIDADE ARMazenADORA	Quantidade Armazéns	CAP(t)	TIPO	ENDEREÇO
AC	Rio Branco	1	600	Convencional	Rod. AC-40, Km 05, n.º 793
RO	Cacoal	1	3.500	Convencional	Avenida Castelo Branco, n.º 707 B
RO	Cacoal	1	2.200	Convencional	Avenida Castelo Branco, n.º 707 B
RO	Porto Velho	1	7.100	Convencional	Rua do Cais, n. 172 – Pedrinhas
RO	Vilhena	1	3.600	Convencional	Rod. BR 364, km 680
RO	Vilhena	1	3.600	Convencional	Rod. BR 364, Km 680
TOTAL SUREG-RO		6	20.600	-	-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas. pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

A Sureg-RO/AC executou R\$ 70.143,69 em despesas correntes e R\$ 29.990,84 em investimentos, somando R\$ 100.134,53, representando cerca de 1,25% do total de R\$7.983.358,02 executados pela Companhia.

Quadro 2.10
Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Unidade	Obra/Serviço/Aquisição	Valor			Total Sureg		
		Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Geral
Sede Sureg	Serviços de pintura	25.386,83	0,00	25.386,83			
Cacoal	Reparo/recuperação do telhado e calhas, revisão e manutenção da balança rodoviária e da balança móvel, revisão/manutenção de equipamentos operacionais, reforma e aterramento da cerca perimetral, recuperação das vias de acesso e do sistema de captação e drenagem de águas pluviais e construção de muro.	35.908,86	20.876,85	56.785,71			
Porto Velho	Aquisição de correia plana	5.908,00	0,00	5.908,00			
Vilhena	Aquisição de uma máquina lava jato e de um aspirador de pó, grãos e líquidos; revisão da balança rodoviária e da balança móvel.	2.940,00	9.113,99	12.053,99	70.143,69	29.990,84	100.134,53

Fonte: Siafi

2.5.8 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.

- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional pela Ação:** Francisco Oliveira de Souza
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI
 - executar e avaliar as atividades para atualização do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - disponibilizar o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras para atendimento à demanda dos setores público e privado, agentes financeiros e órgãos governamentais;
 - executar o processo de avaliação das unidades armazenadoras, com vistas as credenciamento e à contratação para prestação dos serviços de guarda e conservação dos estoques governamentais.

2.5.8.1 – Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	R\$ 360.000,00	R\$ 44.000,00	12,22
Execução Orçamentária	R\$ 350.015,96	R\$ 43.466,42	12,42
Índice	97,23	98,79	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	4.170	51	1,22
Execução Física	6.276	60	0,96
Índice	150,50	117,65	-

A meta física consolidada aprovada na LOA/2008, previa o cadastramento/recadastramento de 4.170 unidades armazenadoras, tendo sido cadastrados 6.276 armazéns, representando 150,50% da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$ 350.015,96, cerca de 97,23% da dotação global de R\$360.000,00. Para Sureg/RO-AC, cadastramento de 51 unidades, sendo que foi realizado o cadastramento em 60 unidades, 117,65% da meta, aplicando R\$ 43.466,42, (98,79%) da meta financeira.

Um fator positivo foi a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns-SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem - SCA, que em 2008 foi descentralizado a atualização do cadastro para as Suregs, até então concentrada na Matriz, reduzindo-se, assim, o trabalho e o trânsito de documentos. Em uma segunda etapa, a alimentação de dados deverá ser executada pelos próprios cadastradores, via Internet, eliminando o trabalho de preenchimento de formulários e de digitação, reduzindo os custos com material de consumo.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg/RO-AC, no fim do exercício, estavam cadastrados 92 armazéns com capacidade estática para 414.231 toneladas, representando

0,32% da oferta nacional. Desses, apenas sete unidades (capacidade para 49.412 toneladas) estavam credenciados para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem com inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro 2.11
Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Sureg	Situação	2007		2008						Variação	
		N.UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.UA. (c/a)	Capac. (d/b)
				N.UA	Capac. (t)	N.UA	Capac. (t)	N.UA (c)	Capac. (t) (d)		
RO	Credenciados	7	49.420	6	20.592	1	28.820	7	49.412	0,00	-0,02
	Descredenciados	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
	Aptos s/ Contrato	10	22.170	10	22.493	1	1.626	11	24.119	10,00	8,79
	Impedidos	83	382.300	33	66.880	15	158.752	48	225.632	-42,17	-40,98
	Impedidos no SICAF	13	57.990	20	71.589	6	43.479	26	115.068	100,00	98,43
	Cadastrados	113	511.880	69	181.554	23	232.677	92	414.231	-18,58	-19,08
Total Nacional	Credenciados	955	13.303.810	219	1.336.941	404	7.282.201	623	8.619.142	-34,76	-35,21
	Descredenciados	499	4.271.960	219	833.567	304	3.885.178	523	4.718.745	4,81	10,46
	Aptos s/ Contrato	1.601	10.155.740	647	2.043.009	529	5.843.586	1.176	7.886.595	-26,55	-22,34
	Impedidos	12.519	84.502.690	5.014	17.328.388	6.180	59.326.137	11.194	76.654.525	-10,58	-9,29
	Impedidos no SICAF	987	11.167.330	1.266	4.777.683	1.841	25.860.279	3.107	30.637.962	214,79	174,35
	Cadastrados	16.561	123.401.530	7.365	26.319.588	9.258	102.197.381	16.623	128.516.969	0,37	4,15
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		0,73	0,37	2,74	1,54	0,25	0,40	1,12	0,57	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		0,68	0,41	0,94	0,69	0,25	0,23	0,55	0,32	-	-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

2.5.9 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo
- **Responsável Regional pela Ação:** Francisco Oliveira de Souza
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Sector de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI**
- Acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de PEP, VEP, PEPRO e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;
- Controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias;
- Acompanhar os níveis de preços no atacado e varejo dos produtos básicos, destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.

2.5.9.1 – Resultados

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 3711 – Programa de Trabalho 20.846.0352.0300.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução (%)
Dotação Orçamentária	R\$ 1.274.000.000,00	14,48
Execução Orçamentária	R\$ 184.416.329,00	

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo às Suregs o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

a) - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Em decorrência dos baixos preços praticados durante o primeiro semestre nas principais regiões produtoras, a Conab realizou durante os meses de maio e junho leilões de PEPRO quando foram ofertadas 1.024.032 toneladas de algodão em pluma tendo sido negociadas 1.023.646 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R\$549.165.788,56. Até o fim do exercício havia sido comprovada a venda de 317.346 toneladas e paga subvenção no valor de R\$169.564766,64, conforme detalhado no quadro a seguir.

Para a Sureg/RO-AC, não houve nenhuma utilização deste instrumento.

Quadro 2.12
Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

UF de Origem	Quantidade (Em t)				Valor (R\$)	
	Ofertada	Negociada	% Negociado	Comprovada	Previsto	Realizado
BA	318.174	318.174	100,00	116.393,00	172.036.673,69	62.949.094,26
GO	68.586	68.586	100,00	29.878,00	34.994.678,19	15.112.314,34
MA	11.684	11.684	100,00	1.155,00	6.388.801,90	631.370,28
MG	18.549	18.549	100,00	3.085,00	7.846.289,18	1.305.036,21
MS	47.000	47.000	100,00	17.200,00	24.388.286,51	8.924.277,54
MT	527.760	527.760	100,00	131.388,00	288.578.918,66	71.843.018,54
PR	4.159	3.773	90,72	2.357,00	1.516.532,94	947.341,93
PI	14.588	14.588	100,00	10.112,00	7.976.978,13	5.529.493,42
SP	13.532	13.532	100,00	5.778,00	5.438.629,36	2.322.820,13
Total	1.024.032	1.023.646	99,96	317.346,00	549.165.788,56	169.564.766,64

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

b) Prêmio de Risco de Opção Privada - PROP

1) Prêmio de Risco

É uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Objetivando o escoamento da produção de milho no Estado do Mato Grosso, foram ofertados no primeiro leilão 46.808 contratos e negociados 24.086, totalizando 650.322 toneladas, com subvenção prevista no valor de R\$43.419.955,18.

Para a SUREG/RO-AC, não houve nenhuma utilização deste instrumento.

2) Contrato Privado de Opção de Venda

O Contrato Privado de Opção de Venda é um instrumento de sustentação de preços, utilizado pelo Governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em um momento de baixa nas cotações.

Este Contrato dá o direito, mas não a obrigação, do detentor da opção (produtor ou cooperativa) vender o produto para o lançador da opção de venda (comerciantes ou indústrias de beneficiamento). O exercício da opção somente ocorrerá se, na data do vencimento da opção, o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato; caso contrário, o detentor da opção pode vender o produto no mercado e, neste caso, perder o prêmio pago no ato da aquisição do contrato.

No segundo leilão, foram ofertados os contratos negociados no leilão anterior (24.086 contratos) sendo negociados 17.693 contratos, totalizando 477.711 toneladas de milho, com subvenção prevista de R\$300.262,28.

Até o fim do exercício foi comprovado o exercício de 11.084 contratos, representando o escoamento de 299.268 toneladas para os estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Sergipe e para outras área do Estado do Mato Grosso, conforme detalhado no quadro a seguir.

Para a SUREG/RO-AC, não houve a utilização deste instrumento.

Quadro 2.13
Demonstrativo de Leilões de Prêmio de Risco e Contrato Privado de Opção de Venda

Sureg	1.º Leilão					2.º Leilão				Exercício			
	Contratos (27.000Kg)		Quantidade Negociada (t)	Valor do Prêmio (R\$)	Quat. Contrato Ofertada	Quat. Contrato Negociada	Quantidade Negociada (t)	Valor do Prêmio (R\$)	UF	Quantid e Contrato	Quantidade (t)	Valor Máximo (R\$)	
	Ofertado	Negociado											
		UF	Quantidade										
MT	46.808	AL	1.042	28.134	1.884.570,04	1.042	17.693	477.711	300.262,28	AL	794	21.438	5.131.620,00
		BA	305	8.235	553.386,09	305				BA	222	5.994	1.427.328,00
		CE	2.915	78.705	5.288.338,44	2.915				CE	1.827	49.329	11.816.550,00
		ES	4.986	134.622	9.270.992,95	4.986				ES	1.542	41.634	1.000.350,00
		MG	460	12.420	899.910,00	460				MG	140	3.780	912.600,00
		MT	4.200	113.400	7.336.895,44	4.200				MT	1.104	29.808	7.156.296,00
		PB	1.973	53.271	3.378.536,61	1.973				PB	1.307	35.289	8.415.522,00
		PE	7.479	201.933	13.599.255,54	7.479				PE	3.594	97.038	23.209.524,00
		PI	51	1.377	93.527,41	51				PI	48	1.296	310.716,00
		RN	295	7.965	453.704,26	295				RN	232	6.264	1.495.152,00
		SE	380	10.260	660.838,40	380	SE	274	7.398	1.762.344,00			
Total	46.808	-	24.086	650.322	43.419.955,18	24.086	17.693	477.711	300.262,28	-	11.084	299.268	62.638.002,00

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

c) Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

Até o fim do período foram realizadas operações destinadas ao escoamento de milho, trigo e vinho, que no acumulado do ano teve oferta de 2.442.000 toneladas de produtos e 177.000.000 litros de vinho, sendo negociadas 899.688 toneladas de milho e trigo e 117.000.000 litros de vinho, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$98.419.418,84. Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 9000 toneladas de milho do Estado do Mato Grosso.

As operações por origem e destino podem ser melhor visualizadas no quadro seguinte.

Quadro 2.14
Demonstrativo das Vendas de Prêmio de Escoamento do Produto

Sureg	Produto	Destino	Quantidades (t)			Subvenção (Em R\$)	
			Ofertada	Negociada	Comprovada	Prevista	Paga
GO	Milho	(1)	240.000	76.240	-	2.287.200,00	
MS	Milho		240.000	-	-	-	-
MT	Milho		550.000	514.448	9.000	23.090.532,00	-
RO	Milho		12.000	-	-	-	-
PR	Trigo	(2)	660.000	80.000	-	13.940.000,00	-
SP	Trigo		30.000	-	-	-	-
RS	Trigo		710.000	229.000		39.800.000,00	
Subtotal			2.442.000	899.688	9.000	79.117.732,00	0,00
RS	Vinho(4)	(3)	177.000.000	26.666.636	4.893.356	19.301.686,84	4.816.866,48
Subtotal			177.000.000	26.666.636	4.893.356	19.301.686,84	4.816.866,48
Total Geral						98.419.418,84	4.816.866,48

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

Notas: (1) Qualquer localidade exceto para as UF's que compõem as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e os estados de Rondônia, Pará e Maranhão

(2) Qualquer destino, exceto para as UF's que compõem as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste

(3) Qualquer UF, exceto Região Nordeste, Sul e Sudeste

(4) Em litros

Até o fim do exercício havia sido ofertada para a SUREG/RO-AC, 12.000 toneladas de milho, porém sem ter sido negociadas.

2.5.10 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Responsável Regional pela Ação:** Deusamá Águida Melo Silva
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE**
 - Executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
 - Acompanhar a realização de exames adimensionais, periódico e dimensionais;
 - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
 - Executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho.

2.5.10.1 – Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Controle: SIAFI – PTRES 1701 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	14.666.772,00	182.000,00	1,24
Execução Orçamentária	14.630.333,19	180.959,67	1,24
Índice	99,75	99,43	-
Meta Física	20.497	374	1,82
Execução Física	13.698	214	1,56
Índice	66,83	57,15	-

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2008 dotação orçamentária global de R\$12.226.769,00, tendo sido autorizado crédito suplementar de R\$2.440.003,00, totalizando R\$14.666.772,00. Durante o exercício de 2008 foram gastos R\$14.630.333,19, perfazendo 99,75% da meta financeira.

No acumulado de 2008, a média mensal global de beneficiários foi de 13.698, isto é, 66,83% da meta física de 20.497 beneficiários mensais.

Especificamente no âmbito da Sureg-RO/AC, a meta financeira final foi de R\$182.000,00 para 374 atendimentos mensais. Durante o exercício foram gastos R\$180.959,67, 99,43% da meta financeira com o atendimento médio mensal de 214 empregados, representando 57,15% da meta fixada.

Quadro 2.15

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	205	214	4,27
Execução Financeira	95.193,58	180.959,67	90,10
Gasto <i>Per Capta</i>	464,36	846,59	82,31

Com relação ao ano de 2007, a execução física de 2008 obteve uma variação positiva de 4,27% e a execução financeira 90,10%. no gasto per capta, a variação foi de 82,31% a mais que em 2007, como visto no quadro 2.15.

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2007/2009.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

2.5.11 - (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Responsável Regional da Ação:** Deusmá Águida melo Silva
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Setor Administrativo, de desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade**
- Executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.5.11.1– Resultados

(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1696 – Programa de Trabalho 20.365.0352.2010.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Srueg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	2.543.447,00	48.000,00	1,89
Execução Orçamentária	2.529.532,44	47.840,44	1,89
Índice	99,45	99,67	-
Meta Física	550	16	2,91
Execução Física	368	10	2,72
Índice	66,91	62,50	-

Para o exercício de 2008, foi aprovado crédito orçamentário global no valor de R\$2.329.204,00, tendo sido autorizado crédito suplementar de R\$214.243,00, totalizando R\$2.543.447,00 e prevista a concessão do benefício a 550 crianças/mês. Foram executados 99,45% da dotação orçamentária e 66,91% da meta física (média mensal de 368 atendimentos).

Especificamente para a Sureg-RO, a meta física prévia a concessão do benefício a 16 crianças, com um desembolso total de R\$48.000,00. Até o fim do exercício a média mensal de atendimento foi de 10 crianças, representando 62,50% da meta, com dispêndio total de R\$47.840,44.

Quadro 2.16

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	11	10	-9,09
Execução Financeira	43.842,80	47.840,44	9,12
Gasto <i>Per Capta</i>	3.985,71	4.784,04	20,03

Com relação ao ano de 2007, a execução física de 2008 obteve uma variação negativa de 9,09% e a execução financeira positiva de 9,12%. No gasto per capita, a variação foi de 20,03% a mais que em 2007, como visto no quadro 2.16.

São beneficiários desta Ação:

- **Auxílio-Creche:** dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e
- **Auxílio-deficiente:** dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

2.5.12 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de

economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Responsável Regional da Ação:** Deusamá Águida Melo Silva
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Setor Administrativo, de desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade
 - Executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.5.12.1 – Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	5.656.353,00	75.000,00	1,33
Execução Orçamentária	5.589.901,76	72.956,53	1,31
Índice	98,83	97,28	-
Meta Física	3.161	58	1,83
Execução Física	3.535	67	1,90
Índice	111,84	115,95	-

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R\$5.173.756,00, tendo sido autorizado crédito suplementar de R\$482.600,00, totalizando R\$5.656.353,00, tendo sido gastos R\$5.589.901,76, perfazendo 98,83% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.161 empregados/mês foi cumprida em 111,84 %, atendendo uma média mensal de 3.535 servidores.

A Sureg RO, que abrange os Estados de Rondônia e Acre, teve como meta física atender uma média de 58 beneficiários/mês durante o ano de 2008, tendo beneficiado 67 e atingido 115,95% do previsto. A referida Sureg forneceu aos beneficiários o auxílio transporte somente em pecúnia e as despesas lançadas pela Superintendência nessa ação foram de R\$72.956,53, representando 97,28% da meta financeira de R\$75.000,00.

Quadro 2.17

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	52	67	29,33
Execução Financeira	51.429,11	72.956,53	41,86
Gasto <i>Per Capta</i>	989,02	1.084,86	9,69

Com relação ao ano de 2007, a execução física de 2008 obteve uma variação positiva de 29,33% e a execução financeira de 41,86%. No gasto per capita, a variação foi de 9,69% a mais que em 2007, como visto no quadro 2.17

O aumento deu-se em decorrência da contratação de novos empregados aprovados no concurso do Edital Conab 0012005, bem como de 21 empregados contemplados na Lei de Anistia nr. 8.878 de 1994.

2.5.13 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

➤ **Tipo:** Atividade

➤ **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

➤ **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu

➤ **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues

➤ **Responsável Regional da Ação:** Deusamá Águida Melo Silva

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Sector Administrativo de desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade

➤ Executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.5.13.1 – Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	16.744.022,00	340.000,00	2,03
Execução Orçamentária	16.470.695,37	332.123,76	2,02
Índice	98,37	97,68	-
Meta Física	3.425	62	1,81
Execução Física	3.763	69	1,83
Índice	109,87	111,29	-

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R\$15.192.022,00, tendo sido autorizado crédito suplementar de R\$1.552.000,00, totalizando R\$16.744.022,00, tendo sido gastos R\$16.470.695,37, perfazendo 98,37% do programado.

A meta física nacional de beneficiar 3.425,00 servidores/mês foi executada em 109,87%, perfazendo uma média mensal de 3.763 empregados. A Sureg RO/AC previa o atendimento a 62 empregados e beneficiou a 69 (111,29% da meta). Com relação à meta financeira, a Regional executou R\$332.123,76 (97,68%), o que equivale a 2,02% da execução orçamentária nacional.

Com relação ao ano de 2007, a execução física de 2008 obteve uma variação positiva de 30,19% e a execução financeira de 36,12%. No gasto per capita, a variação foi de 4,55% a mais que em 2007, como visto no quadro 2.18

Quadro 2.18

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	53	69	30,19
Execução Financeira	243.997,21	332.123,76	36,12
Gasto <i>Per Capta</i>	4.603,72	4.813,39	4,55

2.5.14 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Responsável Regional pela Ação:** Everaldo da Silva Santos
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
 - Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e
 - Buscar novos negócios;

- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

2.5.14.1 - Resultados

Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	334.100.950,00	5.290.000,00	1,58
Pessoal	259.415.765,00	3.940.000,00	1,52
Custeio	67.690.185,00	1.030.000,00	1,52
Investimentos	6.995.000,00	320.000,00	4,57
Execução Orçamentária	332.544.626,54	5.279.696,23	1,59
Pessoal	258.233.553,22	3.938.155,29	1,53
Custeio	67.402.723,07	1.025.270,27	1,52
Investimentos	6.908.350,25	316.270,67	4,58
Índice	99,53	99,81	-

A dotação inicial aprovada na LOA/2008 para a Conab foi de R\$278.821.571,00, para despesas de pessoal e encargos sociais (R\$215.351.386,00), custeio (R\$59.690.185,00) e investimentos (R\$3.780.000,00). No decorrer do exercício, o orçamento de pessoal e encargos foi suplementado em R\$44.064.379,00, o de custeio em R\$8.000.000,00 e o de investimento em R\$3.215.000,00, totalizando R\$334.100.950,00 cuja execução atingiu 99,53% (R\$332.544.626,54).

A meta prevista para a Sureg-RO era de R\$5.290.000,00, sendo liquidado no período R\$5.279.696,23, representando 99,81% da dotação e 1,58% do gasto total. Dos pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 74,59%, o custeio 19,42% e os investimentos 5,99%, conforme detalhado a seguir.

Quadro 2.19
Demonstrativo da Execução da Despesas

Pessoal	2.575.644,90	3.938.155,29	52,90
Outros benefícios assistenciais	0,00	13.400,00	-
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.269.826,63	2.895.639,55	27,57
Obrigações patronais	263.622,57	990.132,21	275,59
Outras despesas variáveis	36.259,72	35.877,39	-1,05
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições trabalhistas	5.935,98	3.106,14	-47,67
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	0,00	0,00	-
Custeio	946.619,77	1.025.270,27	8,31
Outros benefícios assistenciais	0,00	2.975,00	-
Diárias	31.710,00	35.490,00	11,92
Material de consumo	122.331,83	130.387,00	6,58
Passagens e Despesas com locomoção	9.837,07	33.302,90	238,54
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	-
Outros serviços de terceiros – pessoa física	4.090,00	3.092,00	-24,40
Locação de mão-de-obra	262.438,40	218.458,75	-16,76
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	427.476,57	517.574,23	21,08
Obrigações tributárias e contributivas	64.271,96	74.960,11	16,63
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições	24.463,94	9.030,28	-63,09
Investimentos	137.239,16	316.270,67	130,45
Obras e instalações	0,00	195.832,68	-
Equipamento e material permanente	137.239,16	120.437,99	-12,24
Total	3.659.503,83	5.279.696,23	44,27

Fonte: Siafi

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração de recursos humanos cujos principais resultados destacamos a seguir.

1 – Gestão de Pessoas

Para alcançar uma equipe continuamente capacitada e compatível com suas necessidades em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e renovação do quadro de pessoal, recompondo-o com a convocação dos candidatos aprovados em concurso público para o preenchimento de vagas disponíveis na Matriz, em Brasília, e nas Superintendências Regionais, para cargos de Técnico de Nível Superior.

a) Quadro de Pessoal

Na Sureg-RO/AC, 37 empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia, o que equivale a 48,06% do total. Os empregados com contrato padrão e os novos concursados representam 51,940% (40 empregados).

Quadro 2.20
Demonstrativo da variação do Efetivo, por Situação Contratual por Sureg e Total Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)
	Conab		Variação (b)- (a)	RO/AC		Variação (d)- (c)	
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)		31/12/2007(c)	31/12/2008(d)		
Contrato Padrão	1.694	1.706	12	27	27	-	1,58
Contrato Padrão – Concursado	241	343	102	12	13	1	3,79
Reintegrado (Transitado)	358	356	(2)	2	2	-	0,56
Reintegrado Liminar	75	77	2	0	0	-	0
Anistiado (Transitado)	245	255	10	4	4	-	1,57
Anistiado (Liminar)	113	108	(5)	0	0	-	0
Anistiado (Lei 8878/94)	613	1.397	784	10	31	21	2,22
Total	3.339	4.242	903	55	77	22	1,82

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Gefop

O quadro de pessoal da Sureg/RO-AC encerrou o exercício com 77 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior houve variação no quantitativo de 22 empregados, representando um aumento de 40% no efetivo. A relação da quantidade de empregados da Sureg comparada com o total de empregados da Companhia representa 1,82% do total de 4.242 empregados, conforme demonstrativo seguinte.

Quadro 2.21
Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Sureg-RO

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)
	Conab		Variação (b)-(a)	RO/AC		Variação (d)-(c)	
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)		31/12/2007(c)	31/12/2008(d)		
Em efetivo exercício na Conab	2.523	3.073	550	48	63	15	2,05
Cedidos a outros órgãos	736	1.086	350	5	13	8	1,2
Com ônus p/ a Conab	722	1.075	353	5	13	8	1,21
Sem ônus p/ a Conab	14	11	(3)	0	0	-	0
Licenciados(*)	68	67	(1)	2	1	(1)	1,49
Contratos suspensos(**)	12	14	2	0	0	-	0
Pensão Vitalícia	-	2	2	0	0	-	0
Total	3.339	4.242	903	55	77	22	1,82

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos etc.

(**) licença por motivos particulares etc.

O perfil da estrutura de pessoal na Sureg apresenta as seguintes características: 16 técnicos de nível superior (20,78% do total da regional) e 61 (79,22%) empregados de nível médio e auxiliar.

Quadro 2.22
Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo e por Sureg

Nível	Matriz	(%)	Sureg																					Total Geral		
			AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO		Total	(%)
Auxiliar	276	25,96	70	86	165	86	218	83	137	59	82	36	124	243	129	63	132	79	44	74	20	34	20	1984	62,41	2260
Médio	305	28,69	38	40	61	33	100	23	53	26	26	15	37	76	39	35	35	20	17	30	21	29	20	774	24,35	1079
Superior	453	42,62	8	22	23	13	31	17	33	18	21	24	15	27	15	22	30	15	16	22	17	17	13	419	13,18	872
Contrato Especial	29	2,73	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
Indeniz. Judicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,06	2
Total	1063	25,06	116	148	249	132	349	123	223	103	131	75	176	346	183	120	197	114	77	126	58	80	53	3179	74,94	4242

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

b) Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício, a Sureg/RO-AC contava com 15 estagiários, 50 % a mais em relação ao exercício anterior.

Quadro 2.23
Distribuição dos Estagiários

Unidades	Posição em 31/12/08						Variação 2007/2008
	2007			2008			
	Nível Superior	Nível Médio	Total	Nível Superior	Nível Médio	Total	
Conab	225	63	288	278	52	330	14,6%
Sureg RO	9	1	10	14	1	15	50,0%
Participação	4,0%	0,0%	3,5%	5,0%	1,9%	4,5%	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gepes

c) Gastos com Remuneração/Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados - DRE, acumulado até 31/12/08, o valor global despendido diretamente com Pessoal na Sureg-RO (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R\$3.924.155,29, mais R\$189.807,04 (sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), o que gerou um total de R\$4.114.562,33, representando um aumento de 22,37% em relação ao gasto do mesmo período de 2007.

Tal incremento decorreu principalmente do aumento do número de empregados aprovados em concurso público e pela Lei de anistia nr. 8.878/94.

As despesas de pessoal da Sureg representam 1,53% das despesas com pessoal da Conab.

Quadro 2.24
Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Discriminação	RO		
	2007	2008	Variação (%)
Outros benefícios assistenciais	0,00	13.400,00	#DIV/0!
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.269.826,63	2.895.639,55	27,57
Obrigações patronais	793.787,11	990.132,21	24,74
Outras despesas variáveis	36.259,72	35.877,39	-1,05
Indenizações e restituições trabalhistas	5.935,98	3.106,14	-47,67
Total-GAP	3.105.809,44	3.924.755,29	26,37
Provisões, créditos e adiantamentos	17.150,10	23.077,29	34,56
Encargos sociais sobre provisões	6.104,36	31.125,78	409,89
Outras despesas variáveis	102.949,32	123.771,97	20,23
Outras sentenças judiciais	130.366,83	11.832,00	-90,92
Total-Outras Ações	256.570,61	189.807,04	-26,02
Total Geral	3.362.380,05	4.114.562,33	22,37

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

Quadro 2.25

Despesa de Pessoal – Média Mensal

Sureg	2007			2008			Variação (%)
	Folha de Pagamentos(R\$)	N.º Empregados	Despesa Média(R\$/empregado/mês)	Folha de Pagamentos(R\$)	N.º Empregados	Despesa Média(R\$/empregado/mês)	
RO	3.362.380,05	55	5.094,52	4.114.562,33	77	4.452,99	-12,59

d) Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta Ação foram realizadas por meio de licitações dando maior transparência às operações. Durante o exercício de 2008 ocorreram as seguintes licitações.

No exercício de 2008 foram realizados 15 procedimentos licitatórios, 14 na modalidade de pregão eletrônico e 01 na modalidade de tomada de preços, da seguinte forma:

Quadro 2.26
Relação dos Procedimentos Licitatórios Realizados no Exercício de 2008

PROCESSO N°	PREGÃO N°	OBJETO	SITUAÇÃO ATUAL
19.256/2006	01/2008	Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de braçagem no interior e/ou exterior da unidade armazenadora de Porto Velho/RO	Pregão cancelado.
19.185/2007	02/2008	Contratação de empresa para prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho.	Pregão cancelado.
19.235/2007	03/2008	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e conservação, nas instalações da SUREG-RO e Unidade Armazenadora de Porto Velho-RO.	Contratação efetivada.
19.0014/2008	04/2008	Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada ostensiva para a Conab no Estado de Rondônia.	Contratação efetivada.
19.041/2008	05/2008	Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de braçagem no interior e/ou exterior da unidade armazenadora de Porto Velho/RO	Contratação efetivada.
19.023/2008	01/06/08	Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de braçagem no interior e/ou exterior da unidade armazenadora de Cacoal/RO	Contratação efetivada.

19168	07/2008	Contratação de empresa especializada em locação de veículos automotivos de passeio para transporte de passageiros, para atender as atividades da Conab em toda a sua jurisdição.	Contratação efetivada.
19.166/2008	08/2008	Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel), bem como de óleo lubrificante para veículo automotivo, destinado ao abastecimento da frota de veículos da CONAB e de terceiros utilizados nas aquisições de produtos e distribuição de cestas dos Programas Sociais, em Porto Velho/RO.	Contratação efetivada.
19.223/2008	09/2008	Contratação de empresa para fornecimento de passagem aérea	Contratação efetivada.
19.0241/2008	10/2008	Locação de acomodações e apoio logístico para realização, de 14 a 16 de outubro de 2008, do Curso de Capacitação sobre PAA e PGPM-sociobiodiversidade, em Rio Branco/AC.	Contratação efetivada.
19.296/2008	11/2008	Prestação de serviços de massagem expressa terapêutica, anti-estresse, aos empregados da Superintendência Regional da CONAB em Porto Velho/RO, bem como da Unidade Armazenadora de Porto Velho/RO.	Contratação efetivada.
19.242/2008	12/2008	Aquisição de material de consumo (expediente e de informática) para abastecer o Almoarifado da Sede da SUREG-RO.	Aquisição efetivada.
19.295/2008	13/2008	Aquisição de condicionadores de ar tipo SPLIT, contemplando os serviços de instalação, para atender as necessidades da Sede da Superintendência Regional da CONAB em Porto Velho/RO.	Pregão cancelado.
19.426/2008	14/2008	Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de água mineral para atender a Sede/Sureg-RO.	Pregão cancelado.
19.054/2007	Tomada de Preço 001/2008	Execução de Obras Civas e Instalações para reforma/adequação do Anexo II da Sureg/RO.	Contratação efetivada

2.5.15 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir, como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar n.º 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos e Modernização
- **Coordenador nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima
- **Unidades executoras:** Sumoc/Sureh/Sufin
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu:
 - Representar a Companhia junto ao Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS, na condição de interlocutor, nos assuntos de interesse mútuo.

2.5.15.1 – Resultados

(0110) Contribuição à Previdência Privada			
Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – Programa de Trabalho 20.273.0352.0110.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-RO/AC	
Dotação Orçamentária	22.932.360,00	142.765,82	0,62
Execução Orçamentária	22.931.919,11	142.761,05	0,62
Índice	99,998	99,997	-

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º 109/01, do crédito orçamentário final de R\$22.932.360,00 foi executado o montante de R\$22.931.919,11, correspondente a 99,998% do programado para o exercício.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R\$21.832.360,00, houve aumento da ordem de 5,04%. Tal aumento decorreu do crescimento da folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado de R\$22.931.919,11, o montante de R\$12.786.273,98 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a

retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas, inclusa uma amortização extra no valor de R\$1.133.258,30. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$10.145.645,13, contemplando uma massa de 1.605 participantes ativos, conforme quadro a seguir.

A Sureg-RO/AC, cuja meta financeira foi de R\$142.765,82, liquidou R\$142.761,05, representando 99,997% da dotação e 0,62% da despesa total nessa Ação. Os empregados participantes contribuíram com igual valor, conforme quadro abaixo:

Quadro 2.27
Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora			Empregados
					Complemento de Previdência	Contribuição Patronal	Total	
RO	1.963.801,91	25	13	38	-	142.761,05	142.761,05	142.761,05

Fonte: Conab/Sucon//Gecon/Dre e Cibrius

2.5.16 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

➤ **Tipo:** Finalístico.

➤ **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma ágil, transparente e segura.

➤ **Descrição:** Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem

➤ **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf/Geasa

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira

➤ **Responsável Regional pela Ação:** João Adolfo Kasper

➤ **Competências institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO

➤ coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz

➤ acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;

➤ proceder o levantamento de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientações da matriz;

2.5.16.1 - Resultados

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária	860.000,00	10.463,38	1,22
Execução Orçamentária	596.496,81	8.627,36	1,45
Índice	69,36	82,45	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	4	33,33
Execução Física	12	4	33,33
Índice	100,00	100,00	-

Os levantamentos são realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Nesse processo, as duas instituições têm somado recursos e esforços, objetivando assegurar as mais acuradas e fidedignas informações de acompanhamento de safra ao alcance do estado brasileiro, coordenando progressivamente métodos, fontes, período de apuração, datas e horários de divulgação. Para tanto, conta-se com a permanente contribuição dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais instituições geradoras de informações agrícolas.

A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudaram, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física aprovada na LOA/2008 previa a realização de 12 pesquisas, sendo seis de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, e as outras seis mediante levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. No âmbito da Sureg-RO/AC foram realizadas os quatro levantamentos de dados previstos no cronograma da GEASA.

Para a realização do último levantamento de 2008 da safra de grãos (4.º levantamento da safra 2008/2009), os empregados da Conab visitaram municípios produtores do País, no período de 15 a 19 de dezembro de 2008, entrevistando produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados) e Agentes Financeiros. As estimativas de área e produtividade, nos estados onde foi realizada a pesquisa, foram desenvolvidas dentro dos seguintes critérios:

Safr de Verão 2008/2009: Para as culturas de algodão, amendoim 1ª safra, arroz, feijão 1ª safra, milho 1ª safra e soja, nos Estados da Região Centro-Sul, sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia, Tocantins e Rondônia foram utilizados os dados da pesquisa. Nos demais estados e regiões, bem como para os produtos não pesquisados em razão do calendário agrícola, foram ajustados os dados de área da safra anterior. Para a estimativa de produtividade, foram utilizadas as médias dos últimos cinco anos, descartando-se os anos atípicos e agregando o ganho tecnológico.

Culturas de Inverno: Para trigo, triticales, aveia, centeio e cevada foram utilizados os dados da pesquisa de campo.

Safr da Região Norte/Nordeste - Safr de Verão: Foi ajustada a área da safra anterior de alguns produtos e para a produtividade foi considerada a média dos últimos cinco anos, descartando-se os anos atípicos e agregando o ganho tecnológico.

No comparativo entre as safras 2006/07 e 2007/08, a área plantada nos Estados de Rondônia e do Acre foi 1,5% maior; passou de 434,1 mil hectares cultivados (safra 2006/07), para 440,4 mil hectares (safra 2007/08), o que representou um aumento de 6,3 mil hectares. A quantidade produzida na safra de grãos 2007/08 foi 10,5% superior à anterior, subindo de 861 mil toneladas para 951,4, ou seja 90,4 mil toneladas a mais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.28
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola
Rondônia/ Acre – Safras 2006/07 e 2007/08

Produto	ÁREA (Em mil ha)				PRODUÇÃO (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2006/07 (a)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2006/07 (a)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	0	0	-	-	0	0	-	-
Amendoim total	0	0	-	-	0	0	-	-
Amendoim 1ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Amendoim 2ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Arroz	93,2	84,1	(9,8)	(9,1)	175,5	164,9	(6,0)	(10,6)
Aveia	0	0	-	-	0	0	-	-
Centeio	0	0	-	-	0	0	-	-
Cevada	0	0	-	-	0	0	-	-
Feijão total	76,1	71,9	(5,5)	(4,2)	49,4	49,1	(0,6)	(0,3)
Feijão 1ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Feijão 2ª safra	76,1	71,9	(5,5)	(4,2)	49,4	49,1	(0,6)	(0,3)
Feijão 3ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Girassol	0	0	-	-	0	0	-	-
Mamona	0	0	-	-	0	0	-	-
Milho total	174,4	184,6	5,8	10,2	358,6	425,9	18,8	67,3
Milho 1ª safra	155,1	159,9	3,1	4,8	296,2	347,1	17,2	50,9
Milho 2ª safra	19,3	24,7	28,0	5,4	62,4	78,8	26,3	16,4
Soja	90,4	99,8	10,4	9,4	277,5	311,5	12,3	34,0
Sorgo	0	0	-	-	0	0	-	-
Trigo	0	0	-	-	0	0	-	-
Triticales	0	0	-	-	0	0	-	-
Total RO	434,1	440,4	1,5	6,3	861	951,4	10,5	90,4

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa

Comparativamente à safra 2007/08 a estimativa de área plantada no Estado de Rondônia e do Acre foi reduzida em 1,3%, o que corresponde a uma área de 5,8 mil hectares. A quantidade produzida na safra de grãos 2008/09 deverá ser 2,9% inferior à anterior, caindo de 951,4 toneladas para 923,6 mil, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.29
Estimativa da Área Plantada e da Produção Agrícola
Rondônia/ Acre – Safras 2007/08 e 2008/09

Produto	ÁREA (Em mil ha)				PRODUÇÃO (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	0	0	-	-	0	0	-	-
Amendoim total	0	0	-	-	0	0	-	-
Amendoim 1ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Amendoim 2ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Arroz	84,1	76,4	(9,2)	(7,7)	164,9	157,2	(4,7)	(7,7)
Aveia	0	0	-	-	0	0	-	-
Centeio	0	0	-	-	0	0	-	-
Cevada	0	0	-	-	0	0	-	-
Feijão total	71,9	71,9	-	-	49,1	47,6	(3,1)	(1,5)
Feijão 1ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Feijão 2ª safra	71,9	71,9	-	-	49,1	47,6	(3,1)	(1,5)
Feijão 3ª safra	0	0	-	-	0	0	-	-
Girassol	0	0	-	-	0	0	-	-
Mamona	0	0	-	-	0	0	-	-
Milho total	184,6	180,1	(2,4)	(4,5)	425,9	403,7	(5,2)	(22,2)
Milho 1ª safra	159,9	155,4	(2,8)	(4,5)	347,1	334	(3,8)	(13,1)
Milho 2ª safra	24,7	24,7	-	-	78,8	69,7	(11,5)	(9,1)
Soja	99,8	106,2	6,4	6,4	311,5	315,1	1,2	3,6
Sorgo	0	0	-	-	0	0	-	-
Trigo	0	0	-	-	0	0	-	-
Triticale	0	0	-	-	0	0	-	-
Total RO	440,4	434,6	(1,3)	(5,8)	951,4	923,6	(2,9)	(27,8)

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Em 2008 a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão. A Conab gastou durante o exercício R\$595.496,81, representando cerca de 59,65% da dotação. Na Sureg-RO/AC foram liquidados R\$8.627,36 do total orçado de R\$ 14.463,38, sendo (R\$5.715,00 com diárias, R\$1.787,36 com material de consumo e R\$1.125,00 com passagens e despesas com locomoção).

2.5.17 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta Ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gecap
- **Coordenador nacional da Ação:** Maria Izabel Braga Coelho
- **Responsável Regional pela Ação:** Deusamá Águida Melo Silva
- Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

2.5.17.1 – Resultados

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária	1.680.000,00	38.000,00	2,26
Execução Orçamentária	1.620.336,57	33.233,20	2,05
Índice	96,45	87,46	-
Meta Física	5.129	46	0,90
Execução Física	6.012	141	2,35
Índice	117,22	306,52	-

A dotação orçamentária global para a Ação aprovada na LOA/2008 foi de R\$1.400.000,00 tendo sido autorizado crédito suplementar de R\$280.000,00, totalizando R\$1.680.000,00, e a meta física previa o treinamento de 5.129 empregados. Durante o exercício foram treinados 6.012 empregados, 17,22% acima da meta, ao custo total de R\$1.620.336,57, representando 96,45% da previsão.

Para a Sureg-RO/AC a meta previa o treinamento de 46 empregados com dotação orçamentária de R\$38.000,00, tendo sido capacitados 141 empregados, representando 2,35% do total de participantes da Conab e 306,52% da meta estabelecida para a Sureg em decorrência da participação de empregados em amis de um treinamento durante o ano comparativamente ao ano anterior, quando foram treinados 93 empregados, houve crescimento de 51,62%.

Quadro 2.30

Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Sureg-RO

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Planejamento	4	80	20
Operacional	27	993	36,78
Administrativa	41	606	14,78
Financeira	0	0	0
Gerencial	0	0	0
Informática	38	1.050	27,63
Qualidade	0	0	0
Jurídica	3	62	20,67
Auditoria	0	0	0
Comunicação Social	0	0	0
Educ/Desenvolvimento	28	570	20,36
Total	141	3.361	23,84

Fonte : Conab/Diafi/Sumoc/Gecap

Os treinamentos realizados em 2008 pelos empregados da Sureg/Rondônia contemplaram 72 empregados da área administrativa, operacional e área jurídica nos cursos de Licitações e Contratos, Formação de Pregoeiro, Redação Oficial e Gramatical, Comissão Interna de Prevenção e Acidentes de Trabalho – CIPA, bem como 27 empregados da área

operacional nos cursos específicos de Programa de Aquisição de Alimentos/Agricultura Familiar, Segurança Alimentar Nutricional, Programa de Fiscalização das Operações de Subvenções, Escoamento e Prêmio Seguro Rural, Fiscalização de Estoques Governamentais e Curso de Levantamento de Safra Cana de Açúcar. Ainda treinou 38 empregados da área administrativa e operacional nos cursos de informática.

QUADRO 2.31

Demonstrativo das Despesas Realizadas Exercícios 2007 e 2008

Elemento de Despesa	Despesa Realizada (R\$)	
	2007	2008
Diárias	17.197,50	8.490,00
Material de Consumo		
Passagens e Desp.Locomoção	19.043,71	15.968,20
Serviços de Consultoria	-	-
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Física		-
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica	4.856,40	8.775,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	-
Indenizações e Restituições		-
Total RO	38.062,86	33.233,20
Total Conab	1.373.729,00	1.620.336,57
Participação %	2,77	2,50

Fonte: Siafi

Comparativamente ao exercício de 2007, o número de horas de treinamento apresentou aumento de 54,67%, passando de 2.173 horas para 3.361 enquanto a média de horas com treinando aumentou em 2,02%, passando de 23,37 horas/treinando para 23,84.

Apesar do aumento do número de participantes em treinamento, quando comparado ao ano anterior, as despesas financeiras com a referida Ação na Sureg RO, apresentaram redução de 19,13% em 2008, uma vez que alguns cursos foram ministrados por instrutores/multiplicadores do próprio quadro funcional da Conab. Os gastos mais expressivos foram registrados em Diárias, Passagens e Gastos com Locomoção, referentes à participação de empregados em treinamento realizados no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, em Brasília, sobre os Sistemas Corporativos, desenvolvidos por técnicos da Matriz, tais como: Operação do SIAGRO (Sistema de Informações Agropecuárias/ABAS), Operação do SIGEST (Sistema de Gestão de Estoques), Operação do X-FAC (Sistema de Faturamento e Controle de Estoques) e Operação do PAANet (Programa de Aquisição de Alimentos) bem como participação de empregados da Regional em Seminários Jurídicos e de Segurança Nacional Alimentar e Nutricional.

2.5.18 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumaj

- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Capareli
- **Coordenador Regional da Ação:** Alisson Piton Paladine
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Procuradoria Regional de Rondonia – PRORE

- Prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;
- Elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e cancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Companhia seja parte ou interveniente, e promover a permanente atualização dos respectivos registros;
- Representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência;
- Propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Companhia;
- Zelar pela uniformidade de entendimentos e observância aos critérios e normas adotados pela Companhia, e à legislação pertinente;
- Analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais e licitatórios de aquisição e alienação de bens patrimoniais, e contratação de serviços;
- Manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;
- Manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;
- Acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados;
- Propor à Procuradoria-Geral acordos judiciais e extrajudiciais, de qualquer natureza, com vistas à aprovação da Diretoria Colegiada;
- Praticar os demais atos inerentes à defesa e conservação dos direitos da Companhia, no âmbito da Sureg.

2.5.18.1 – Resultados

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária	30.603.660,00	70.000,00	0,23
Pessoal e Encargos	16.596.500,00	70.000,00	0,42
Despesas Correntes	14.007.160,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	25.732.117,62	57.935,74	0,23
Pessoal e Encargos	15.731.115,00	57.935,74	0,37
Despesas Correntes	10.001.002,62	0,00	0,00
Índice	84,08	82,77	-

A Secretaria de Orçamento Federal-SOF não acatou a proposta da Conab, à época da elaboração do Orçamento-2008, que solicitava aporte de recursos no valor de R\$ 39.007.160,00, sendo consignada na LOA dotação orçamentária de R\$ 30.603.660,00. Durante o exercício foram liquidados, em nível nacional, R\$ 25.732.117,62, representando 84,08% da dotação final.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-RO/AC era de R\$ 70.000,00, sendo liquidado no exercício R\$ 57.935,74 (82,77%) com depósitos compulsórios.

2.6 – Outras Ações

2.6.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

No âmbito da SUREG/RO-AC foram realizadas apenas vendas em balcão e atendimento a pequenos criadores.

a) - Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei 8.171, de 17/01/91) o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação quanto ao desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei, destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode-se vislumbrar no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, atenuada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor a essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações, configuradas no Programa de Vendas em Balcão, o Governo vem assegurando aos segmentos de menor porte acesso a insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, propiciando a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto em comprador, sendo:

- milho em grãos – 14 t para as Regiões Norte e Nordeste e 27 t para as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul;
- arroz em casca – 100 t;
- castanha de caju – 10 t
- trigo – 50 t, e
- sacaria – 1.000 unidades

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 20 estados, totalizando 75.721 mil toneladas de produtos, sendo: 75.547 toneladas de milho em grãos e 174 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 29.547 atendimentos.

O volume total, se comparado ao de 2007, que atingiu 220.314 toneladas, representou apenas 34% do volume comercializado. Valor revertido aos cofres públicos no total de R\$35.966.240,01, conforme demonstrado no quadro a seguir.

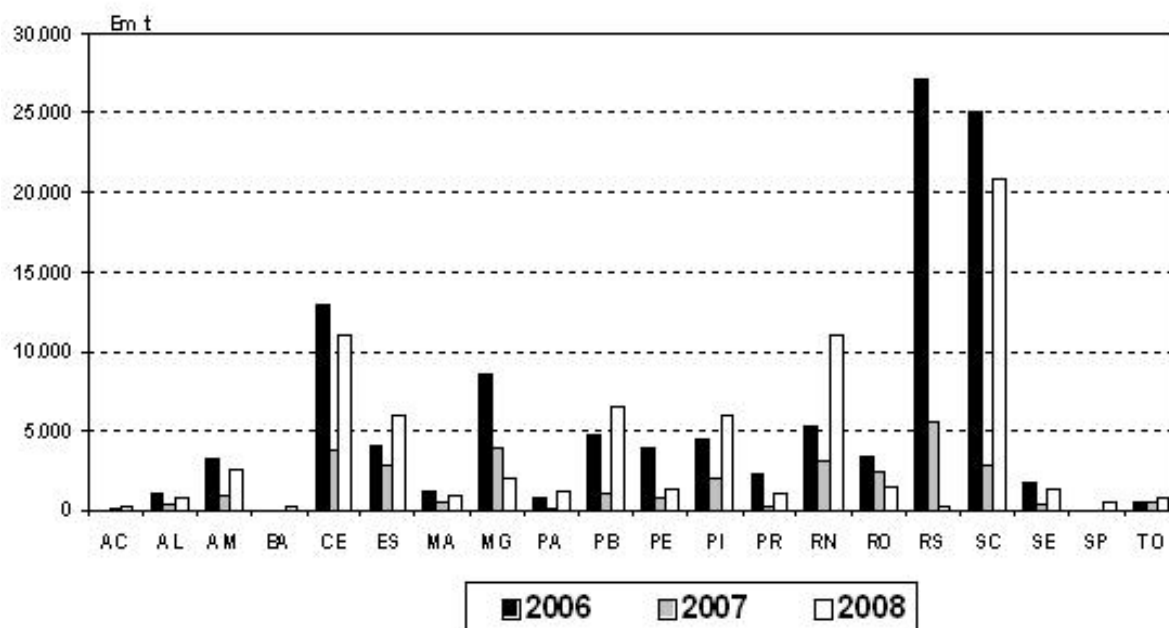
Quadro 2.32
Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF e Produto

Sureg	UF	2006			2007			2008		
		Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes
Arroz em Casca										
PI	PI	8	3.440,26	1	-	-	-	0	0,00	-
RO	RO	2.172	777.976,13	100	540	255.061,70	22	0	0,00	-
Subtotal		2.180	781.416,39	101	540	255.061,70	22	0	0,00	-
Castanha de Caju										
PI	PI	13	13.384,25	7	-	-	-	7	9.661,44	1
RN	RN	-	-	-	286	264.580,36	79	167	175.449,75	30
RO	RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		13	13.384,25	7	286	264.580,36	79	174	185.111,19	31
Milho										
AM	AM	3.298	1.150.783,96	913	3.979	1.794.134,08	870	2.630	1.410.517,88	682
	BA	4	1.417,92	2	230	95.848,69	65	206	103.830,08	104
BA	SE	1.765	604.479,11	420	914	348551,53	191	1.352	652.750,73	312
CE	CE	12.885	4.676.705,42	3.752	23.546	9.456.718,73	6.457	10.954	5.779.527,60	3.775
ES	ES	4.161	1.422.895,43	2.861	6.256	2.661.114,40	3.219	5.941	2.874.173,66	3.609
MA	MA	1.299	507.290,68	443	1.569	635.345,92	596	865	433.605,55	464
MG	MG	8.594	2.388.252,01	3.866	4.295	1.783.200,93	1.733	2.039	952.715,75	1.882
PA	PA	759	224.543,84	90	1.105	401.910,19	111	1.188	578.136,52	115
PB	PB	4.697	1.759.790,85	1.067	6.500	2.690.289,01	1.438	6.459	3.260.325,86	1.568
	PE	3.916	1.420.178,67	719	3.551	1.437.875,11	633	1.431	783.739,39	511
PE	AL	1.169	424.237,33	328	441	201.915,17	123	777	419.147,68	258
PI	PI	4.449	1.764.173,72	1.951	4.733	2.153.679,53	2.131	5.956	3.127.028,08	3.277
PR	PR	2.181	609.534,90	233	29.320	10.718.775,44	2.011	1.009	405.240,94	71
RJ	RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	RN	5.202	2.015.799,86	3.143	13.845	5.605.516,88	6.657	10.767	5.361.671,50	5.360
	RO	1.129	320.274,36	2.326	1.262	432.925,72	4.241	1.455	590.421,41	3.111
	AC	52	15.445,20	115	314	119.532,58	549	299	135.255,57	980
RS	RS	27.141	6.093.327,05	5.625	36.822	13.227.005,48	3.798	257	114.539,13	49
SC	SC	25.028	6.648.480,49	2.876	80.211	26.549.509,07	8.880	20.807	8.279.800,69	2.236
SP	SP	-	-	-	-	-	-	444	160.470,40	49
TO	TO	476	164.614,90	515	595	234.063,25	624	711	358.230,40	1.103
Subtotal		108.205	32.212.225,70	31.245	219.488	80.547.911,71	44.327	75.547	35.781.128,82	29.516
Total Geral		110.398	33.007.026,34	31.353	220.314	81.067.553,77	44.428	75.721	35.966.240,01	29.547

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

* Suregs com processo individualizado

Figura 3
Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF



Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Considerando que os atendimentos são efetuados em unidades armazenadoras próprias ou credenciadas pela Conab próximas aos logradouros dos beneficiários cadastrados, para dar andamento à disponibilização de milho para o Programa houve necessidade de reordenamento dos estoques públicos, especialmente daqueles armazenados no Estado do Mato Grosso, para diversas Unidades da Federação, conforme descrito na Ação: Formação de Estoques Públicos.

Os valores arrecadados com a venda dos estoques vinculados à PGPM foram transferidos para o Tesouro Nacional, e aqueles decorrentes dos estoques do PAA foram direcionados ao MDA ou MDS, conforme a origem dos recursos utilizados na aquisição dos produtos.

Até o fim do exercício, o Programa atendeu em âmbito regional da Sureg/RO-AC 4.091 clientes, com a venda de 1.750 toneladas de milho, com valor total de R\$724.676,98.

Comparativamente à quantidade total vendida, as operações realizadas na Sureg/RO-AC representaram 2,31% do total da Conab e apresentou uma diminuição de 14,59% sobre o número de clientes atendidos no mesmo período de 2007, nos estados de Rondônia e Acre.

b) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período entre os meses de janeiro a maio, quando os preços de mercado estavam aquecidos, a Conab ofertou 545.964 toneladas de milho em grãos armazenados no

Estado do Mato Grosso, sendo negociadas 342.455 toneladas. O valor da operação incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio foi de R\$73.521.364,99 e o valor total previsto do prêmio de R\$37.738.309,35. Até o fim do exercício foi comprovado o escoamento de 326.700 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.33
Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP

Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)		Valor Financeiro (R\$)	Comprovado				
Ofertada	Negociada	S/ ICMS	C/ ICMS s/ Prêmio		UF	Quantidade (t)		Prêmio (R\$)	
						Negociada	Comprovada	Previsto	Pago
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	AC	40	40	2.840,00	2.840,00
					AL	19.929	19.771	2.477.765,01	2.463.273,01
					AM	4.215	4.215	323.540,40	323.540,40
					BA	9.072	8.232	1.380.519,00	1.261.039,00
					CE	48.325	46.796	6.360.275,48	6.159.428,24
					ES	36.832	35.380	3.546.249,50	3.409.549,00
					MA	620	620	91.140,00	91.140,00
					MG	43.173	37.676	3.456.874,00	2.961.281,00
					PA	5.800	5.760	518.080,00	515.040,00
					PB	23.488	23.374	2.902.460,00	2.887.805,38
					PE	88.022	85.878	10.868.411,72	10.568.330,82
					PI	1.065	1.065	170.860,00	170.860,00
					RJ	4.391	4.391	313.927,50	313.927,50
					RN	6.714	6.474	812.436,54	778.716,54
					RO	8.381	8.381	675.009,00	674.958,00
					RS	1.600	1.200	177.600,00	146.400,00
					SE	12.188	11.763	1.565.879,70	1.514.538,70
					SP	28.600	25.684	2.094.441,50	1.880.345,46
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	-	342.455	326.700	37.738.309,35	36.123.013,05

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

A região sob jurisdição da Sureg/RO-AC teve como destino 8.421 toneladas de milho, representando 2,58% do total negociado pela Conab e 1,88% (R\$677.798,00) do volume financeiro previsto na subvenção.

2.6.2 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuam para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observada as suas competências regimentais.

Para isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e

- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2008 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2008 foram distribuídas mercadorias (arroz beneficiado, farinha de mandioca, farinha de trigo, flocos de milho, peças de vestuários e kits pedagógicos) nos estados de AM, BA, GO, PB e RJ, no valor de R\$765.629,45.

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de 171.570 impressos e materiais alusivos ao Fome Zero, que foram utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania, no estado de Goiás e no Distrito Federal.

c) Apoio Institucional ao Fome Zero

A título de apoio institucional, a Conab promoveu o recebimento, guarda e entrega de material de assistência humanitária, que se destinavam aos atendimentos emergenciais a vítimas de calamidades públicas, abrangendo os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008 e fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar, doou 14.666 toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar, totalizando 1.874 atendimentos, beneficiando 655 municípios, em 19 unidades da federação, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 2.34

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (oriundos da Agricultura Familiar)

Sureg	Nº Entid Benefic	Produtos (kg)													Total
		Açúcar	Arroz		Doce de Frutas	Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em Pó	Mel	Milho	Sementes	Suco	
			Benefic	Em casca		Mandioca	Milho								
AM	4	-	-	-	-	35.000	-	59.440	-	-	-	-	-	-	94.440
BA	399	-	-	-	-	739.496	-	647.074	-	-	-	-	-	-	1.386.570
CE	8	980	-	287.250	-	394.893	-	1.320	-	-	-	200.030	-	-	884.473
ES	2	-	-	-	-	515.000	-	-	-	-	-	-	-	-	515.000
GO	122	-	9.245	1.389.579	-	-	-	784.018	-	-	-	-	-	-	2.182.842
MG	86	-	-	-	-	473.870	-	104.835	-	-	-	-	-	-	578.705
MA	12	-	-	-	-	10.850	-	3.750	-	-	-	-	-	-	14.600
MS	9	-	-	-	-	305.348	-	43.368	-	-	-	59.000	-	-	407.716
PA	2	-	-	1.212.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.212.513
PB	77	-	-	-	-	23.700	-	93.670	-	-	18.000	-	-	-	135.370
PE	212	117.052	-	-	-	658.687	-	326.978	-	-	-	-	-	-	1.102.717
PI	63	-	-	114.605	-	593.839	-	126.734	-	-	-	1.077.200	-	-	1.912.378
PR	310	-	-	155.999	-	167.615	-	360.751	-	-	2.360	-	-	-	686.725
RN	221	3.930	-	-	-	431.996	-	73.500	-	-	2.132	-	-	-	511.558
RO	17	-	-	-	-	-	-	199.460	-	-	-	-	-	-	199.460
RS	48	34.578	18.284	555.000	7.548	-	-	63.295	6.352	24.000	18.979	-	248	8.206	736.490
SC	58	49.161	-	9.450	4.000	209.900	1.728	1.425.079	-	-	-	-	-	-	1.699.318
SP	222	-	-	-	-	155.080	-	247.260	-	-	-	-	-	-	402.340
TO	2	-	-	2.898	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.898
Total	1.874	205.701	27.529	3.727.294	11.548	4.715.274	1.728	4.560.532	6.352	24.000	41.471	1.336.230	248	8.206	14.666.113

Fonte: Conab/Supab

2.6.3 – Serviços de Armazenagem

O quantitativo total de estoque armazenado de terceiros nas unidades armazenadoras de jurisdição da Sureg-RO/AC, apresentou redução, em toneladas, de 52,27% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2007. Alguns fatos podem ser considerados relevantes na justificativa das reduções observadas como por exemplo o aumento da capacidade estática na rede privada de armazenagem, fato este que diminui a necessidade de utilização de serviços de terceiros por parte dos produtores, que passaram a armazenar seus produtos em armazéns próprios. Tal acontecimento pode ser mais acentuadamente observado na região sul do estado. Um outro e principal fator é a questão dos preços conseguidos com a venda dos produtos, sendo os mesmos rentosos já no período de safra, não sendo portanto necessário a estocagem do produto para sua comercialização no período de entre-safra, o que finaliza com a desova mais célere dos produtos agrícolas no mercado.

Quadro 2.35
Demonstrativo de Estoque Médio

Sureg: Rondônia

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)											
	2005			2006			2007			2008		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Cacoal	627	984	1.611	1.444	143	1.587	1.034	80	1.114	427	224	651
Porto Velho	655	1.048	1.703	1.108	419	1.527	865	309	1.174	1.333	220	1.553
Vilhena	1.192	2.422	3.613	1.906	1.462	3.368	292	1.197	1.489	0	360	360
Rio Branco	61	0	61	267	0	267	129	0	129	142	25	167
Total	2.534	4.454	6.989	4.725	2.024	6.749	2.320	1.586	3.906	1.902	829	2.731

Fonte: Conab/DRE

Em relação as receitas com produtos de terceiros, demonstradas na quadro abaixo, as percentagens de redução observadas, são semelhantes as já comentadas acima quando falamos do quantitativo de estoque médio armazenado. Em valores modulares, a redução total observada de 2007 para 2008 foi de R\$ 212.375,87 para R\$ 113.892,34, o que já se era esperado se tomarmos como base os quantitativos armazenados.

Quadro 2.36
Demonstrativo de Receita com Produtos de Terceiros

Sureg: Rondônia

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros			
	2005	2006	2007	2008
Sede-Sureg/RO	2.975,75	-79.741,39	-2.104,17	26,26
Cacoal	80.641,72	14.907,33	32.059,68	20.114,15
Porto Velho	62.445,66	34.168,97	45.009,05	48.724,78
Vilhena	148.030,72	126.895,95	137.411,31	45.027,15
Rio Branco-AC	-	-	-	-
Total-Sureg	294.093,85	96.230,86	212.375,87	113.892,34

2.6.4 – Remoção de Produto

Durante o exercício 2008 foram removidos 100 toneladas de feijão, adquiridas pelo PAA, contratadas via leilão eletrônico no ano de 2007, realizados na Matriz, as despesas da remoção foram custeadas com os recursos de 2007, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.37
Demonstrativo da Remoção de Produtos vinculados ao PAA

Origem	Destino	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
RO	DF	28.890,00	27.183,24	100.000	100.000	-	-	-	100.000	100,00

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

A remoção foi motivada pela necessidade de retirada dos produtos do pólos de compra, pois a maioria não possui armazéns para a guarda e conservação.

2.6.5 - Elaboração da Estimativa da Produção de Café

No período de 16 a 29/11/2007, os técnicos da Conab e das instituições parceiras visitaram municípios produtores de café em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro, para efetuar o quarto levantamento da safra de café 2008/2009.

A safra nacional de café esta estimada em uma produção de 45,9 milhões de sacas de café beneficiado. Desse total, 77,2% (35,4 milhões de sacas) são de arábica e 22,8% (10,5 milhões de sacas) são de robusta. Quando comparada à safra anterior (36,0 milhões de sacas de café beneficiado), verifica-se uma aumento de 27,5% (9,9 milhões de sacas). O referido aumento deve-se, principalmente, à biannualidade positiva da cultura, às condições climáticas favoráveis e aos preços do produto no mercado, que motivaram os produtores a adotar tecnologias e práticas cultivares, como emprego de cultivares melhoradas, controle de pragas e doenças, calagem, adubação, irrigação, desbrota, melhorando assim a produtividade e um produto de melhor qualidade.

Quadro 2.38
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café

UF/Região	Safra				Variação	
	2007/2008		2008/2009		(c/a)	(d/b)
	Área em produção(ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção(ha) (c)	Produção(mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.016.414	16.473	1.048.172	23.581	3,1	43,2
Espírito Santo	517.729	10.306	489.592	10.230	-5,4	-0,7
São Paulo	168.700	2.632	188.495	4.420	11,7	67,9
Paraná	97.842	1.732	96.920	2.608	-0,9	50,6
Bahia	151.792	2.342	125.033	2.141	-17,6	-8,6
Rondônia	153.281	1.482	155.972	1.876	1,8	26,6
Mato Grosso	16.227	153	15.007	138	-7,5	-9,5
Pará	15.137	266	12.917	233	-14,7	-12,7
Rio de Janeiro	14.048	281	13.562	266	-3,5	-5,1
Outros	25.484	404	24.125	499	-5,3	23,5
Total	2.176.654	36.070	2.169.795	45.992	-0,3	27,5

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A área cultivada com café na safra 2007/2008 foi de 2,17 milhões de hectares, tendo 192,8 mil hectares em formação para produção.

Comparando ao levantamento anterior, observa-se aumento de 27,5% na produção, que passou de 36,0 para 45,9 milhões de sacas beneficiadas.

Em Rondônia especificamente, em comparação com a safra passada, houve um aumento da área cultivada da ordem de 1,8%, saindo de 153.281 mil hectares para 155.972

mil, assim como uma melhor produtividade, devido principalmente a utilização de maior pacote tecnológico e de tratamentos culturais, elevando a produção de 1.482 mil sacas em 2007 para 1.876 mil sacas em 2008.

Quadro 2.39
Demonstrativo Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro – Safra 2008/09

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção			Produtividade
	Em Formação		Em Produção		(mil sacas beneficiadas)			(sacas/ha)
	Área (ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	122.156	437.758	1.048.172	3.223.892	23.545	36	23.581	22,50
Espírito Santo	27.147	80.923	489.592	1.065.049	2.867	7.363	10.230	20,89
São Paulo	12.106	46.638	188.495	407.608	4.420	-	4.420	23,45
Paraná	8.580	44.900	96.920	329.900	2.608	-	2.608	26,91
Bahia	5.796	11.109	125.033	9.538	1.566	576	2.141	17,12
Rondônia	7.045	13.393	155.972	276.070	-	1.876	1.876	12,03
Mato Grosso	5.301	12.722	15.007	36.017	12	126	138	9,20
Pará	2.365	8.612	12.917	31.001	-	233	233	18,00
Rio de Janeiro	260	1.200	13.562	26.080	253	13	266	19,64
Outros	2.131	5.325	24.125	57.900	213	286	499	20,67
Brasil	192.887	662.580	2.169.795	5.463.055	35.484	10.508	45.992	21,20

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa

2.7 - Recursos Recebidos

Os recursos recebidos via repasses de outros órgãos públicos são recebidos na Matriz em Brasília (UG 135100) e executados nas regionais por meio de descentralizações orçamentárias.

2.7.1 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Objetivando a aquisição de produtos; a operacionalização do Programa; a supervisão, acompanhamento e avaliação dos projetos em execução; e a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$ 336.953.966,00, conforme descrito a seguir.

a) Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

1) Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDA

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento dos projetos de Compra com Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque e dos estoques oriundos da Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, e mediante a apresentação de Plano de Operações elaborado pela Conab, o MDA providenciou o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$100.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte, de acordo com a Portaria Conjunta MDA/Conab n.º 50, de 11 de março de 2008.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AC, do AM, do ES, de MG, do PA, do PR, do RJ, do RN, de RO e do RS.

2) Seminário Nacional do PAA

Repasse da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA, no valor de R\$ 210.900,00 para a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA – Balanços e Perspectivas, em parceria com o Consea, MDA, MDS e FNDE.

O evento teve como objetivo a avaliação e o balanço do PAA, do ponto de vista do governo e dos parceiros da sociedade civil, buscando elementos para o fortalecimento do Programa enquanto política pública promotora da soberania e da segurança alimentar; o aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais; melhoria dos controles e da eficiência na aplicação dos recursos públicos, na geração de renda aos agricultores familiares, na sustentação dos preços dos produtos provenientes da agricultura familiar e no fornecimento de alimentos para populações em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Os principais temas abordados foram: a) o fortalecimento do PAA enquanto política pública de articulação entre produção/comercialização/consumo, b) o PAA como instrumento de fomento ao desenvolvimento territorial e promoção da agrobiodiversidade, e c) o arranjo institucional do PAA, debatendo-se as diferentes formas de gestão, os mecanismos de operacionalização, seus limites e possibilidades.

O Seminário foi realizado no período de 16 a 19 de junho, em Brasília-DF e para sua realização foi contratada por meio de licitação pública, a empresa Premier Alimentos e Eventos Ltda (CNPJ n.º 0311819191/0001-89).

3) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação no valor de R\$ 142.534.800,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio da utilização das modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 39.200 famílias de produtores rurais e a implantação de 10 polos de aquisição de alimentos.

Durante o exercício foram atendidos 26.698 produtores familiares, representando cerca de 68,11% da meta prevista, com aquisição de 57.067 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Este instrumento tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008. Podem ser adquiridos produtos de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Os preços de referência são elaborados pela Conab de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA constantes Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, e após a aprovação pelo Grupo são divulgados no DOU e incluídos no Manual de Operações da Conab.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2008, 7.042 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$42.713.811,96, beneficiando 12.258 famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.40
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Sureg	UF	Nº De Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
CE	CE	20	3	50	60.000,00
MG	MG	1.875	1	875	6.560.550,00
PE	PE	83	1	319	286.684,53
	AL	111	12	429	382.899,22
PI	PI	26	2	26	26.403,84
RN	RN	187	6	522	635.903,61
PR	PR	664	75	417	2.317.603,57
SP	SP	14	1	85	48.995,94
RS	RS	9.278	24	4.319	32.394.771,25
Total		12.258	125	7.042	42.713.811,96

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Ao fim, cabe resalvar que como demonstrado no quadro acima, a SUREG-RO/AC não dispôs dessa modalidade de atuação do PAA, dado aos significativos aumentos de preços dos produtos agrícolas, ocorridos no ano de 2008, não sendo portanto necessária a intervenção do governo federal no sentido de adquirir produtos oriundos da agricultura familiar a preços de referência, pois o mercado por si só apresentou-se rentoso à essa classe de agricultores.

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 e Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Podem ser adquiridos em todo o território nacional produtos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab) organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 50.025 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de R\$ 46.517.339,01, beneficiando 14.440 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.41
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
AM	AM	305	6	857	622.256,59
BA	BA	1.703	14	1.207	5.667.183,08
	SE	110	2	902	384.620,00
CE	CE	159	2	463	555.124,80
ES	ES	112	3	133	379.918,00
GO	GO	103	1	224	358.070,00
MG	MG	878	8	1.226	3.068.394,78
MT	MT	145	9	495	465.185,50
PA	PA	67	2	260	234.199,18
PB	PB	9	1	8	31.500,00
PI	PI	249	2	89	249.550,00
PE	AL	372	5	1.630	1.288.375,22
PR	PR	2.020	13	5.688	6.907.494,14
RJ	RJ	93	1	72	324.440,00
RN	RN	466	10	859	1.209.873,60
RO	RO	192	4	474	533.390,02
	AC	429	2	1.579	1.499.999,65
RS	RS	4.083	23	25.957	12.618.620,50
SP	SP	1.606	16	6.058	5.619.144,88
SC	SC	1.339	8	1.844	4.499.999,10
TOTAL		14.440	132	50.025	46.517.339,04

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Afunilando a discussão para os dados observados na SUREG-RO/AC, pode-se constatar que o volume de recursos do MDA aplicados na modalidade CPR-Estoque do PAA, perfaz um montante de R\$ 2.033.389,67, quando somados os valores utilizados pelos estados de Rondônia e Acre, o que representa 4,38% do total de R\$ 46.517.339,04 gastos com aquisição em todo o território.

O número total de agricultores atendidos com os recursos repassados para a operacionalização do PAA foi de 26.049 equivalendo a 68,2% da meta prevista. A execução a menor deve-se ao cronograma de desembolso dos recursos e à menor demanda pela CPR-Estoque e pela aquisição direta.

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$ 94.352.869,50, representando cerca de 66,05% dos recursos recebidos. Com a aquisição de produtos foram gastos R\$ 89.239.799,67 equivalente a 94,58% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.42
Demonstrativo da Execução da Despesa

Surg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda	
AM	AM	5.190,00	755,00	8.332,77	-	23.861,22	-	622.256,43	660.395,42
	RR	-	-	-	-	12.610,00	-	-	12.610,00
BA	BA	10.275,00	3.225,21	2.103,27	-	104.600,61	-	5.667.183,08	5.787.387,17
	SE	165,00	50,00	-	-	4.824,95	-	384.620,00	389.659,95
CE	CE	7.395,00	1.419,29	-	-	-	-	624.926,67	633.740,96
ES	ES	5.775,00	1.256,52	1.665,50	-	14.598,39	-	379.918,00	403.213,41
GO	GO	-	-	296,03	-	559,05	-	358.070,00	358.925,08
MA	MA	5.400,00	2.487,16	2.864,18	-	-	-	-	10.751,34
MG	MG	4.920,00	2.324,84	1.668,46	-	22.435,00	1.549.767,91	9.628.944,78	11.210.060,99
MS	MS	-	165,20	-	-	-	-	-	165,20
MT	MT	3.645,00	870,30	360,00	-	19.891,78	-	465.185,50	489.952,58
PA	PA	450,00	426,19	2.648,34	-	16.274,23	-	234.199,18	253.997,94
PB	PB	3.225,00	711,45	1.060,47	-	19.693,29	-	31.500,00	56.190,21
PE	PE	-	-	-	380,00	239.178,15	118,80	286.684,53	526.361,48
	AL	-	-	-	18,97	49.213,12	4.105,90	1.669.113,90	1.722.451,89
PI	PI	-	-	-	-	28.461,12	4.488,65	276.561,12	309.510,89
PR	PR	5.040,00	1.515,52	817,83	-	49.129,21	-	9.225.098,82	9.281.601,38
RJ	RJ	1.125,00	257,66	760,00	-	15.043,75	-	324.440,00	341.626,41
RN	RN	15.300,00	5.434,03	3.906,78	793,15	29.429,42	13.375,00	1.846.175,14	1.914.413,52
	RO	4.770,00	1.893,03	1.905,00	-	-	-	533.390,02	541.958,05
RO	AC	1.125,00	250,00	581,88	-	14.793,00	-	1.499.999,65	1.516.749,53
RS	RS	2.475,00	-	2.796,91	-	1.031.951,90	1.259.235,90	45.013.392,43	47.309.852,14
SC	SC	6.900,00	2.527,14	4.219,76	-	82.745,95	45.661,47	4.499.999,60	4.642.053,92
SP	SP	-	-	-	-	6.047,05	-	5.668.140,82	5.674.187,87
	Matriz	15.830,00	-	24.918,18	-	264.303,99	-	-	305.052,17
Total		99.005,00	25.568,54	60.905,36	1.192,12	2.049.645,18	2.876.753,63	89.239.799,67	94.352.869,50

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

1) Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDS

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento e avaliação dos projetos em execução e mediante a apresentação de Plano de Trabalho elaborado pela Conab, o MDS providenciou o repasse de recursos de R\$180.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte, de acordo com a Portaria Conjunta n.º 213, de 17 de junho de 2008.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AL, do AM, da BA, do CE, do ES, de GO, de MG, do MS, do MT, do PA, da PB, de PE, do PI, do PR, do RN, de RO, do AC, do RS, de SC, de SP, de SE e de TO.

2) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação n.º 004/2008-SESAN, no valor de R\$ 189.937.976,00, estabelecendo parceria entre o MDS e a Conab, visando dar continuidade à operacionalização do PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, envolvendo instrumentos como a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, a Formação de Estoques pelo Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação, visando a formação de

estoques estratégicos/segurança, à distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

Para tanto, a Conab recebeu recursos no valor de R\$189.937.976,00, objetivando o atendimento a 50.411 famílias de agricultores familiares para compra de 100.000 toneladas de diversos produtos agropecuários. No rol de famílias atendidas foram priorizadas: a) aquelas dos municípios pertencentes aos 60 Territórios da Cidadania; b) foi estimulada a participação de grupos de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; c) a aquisição de produtos alimentícios da agrobiodiversidade, e d) aquisição de alimentos de origem extrativistas oriundos dos povos e comunidades tradicionais, conforme compromisso firmado com a Agenda Socioambiental.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 50.411 famílias de produtores rurais.

Durante o mês de dezembro foi celebrado Termo Aditivo pelo qual a Conab recebeu mais R\$ 3.990.290,03 para aquisição de produtos agropecuários de 535 agricultores familiares, alterando o valor total para R\$ 193.928.266,00 e a meta física para 50.946 agricultores.

Durante o exercício foram atendidos 65.460 agricultores familiares, representando cerca de 128,49% da meta prevista, com aquisição de 117.650 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por este instrumento foram adquiridas, em 2008, 3.043 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$ 3.593.827,22, beneficiando 1.076 famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.43
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Sureg	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
PI	73	4	167	134.333,19
RN	149	6	573	510.275,56
PB	14	1	55	46.674,50
PE	193	1	698	666.558,42
AL	368	16	1.420	1.263.985,55
RS	279	1	130	972.000,00
TOTAL	1.076	29	3.043	3.593.827,22

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Conforme pode-se observar no quadro acima, a SUREG-RO/AC não dispôs desta modalidade de atuação do PAA nos estados de sua jurisdição, dada a linearidade dos preços dos produtos agrícolas, ocorridos no ano de 2008, não sendo portanto necessária a intervenção do governo federal no sentido de adquirir produtos oriundos da agricultura familiar a preços de referência, pois o mercado por si só apresentou-se rentoso à essa classe de agricultores.

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Por meio desse instrumento foram adquiridas 501 toneladas de diversos produtos alimentícios de 275 produtores familiares em 275 municípios, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.44
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS

Sureg	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
SC	69	5	77	223.040,00
MS	15	1	10	49.555,00
RS	191	6	414	643.022,04
Total	275	12	501	915.617,04

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

De acordo com o observado no quadro acima, pode-se constatar que a modalidade CPR-Estoque só foi materializada nos estados de jurisdição da SUREG-RO/AC utilizando recurso do MDA, não tendo sido utilizado recurso do MDS para a execução desta modalidade de atuação do PAA.

c) Compra Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPR – Doação)

Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Os fornecedores são agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os povos e comunidades tradicionais, qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

Os consumidores são instituições governamentais, ou não governamentais, que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

São amparados produtos alimentícios próprios para consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura*: da safra vigente; b) produtos industrializados/processados/beneficiados: o prazo de validade não deverá ser inferior ao a execução do projeto; c) produtos orgânicos: devem seguir a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados: poderá ser aceita, devendo ser próprio para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Os preços de aquisição são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 12, de 12 de maio de 2004, do Grupo Gestor do PAA.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 114.106 toneladas de diversos produtos alimentícios de 64.109 produtores familiares e distribuídas a 10.466.480 beneficiários consumidores, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.45
Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Produtos Alimentícios/ MDS

Sureg	UF	Nº de Agrilultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AM	AM	1.382	15	5.405	111.012	214	4.313.160,25
	RR	29	2	14	4.087	36	100.590,00
BA	BA	6.059	73	9.252	778.287	1.685	17.074.033,76
	SE	4.221	35	8.504	297.813	300	11.675.966,24
CE	CE	3.667	60	4.220	636.803	1.671	11.628.738,87
ES	ES	180	7	353	22.695	58	511.585,31
GO	GO	756	12	879	93.165	434	2.556.498,41
MA	MA	3.863	48	4.788	269.764	831	12.961.956,94
MG	MG	14.148	144	20.958	3.115.188	3.015	35.932.836,60
MS	MS	319	10	469	116.295	122	946.529,05
MT	MT	1.816	44	3.535	210.239	592	5.517.677,76
PA	PA	979	28	1.490	724.163	192	3.083.035,28
	AP	94	5	179	9.918	45	258.711,65
PB	PB	938	31	1.225	141.199	812	2.617.847,14
PE	PE	2.201	22	5.085	210.365	764	7.220.797,06
AL	AL	236	7	664	268.606	655	811.019,06
PI	PI	582	5	96	66.246	66	459.485,70
PR	PR	4.305	92	9.304	948.424	1.209	12.033.381,57
RJ	RJ	870	8	1.325	347.491	94	2.598.188,55
RN	RN	1.131	19	814	435.277	1.209	2.990.312,99
RO	RO	819	7	1.467	63.492	269	2.618.612,19
	AC	648	11	1.374	67.176	409	1.692.120,35
RS	RS	6.676	49	11.352	220.095	878	18.149.087,44
SC	SC	2.106	22	3.521	257.047	460	5.624.960,00
SP	SP	5.811	56	17.609	1.003.454	1.606	18.577.734,60
TO	TO	273	7	224	48.179	135	723.036,69
TOTAL	TO	64.109	819	114.106	10.466.480	17.761	182.677.903

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Na área de atuação da SUREG-RO/AC o total executado perfaz a somatória de R\$ 4.310.732,54, o que representa 2,36% do total executado em âmbito nacional.

Ainda observando o quadro acima, pode-se relatar que, na área de jurisdição da SUREG-RO/AC, por meio desse instrumento, foram adquiridas na 2.841 toneladas de diversos produtos alimentícios de 1.467 produtores familiares e distribuídas a 130.668 beneficiários consumidores.

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$ 194.099.245,11, representando cerca de 100,00% dos recursos recebidos no valor total de R\$194.108.266,00. Com a aquisição de produtos foram gastos R\$187.823.556,22 equivalente a 96,77% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.46
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
AM	AM	10.965,00	498,95	4.413.750,25	12.727,82	-	17.140,00	-	4.455.082,02
BA	BA	49.532,50	37.414,30	17.074.033,76	17.450,87	-	23.290,00	-	17.201.721,43
	SE	7.020,00	1.549,88	11.675.966,24	720,31	-	-	-	11.685.256,43
CE	CE	43.784,20	10.845,09	11.889.255,83	5.325,28	-	637,02	-	11.949.847,42
ES	ES	2.940,00	1.323,46	511.585,31	2.020,91	-	2.184,00	36.000,38	556.054,06
GO	GO	35.971,73	11.805,37	2.565.284,08	9.372,56	-	26.363,74	-	2.648.797,48
MA	MA	55.575,00	18.228,16	12.961.956,94	13.827,64	125,39	56.754,52	-	13.106.467,65
MG	MG	11.567,50	3.115,62	35.934.881,62	5.568,90	-	16.355,97	-	35.971.489,61
MS	MS	5.625,00	2.690,68	998.487,71	4.846,09	-	10.760,23	2.253,58	1.024.663,29
MT	MT	13.590,00	4.903,93	5.775.767,26	4.140,78	-	37.775,32	157.027,79	5.993.205,08
PA	PA	32.182,50	5.128,69	3.341.746,93	16.696,75	-	30.966,00	-	3.426.720,87
PB	PB	34.515,00	13.182,11	2.732.744,45	6.497,47	-	4.455,24	2.268,00	2.793.662,27
PE	PE	59.457,88	13.242,80	7.900.033,02	2.011,00	1.774,58	1.700,00	354,92	7.978.574,20
	AL	24.525,00	2.253,58	2.085.603,19	-	312,41	17.708,83	62,48	2.130.465,49
PI	PI	35.910,00	6.358,51	596.908,55	7.075,87	-	3.167,53	94.537,29	743.957,75
PR	PR	39.360,00	9.522,29	12.033.539,37	21.147,31	-	22.593,19	12.872,82	12.139.034,98
RJ	RJ	13.185,00	4.487,23	2.598.188,55	515,18	1.732,00	-	-	2.618.107,96
RN	RN	17.760,00	4.877,75	3.500.588,55	7.089,97	666,47	264,50	4.113,04	3.535.360,28
RO	RO	27.175,00	10.212,46	2.916.617,99	7.334,28	-	1.788,90	-	2.963.128,63
	AC	6.050,00	1.362,00	1.394.114,55	3.474,19	-	18.202,00	-	1.423.202,74
RS	RS	22.845,00	3.539,62	19.773.717,92	2.969,95	-	262.553,59	685.493,52	20.751.119,60
SC	SC	9.660,00	3.132,39	5.848.000,00	5.314,69	-	152.833,15	36.522,83	6.055.463,06
SP	SP	6.825,00	691,20	18.577.747,46	1.611,87	-	-	-	18.586.875,53
TO	TO	13.740,00	5.335,56	723.036,69	-	-	3.493.315,40	-	4.235.427,65
Matriz		30.320,00	9.835,66	-	40.611,59	-	44.792,38	-	125.559,63
Total		610.081,31	185.537,29	187.823.556,22	198.351,28	4.610,85	4.245.601,51	1.031.506,65	194.099.245,11

Fonte: Siafi

No que tange a SUREG-RO/AC, as despesas totais perfazem o montante de R\$ 4.386.331,37, representando 2,26% dos recursos executados em âmbito nacional.

2.7.2 - Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional-MI

O Programa 1029 - Resposta aos Desastres, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as pessoas de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária 4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, em todo território Nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grandes porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

A Conab, por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, elaborou e apresentou planos de trabalho objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para confecção de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional, classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR, e, também, para envio a título de ajuda humanitária internacional, aos países da América Latina, Caribe e África, que se encontrarem em situação de desastre de qualquer natureza, ou sob ameaças e riscos resultantes de carência ou insegurança alimentar que possam comprometer/reverter a ordem pública e/ou social.

Durante o exercício a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros da citada Ação orçamentária no valor total de R\$50.623.955,22, sendo:

- R\$46.823.955,22 para a aquisição de aproximadamente 16.037 toneladas de gêneros alimentícios objetivando a formação e manutenção de um estoque estratégico de cerca de 697.250 cestas de alimentos, compostas por 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de leite em pó e 2 latas de óleo de soja, para atendimento às famílias em situação de carência alimentar e nutricional, em todo o território nacional (Processos n.º 59050.001030/2008-56; 59050.000649/2008-43, 59050.002928/2007-61 e 59050.001692/2008-26);
- R\$1.500.000,00 para a aquisição e armazenagem de 168 toneladas gêneros alimentícios para montagem de 7.008 cestas e alimentos, compostas por : 5 latas de sardinha (650 g), 5 latas de fiambre (1,6 kg), 2 kg de leite em pó, 20 pacotes de biscoito água e sal (4 kg), 10 pacotes de biscoito maisena (2 kg), 20 pacotes de macarrão instantâneo (1,7 kg), 20 pacotes de farinha de milho em flocos (10 kg) e 2 kg de açúcar cristal, totalizando 23,950 kg. para o envio aos países afetados por desastres, visando a distribuição gratuita às comunidades dos países da América Latina, Caribe e África que se encontram em situação de insegurança alimentar devido a ocorrência de desastres de qualquer natureza (Processo n.º 59050.001705/2008-67); e
- R\$2.300.000,00 para a aquisição de 961,4 toneladas de produtos alimentícios para confecção de aproximadamente 41.800 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de macarrão e 2 kg de leite em pó, para distribuição gratuita a famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, no Estado do Piauí (Processo n.º 59050.000181/2008-97).

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab, após solicitação da Secretaria de Defesa Civil e com a devida anuência do MDS, foi utilizada parte dos estoques oriundos das aquisições realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na composição das cestas.

Os locais de armazenagem dos produtos e o público beneficiário é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SESAN, cabendo à Conab, na forma de contrapartida, a disponibilização de sua estrutura física e operacional, materializadas pelas unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação, pelas Superintendências Regionais localizadas nas capitais do País e pelo quadro de empregados.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 22.414 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta prevista de 17.166 toneladas em 30,57%. Além dessas foram utilizadas 2.111 toneladas de produtos adquiridos no âmbito do PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.47
Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque/2007	Aquisições		Saídas		Em T.
		Leilão	PAA	Transf. MDS	Distribuição	Saldo/2008
Açúcar cristal	28	909	543	-	594	886
Arroz	140	12.072		-	3.137	9.075
Biscoito água e sal	-	260	-	-	-	260
Biscoito maisena	-	130	-	-	-	130
Feijão	42	2.277	522	-	874	1.967
Fubá	10	-		1	9	-
Farinha de mandioca	19	895	503	-	590	827
Farinha de trigo	-	-	306		10	296
Fiambre	-	65	-	-	-	65
Flocos de milho	-	130	-	-	-	130
Leite em pó	28	715	190	-	552	381
Leite UHT	-	-	47		47	-
Macarrão	28	2.318	-	-	592	1.754
Macarrão instantâneo	-	260	-	-	-	260
Óleo de soja	28	2.318	-	-	594	1.752
Sardinha em lata	-	65	-	-	-	65
Total	323	22.414	2.111	1	6.999	17.848

Fonte: Suope/Gecom

Além do atendimento à população brasileira - na linha da política externa vigente, observados seus objetivos socioeconômicos, onde se insere a necessidade de elevar a condição de vida dos povos - o governo brasileiro tem despendido esforços para ampliar sua assistência humanitária a países em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para isso, foi instituído grupo de trabalho interministerial para tratar da questão, com a incumbência de definir as ações brasileiras de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por suas representações diplomáticas.

Para as ações de ajuda humanitária internacional foram repassados à Conab, por meio da SEDEC, R\$1,5 milhão para aquisição de alimentos, a qual somou aproximadamente 296,4 toneladas de produtos alimentícios.

Esses alimentos embalados em caixas ficarão à disposição do Itamaraty, em um armazém da Infraero, no aeroporto do Galeão no Estado do Rio de Janeiro, para fazer frente às ações humanitárias internacionais do Brasil no exterior.

No que se refere à doação de alimentos, a Conab tem atuado sistematicamente na liberação e apoio logístico para o embarque das mercadorias doadas, consideradas as orientações e comandos da Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, sob a gestão do Ministério das Relações Exteriores-MRE.

Para essas doações foram utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos originários de aquisições da agricultura familiar, mediante prévia autorização do órgão detentor dos estoques. Neste caso, o MDS e a SECEC.

EM 2008, A Conab comandou a expedição de 1,6 mil toneladas de produtos básicos para sete países, para atendimento emergencial às populações vitimadas por calamidades públicas, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.48
Demonstrativo de Ajuda Humanitária

Produto	País (Em t)							Total
	Bolívia	Cuba	Haiti	Jamaica	Moçambique	Paraguai	Zâmbia	
Açúcar	0,6	2,6	5,2	-	-	2,5	-	10,9
Arroz	2,5	212,2	206,7	200,0	-	12,2	-	633,6
Feijão	0,9	3,6	9,0	-	3,5	3,7	3,5	24,2
Farinha de mandioca	-	2,6	1,2	-	2,5	2,4	-	8,7
Flocos de milho	0,3	-	-	-	-	-	-	0,3
Leite em pó	0,3	302,5	301,2	300,0	-	2,4	-	906,4
Macarrão	0,3	2,6	-	-	-	2,4	-	5,3
Milhão em grãos	-	-	-	-	-	-	3,0	3,0
Óleo de soja	0,6	2,5	4,2	-	-	2,4	-	9,7
Total	5,5	528,6	527,5	500,0	6,0	28,0	6,5	1.602,1

Fonte: Supab/Gepab

Por força da Lei n.º 11.881, de 23 de dezembro de 2008, foi autorizada a doação de 45.000 toneladas de arroz, 2.000 toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, em virtude de catástrofes climáticas. Foram encaminhadas, inicialmente, 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

Durante o exercício foram atendidas 294.312 famílias, com a distribuição de 296.317 cestas de alimentos, totalizando 6.999 toneladas de gêneros alimentícios. Na área sob jurisdição da Sureg, foram atendidas 5.065 famílias, com a distribuição de 381 toneladas de produtos, conforme apresentado abaixo.

Quadro 2.49
Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

UF	ATENDIMENTOS EFETUADOS																		Total		
	Emergencial			Ajuda Humanitária			Indígenas			Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)
AL	6.740	6.740	155.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.740	6.740	155.020
AM	8.187	8.187	188.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.187	8.187	188.301
AP	4.800	4.800	110.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.800	4.800	110.400
BA	24.137	24.137	555.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	61	1.403	3.939	3.939	90.597	28.137	28.137	647.178
CE	16.500	16.500	357.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.500	16.500	357.000
ES	8.000	8.000	178.001	-	-	-	700	700	16.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.700	8.700	194.101
MA	12.467	12.467	249.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.467	12.467	249.340
MG	35.081	35.081	799.388	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.081	35.081	799.388
MS	500	500	10.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	500	10.500
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000	9.000	207.000	1.000	1.000	23.000	-	-	-	10.000	10.000	230.000
PA	12.869	12.869	295.987	600	600	13.990	-	-	-	2.000	2.000	46.000	-	-	-	-	-	-	15.469	15.469	355.977
PB	10.000	10.000	230.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	230.000
PE	15.000	15.000	345.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.000	15.000	345.070
PI	28.688	28.688	923.432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.688	28.688	923.432
RJ	13.560	13.560	311.880	1.278	1.278	28.110	-	-	-	2.494	4.248	97.761	482	733	16.859	800	800	18.400	18.614	20.619	473.010
RN	12.200	12.200	280.600	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	23.000	-	-	-	-	-	-	13.200	13.200	303.600
RO	325	325	7.475	-	-	-	-	-	-	600	600	13.800	-	-	-	-	-	-	925	925	21.275
RS	13.672	13.672	296.286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.672	13.672	296.286
SC	39.881	39.881	931.295	1.218	1.218	28.014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.099	41.099	959.309
SE	1.000	1.000	23.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	23.000
SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	69.000	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	69.000
TO	2.533	2.533	58.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.533	2.533	58.259
Total	266.140	266.140	6.306.412	3.096	3.096	70.114	700	700	16.100	18.094	19.848	456.561	1.543	1.794	41.262	4.739	4.739	108.997	294.312	296.317	6.999.446

Fonte: Supab/Gepab

Na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R\$46.517.882,63, representado 91,89% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R\$43.868.833,64,

com participação de 94,31% na despesa total. Na Sureg-RO, as despesas totalizaram R\$945.287,33, o que correspondeu a 2,04% do total nacional, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.50
Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição Alimentos MI

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros- Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
MA	AM	-	18.025,50	1.169.715,54	-	-	62.352,86	1.295,67	1.251.389,57
BA	BA	60,00	644.109,99	4.685.425,08	131,76	-	111.103,70	2.028,92	5.442.859,45
	SE	-	4.625,76	143.884,02	-	-	4.829,50	156,14	153.495,42
CE	CE	-	23.866,10	1.257.494,76	-	928,20	5.021,26	-	1.287.310,32
ES	ES	-	25.401,18	1.532.486,04	-	-	47.501,93	4.047,97	1.609.437,12
GO	GO	-	-	-	-	-	11.660,23	-	11.660,23
MA	MA	-	11.413,50	944.033,60	-	-	27.033,69	-	982.480,79
MG	MG	-	54.540,79	3.163.120,31	-	-	68.032,93	3.162,24	3.288.856,27
MS	MS	-	273,00	-	-	-	48.605,55	49.804,41	98.682,96
MT	MT	-	18.413,91	979.879,60	-	-	43.030,38	-	1.041.323,89
PA	PA	1.200,00	23.543,36	2.351.557,92	2.475,64	-	14.689,11	-	2.393.466,03
PB	PB	-	23.971,75	975.459,04	-	-	31.489,95	1.607,47	1.032.528,21
PE	PE	-	175.526,81	8.289.451,47	-	-	36.408,68	-	8.501.386,96
	AL	-	18.505,08	600.970,02	-	-	2.601,96	-	622.077,06
PI	PI	360,00	49.985,04	3.279.880,28	-	-	77.841,19	28.742,60	3.436.809,11
PR	PR	-	12.335,36	444.948,58	-	-	61.273,48	-	518.557,42
RJ	RJ	-	85.340,03	2.489.077,77	-	12.567,00	3.139,09	-	2.590.123,89
RN	RN	-	23.898,70	1.377.907,62	-	-	4.167,46	-	1.405.973,78
RO	RO	300,00	18.340,08	912.671,08	-	-	13.306,62	669,55	945.287,33
RS	RS	-	41.434,82	1.105.936,62	-	-	121.147,43	-	1.268.518,87
SC	SC	3.420,00	49.810,86	1.593.877,08	-	-	67.277,00	-	1.714.384,94
SP	SP	-	12.125,60	499.311,64	-	-	43.941,36	-	555.378,60
TO	TO	-	4.340,10	259.260,90	-	-	-	-	263.601,00
Matriz		-	132.980,53	5.812.484,67	-	-	156.828,21	-	6.102.293,41
Total		5.340,00	1.472.807,85	43.868.833,64	2.607,40	13.495,20	1.063.283,57	91.514,97	46.517.882,63

Fonte: Siafi

2.7.3 - Distribuição de Alimentos – MDS

O Programa 1049 – Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Compõem citado Programa as Ações orçamentárias: 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar, que objetivam a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas. A distribuição das cestas de alimentos – parcialmente compostas

por produtos adquiridos pelo PAA, conta com a colaboração da Conab, do INCRA, da Funai e da Fundação Cultural Palmares.

A experiência iniciada em 2003, com a distribuição gratuita de gêneros alimentícios tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS, que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição da cesta de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por meio dos ofícios de n.º s 016, de 09/02/2008 e 062, de 04/4/2008, a SESAN solicitou à Cona a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento a essas famílias ou grupos populacionais. Para atendimento a Conab elaborou planos de trabalho prevendo a aquisição de 17.292 toneladas de gêneros alimentícios para confecção de aproximadamente 786.000 cestas de alimentos para distribuição a 355.796 famílias.

Para tanto, a Conab recebeu repasses de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$41.400.000,00, conforme processo n.º 71000.500934/2008-51.

- Repasse no valo de R\$7.660.00,00 para a aquisição de 3.256 toneladas de gêneros alimentícios para montagem de 148.000 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de flocos de milho, (para as famílias do Centro-Sul 1 kg de fubá) e 1 kg de macarrão, totalizando 22 kg.
- Repasse de R\$33.740.000,00 objetivando a compra de 14.036 toneladas de gêneros alimentícios para composição de 638.000 cestas de alimentos, para distribuição a 34.647 famílias indígenas, 24.139 famílias quilombolas, 15.919 famílias atingidas por barragens (MAB), 8.400 famílias em comunidades de terreiro, 222.691 famílias em acampamentos da reforma agrária e formação de reserva estratégica para atendimento a 50.000 famílias.
- Repasse de R\$500.000,00 referente a emenda parlamentar e destinado à aquisição de 176 toneladas de produtos alimentícios para formação de 8.000 cestas de alimentos para distribuição às famílias de terreiro no Rio de Janeiro

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab pode, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDS e/ou MDA), dentre outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero.

Os alimentos adquiridos foram recebidos e depositados nas unidades operacionais da Conab, preferencialmente, nos estados onde deveria ocorrer a distribuição. A retirada dos alimentos nas unidades operacionais bem como a distribuição às famílias beneficiadas, ficou a cargo dos representantes do INCRA/OAN, FUNAI/FUNASA, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR e MAB.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 18.760 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta em 8,49%. Além dessas foram recebidas transferências de 7.166 toneladas de produtos da agricultura familiar (PAA) e 1 tonelada de fubá de milho dos estoques da Defesa Civil, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.51
Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque 2007	Aquisições (Em t)			Distribuição	Saldo/2008
		Leilão	PAA	Def. Civil		
Açúcar cristal	113	247	1.898	-	1.947	311
Arroz	-	11.110	-	-	9.547	1.563
Feijão	135	1.632	2.237	-	3.552	452
Fubá	-	682	-	1	597	85
Farinha de mandioca	14	-	2.472	-	2.313	173
Farinha de trigo	-	166	293	-	365	94
Flocos de milho	-	582	-	-	488	94
Leite em pó	-	847	266	-	957	156
Macarrão	-	1.127	-	-	967	160
Óleo de soja	67	2.153	-	-	1.908	312
Total	329	18.546	7.166		22.641	3.400

Fonte: Suope/Gecom

Durante o exercício foram atendidas 354.218 famílias, com a distribuição de 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 toneladas de alimentos. Tal volume é 34,36% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.590 toneladas de alimentos, em razão dos recursos terem sido disponibilizados pelo MDS/SESAN apenas no mês de junho/2008. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e a escassez de produtos do PAA na composição das cestas, que mesmo assim, representou cerca de 24% da formação dos estoques totais. Na área sob responsabilidade da Sureg, foram atendidas 5.388 famílias, com a distribuição de 18.788 cestas de alimentos, o que correspondeu a 408,7 t de produtos. O quadro a seguir detalha os atendimentos realizados durante o exercício de 2008.

Quadro 2.52

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF	Atendimentos Realizados																					Total Geral		
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atend. Especiais			MAB			Indígenas			Marisq/Caranguejeira					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323	1.292	27.778	-	-	-	323	1.292	27.778
AL	13.021	65.281	1.467.824	555	2.660	58.975	240	1.115	24.530	-	-	-	-	-	-	1.300	6.500	146.104	-	-	-	15.116	75.556	1.697.433
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	5.360	10.722	243.894	-	-	-	5.360	10.722	253.894
AP	2.200	2.200	50.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.200	2.200	50.200
BA	22.144	92.984	2.084.802	4.288	20.791	503.762	1.000	5.000	121.465	2.000	2.000	44.000	440	1.760	40.314	2.117	12.383	268.284	-	-	-	31.989	134.918	3.062.627
CE	3.014	15.156	334.943	557	3.127	68.794	100	700	15.400	1.500	1.500	34.500	1.595	8.273	178.274	1.500	6.000	132.000	678	2.034	44.748	8.944	36.790	808.659
DF	7.057	39.519	873.710	-	-	-	-	-	-	50	50	15.050	-	-	-	200	200	4.400	-	-	-	7.307	39.769	893.160
ES	2.765	8.194	191.722	530	2.721	71.528	300	1.500	35.321	-	-	-	-	-	-	340	2.040	46.240	-	-	-	3.935	14.455	344.811
GO	6.356	29.323	637.696	2.095	14.844	323.396	300	1.200	27.600	-	-	10.723	2.500	7.800	168.480	111	555	11.544	-	-	-	11.362	53.722	1.179.439
MA	8.491	25.406	545.043	3.645	14.580	320.950	1.000	3.088	67.496	1.000	1.000	23.000	-	-	-	2.795	9.582	198.371	-	-	-	16.931	53.656	1.154.860
MG	13.533	71.819	1.515.103	2.289	14.734	326.924	800	4.800	105.800	-	-	-	532	3.192	70.294	2.500	17.126	418.175	-	-	-	19.654	111.671	2.436.296
MS	17.850	96.375	2.629.996	180	720	18.360	100	400	10.200	-	-	-	-	-	-	22.000	135.682	2.909.898	-	-	-	40.130	233.177	5.568.454
MT	20.129	54.312	1.205.540	654	1.962	43.164	-	-	-	-	-	-	965	965	21.230	4.198	6.594	148.068	-	-	-	25.946	63.833	1.418.002
PA	22.413	44.611	983.234	2.210	2.435	53.570	800	1.600	35.200	5.000	5.000	111.500	2.210	4.420	97.240	767	1.597	35.163	250	250	5.500	33.650	59.913	1.321.407
PB	3.481	17.405	394.261	770	3.850	87.380	100	500	12.296	1.500	1.500	36.000	1.050	5.249	119.700	2.000	10.000	228.000	200	600	15.165	9.101	39.104	892.802
PE	29.052	126.704	2.786.059	2.651	9.576	222.626	800	2.620	57.190	605	605	12.705	-	-	-	2.751	14.334	320.343	500	500	29.040	36.359	154.339	3.427.963
PI	3.881	12.827	384.485	603	4.264	137.493	100	800	23.000	6.362	6.362	118.490	-	-	-	-	-	-	360	360	10.800	11.306	24.613	674.268
PR	11.861	48.605	1.066.655	99	445	9.751	-	-	-	-	-	-	610	1.830	38.430	1.500	4.595	104.550	-	-	-	14.070	55.475	1.219.386
RJ	2.494	12.517	250.749	482	2.641	51.419	800	4.010	76.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.776	19.168	378.239	
RN	3.488	13.023	285.817	495	1.980	43.396	100	400	8.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.083	15.403	337.613	
RO	2.882	11.645	254.028	-	-	-	-	-	-	300	300	5.500	1.010	4.288	94.380	873	1.255	27.196	-	-	-	5.065	17.488	381.104
RR	284	818	17.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284	818	17.946	
RS	2.831	31.326	663.228	341	2.387	52.514	800	5.600	123.200	-	-	6.352	1.605	11.840	256.509	3.530	27.795	633.824	-	-	-	9.107	78.948	1.735.627
SC	1.066	5.905	120.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.401	5.210	113.154	1.500	5.290	129.854	-	-	-	4.967	16.405	363.362
SE	12.572	49.693	1.096.123	262	786	17.292	200	800	17.600	-	-	-	307	1.228	27.016	82	268	5.896	-	-	-	13.423	52.775	1.163.927
SP	10.473	41.892	1.044.766	1.395	8.370	192.290	800	4.800	110.400	2.000	2.000	45.304	-	-	-	326	1.304	27.384	-	-	-	14.994	58.366	1.420.144
TO	2.659	7.977	171.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	3.283	70.055	1.083	3.420	81.700	-	-	-	4.836	14.680	323.056
Total	225.997	925.517	21.055.585	24.101	112.873	2.603.584	8.340	38.933	871.169	20.317	20.317	473.124	16.319	59.338	1.295.076	57.156	278.534	6.148.666	1.988	3.744	105.253	354.218	1.439.256	32.552.457

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R\$ 40.325.075,78, representado 97,17% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R\$38.316.876,79, com participação de 95,02% na despesa total. No âmbito da Sureg, foram gastos R\$ 567.289,89 (1,41% do total nacional), conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 2.53
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
						Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AM	AM	-	-	572.972,93	-	-	17.706,07	1.096,00	591.775,00
BA	BA	3.900,00	32.060,00	3.933.532,44	294,00	-	139.753,15	2.019,68	4.111.559,27
	SE	2.325,00	1.225,04	1.189.942,27	589,34	-	38.439,62	1.600,15	1.234.121,42
CE	CE	11.087,50	4.364,82	1.507.892,37	1.925,91	219,06	23.984,70	1.820,00	1.551.294,36
DF	DF	33.942,50	16.522,36	1.031.185,27	3.376,10	-	303.480,05	1.412,84	1.389.919,12
ES	ES	-	-	338.000,95	-	-	6.537,61	-	344.538,56
GO	GO	15.515,00	29.867,59	699.125,94	1.342,58	-	46.141,63	13.675,32	805.668,06
MA	MA	-	1.475,00	1.365.791,46	-	-	8.392,33	2.951,44	1.378.610,23
MG	MG	19.615,00	25.444,66	2.920.847,42	1.414,14	-	70.639,55	1.736,77	3.039.697,54
MS	MS	540,00	636,59	7.355.658,19	-	-	211.750,85	40.719,57	7.609.305,20
MT	MT	-	-	1.471.561,13	-	-	12.445,98	24.831,15	1.508.838,26
PA	PA	-	4.375,00	2.693.475,05	-	-	32.414,27	-	2.730.264,32
PB	PB	5.025,00	1.697,75	706.582,45	-	-	51.921,83	8,00	765.235,03
PE	PE	-	-	3.506.532,98	1.484,58	5.756,82	93.634,79	22.553,99	3.629.963,16
	AL	-	-	1.999.545,57	-	18.879,95	16.043,47	36.862,18	2.071.331,17
PI	PI	6.780,00	13.555,53	667.912,11	130,00	275,00	42.331,35	9.033,12	740.017,11
PR	PR	-	18.000,00	1.163.158,73	-	-	101.294,68	5.504,13	1.287.957,54
RJ	RJ	1.800,00	1.023,05	310.680,81	-	1.952,00	11.712,96	2.369,76	329.538,58
RN	RN	10.800,00	4.766,61	276.918,51	-	7.638,54	4.232,71	687,54	305.043,91
RO	RO	-	6.194,56	526.681,15	-	1.416,00	26.344,08	3.354,10	563.989,89
	AC	-	-	-	-	-	3.300,00	-	3.300,00
RS	RS	5.175,00	6.929,42	1.597.947,96	934,76	-	100.541,01	13.726,50	1.725.254,65
SC	SC	-	-	250.231,94		-	11.207,11	1.344,86	262.783,91
SP	SP	-	-	1.900.451,35		-	101.871,83	6.848,96	2.009.172,14
TO	TO	-	-	330.247,81		-	4.347,14	1.302,40	335.897,35
Total		116.505,00	168.137,98	38.316.876,79	11.491,41	36.137,37	1.480.468,77	195.458,46	40.325.075,78

Fonte: Siafi

2.8– Desempenho Operacional

No exercício de 2008 a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no Plano Plurianual 2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento dos benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

O principal objetivo foi a criação de um painel de indicadores que possibilitasse o acompanhamento das atividades, a avaliação dos resultados e a antecipação de medidas para a correção de rumos e, adicionalmente, o atendimento às demandas de órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União-CGU e o Tribunal de Contas da União-TCU.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA 2008/2011 - exceto as que são desenvolvidas em decorrência de repasses orçamentários-financeiros de outros órgãos públicos - os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional no âmbito do PPA e equipes responsáveis pela execução.

Um dos aspectos abordados no desenvolvimento dos trabalhos foi a necessidade de mudança nos padrões de entendimento e resposta aos controles exigidos para a gestão das ações, incluindo a disseminação e assimilação de conceitos como: eficiência, eficácia e efetividade. A experiência demonstra que a internalização de novos padrões exige contínuo trabalho de convencimento e de divulgação do que está sendo feito e da forma como está sendo feito, e ainda do que e como deveria ser feito, tornando-se fundamental, portanto, uma mudança de paradigma no que se refere ao acompanhamento da ação pelo responsável pela sua execução.

Outro ponto que mereceu destaque foi a identificação da necessidade de melhoria na descrição e nos atributos de diversas ações, inclusive nos respectivos produtos, tendo sido objeto de solicitação de ajustes ao Ministério da Fazenda, Gestão e Orçamento.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período inicial observou-se que alguns necessitam ainda de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo e à facilidade de obtenção das informações, até mesmo quanto a uma definição mais detalhada. Em decorrência, precedendo a divulgação do conjunto de indicadores, deverá ocorrer em 2009 a revisão destes, mediante a proposição de supressões e/ou acréscimos de novos.

Nesse primeiro momento, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Gerência de Avaliação de Resultados-GEARE e, após validação junto aos CANs (Coordenadores de Ação Nacional no PPA), passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

2.8.1 - Indicadores no Âmbito do PPA 2008/2011

2.8.1.1 – Indicadores Vinculados às Ações Orçamentárias

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamentos de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como justificativas, são inseridos no Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento-SIGPLAN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para nivelamento do desempenho apurado, mediante esses indicadores, várias reuniões foram realizadas em 2008, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar e os respectivos CANs, buscando soluções para entraves que dificultavam o bom desenvolvimento da Ação.

A seguir, as fórmulas de cálculo estabelecidas, cuja ênfase recaiu, nessa fase inicial, sobre a dimensão eficácia, entre aquelas recomendados pelos órgãos de controle.

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Qtde Atendimentos Realizados (unid) x 100	>=100	214	57,15
			Qtde Planejada (unid)		374	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	180.959,67	99,43
			Valor Planejado (R\$)		182.000,00	

Foi estabelecida para a SUREG-RO uma meta de 374 atendimentos médicos/odontológicos para utilização do SAS, contudo o número de assistências foi de 214, ou seja, 57,15% da previsão. Apesar do indicador informado determinar que o resultado seria considerado eficaz se fosse maior do que 100, ou seja, houvesse mais atendimentos do que o planejado, acreditamos que a menor quantidade de atendimentos aponta para uma maior resolutividade em relação aos cuidados em saúde. Alertamos que dentro dos resultados apresentados nesta Ação, estão incluídos os exames periódicos anuais sem a participação dos empregados, pois são totalmente custeados pela Companhia. O custo por procedimento realizado foi maior do que o previsto.

(2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação:Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Qtde Beneficiários Assistidos (unid) x 100	>=100	10	62,50
			Qtde Planejada (unid)		16	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	47.840,44	99,67
			Valor Planejado (R\$)		48.000,00	

A meta estabelecida para a SUREG-RO foi de 16 beneficiários para Assistência Pré-escolar, que atende dependentes em idade pré-escolar e dependentes portadores de necessidades especiais. O valor mensal, conforme Acordo Coletivo biênio 2007/2009 Clausula 15ª e 16ª, creditado diretamente no contra-cheque é, respectivamente, R\$280,00 e R\$595,00. Foram assistidos 10 beneficiários (62,50% do planejado).

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Qtde Funcionários Beneficiados (unid) x 100	>=100	67	115,95
			Qtde Planejada (unid)		58	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	72.956,53	97,28
			Valor Planejado (R\$)		75.000.00	

Considerando a execução física, os resultados alcançados ficaram acima da meta estipulada, onde o planejado era 58 funcionários, enquanto que a quantidade beneficiada atingiu 67 empregados.

Com relação a meta financeira, os resultados alcançados ficaram dentro da meta planejada, correspondendo a 97,28% do valor inicialmente previsto.

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Física	=	Qtde Empregados Assistidos (unid) x 100	>=100	69	111,29
			Qtde Empregados Planejada (unid)		62	
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	332.123,76	97,68
			Valor Planejado (R\$)		340.000,00	

A meta física de beneficiar 62 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$17,00/dia, foi executada em 111,29%, atingindo uma média mensal de 69 empregados. Com o aumento de empregados, devido readmissão de empregados beneficiados com a Lei n 8878/1994 que versa sobre a anistia, a Sureg-RO terminou o exercício com um total de 77 empregados com direito a recebimento de Auxílio-Alimentação, o que justifica a execução da meta física acima do planejado.

Com relação a meta financeira, os resultados alcançados ficaram dentro da meta planejada, correspondendo a 97,68% do valor inicialmente previsto.

(2130) - Formação de Estoques Públicos

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Formação de Estoque						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	125.843,72	1,01
			Valor Planejado		12.500.000,00	
Eficiência	Execução Física	=	Produto Adquirido (ton) x 100	<=100	0	0,00
			Quantidade Planejada		20.000	

Com relação aos índices apresentados neste indicativo, observa-se que a meta, tanto física quanto financeira, tiveram um resultado inexpressível, devido não ter adquirido produtos durante o exercício de 2008. A meta inicial prevista de 20.000 toneladas de produtos, não se concretizou, considerando os preços dos produtos no mercado.

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Indicadores de Desempenho Operacional					
Ação: Fiscalização					
Tipo			Fórmula	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Estoque fiscalizado (t) x 100	7.913	97,69
			Estoque planejado	8.100	
			Fiscalização realizada (unid) x 100	16	106,67
			Fiscalização planejada (unid)	15	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor liquidado (R\$) x 100	6.324,67	57,50
			Valor planejado(*)	11.000,00	
Efetividade	Índice de Perdas quantitativas e qualitativas	=	Qtde perdas em armazenagem x 100	0	0,00
			Qtde Estoque fiscalizado	7.913	
			Qtde desvios em Armazenagem x 100	0	0
			Qtde Estoque fiscalizado	7.913	
			Qtde Produtos Abaixo do Padrão x 100	0	0,00
			Qtde Estoque fiscalizado	7.913	
			Qtde Produtos Desclassificados x 100	0	0
			Qtde Estoque fiscalizado	7.913	
Economicidade		=	Valor Liquidado (2008)(R\$)	6.324,67	264,81
			Fiscalização realizada(2008)	16	
			Valor Liquidado (2007)(R\$)	1.625,34	
			Fiscalização realizada (2007)	15	

Fonte: Conab/Presi/Copav
(*) Despesas correntes

Com relação ao índice de execução física verifica-se a execução abaixo da meta em 2,31% em decorrência da redução nos estoques públicos armazenados nas unidades jurisdicionada pela SUREG-RO/AC, sendo que em números de fiscalização tivemos um aumento de 15 planejadas para realizadas.

Outro que merece comentários é o indicador de economicidade que apresentou variação positiva de 264,81%, em função de:

Deslocamento de empregados para a realização de fiscalização na unidade armazenadora de Rio Branco/AC,

Aumento dos valores das diárias, das passagens e de locação de veículos.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Recuperação e Modernização da Rede Armazenadora						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	N.º de Unidades Recuperadas/Modernizadas x 100	>=100	3	75,00
			N.º de Unidades Planejadas		4	
	Execução Financeira	=	Despesa Liquidada x 100	>=100	100.135	83,45
			Valor Orçado (R\$)		120.000	
Eficiência	Custo por Unidade	=	Valor Orçado (R\$)		120.000	30.000,00
			N.º de Unidades Planejadas		4	
	Modernizada/Recuperada	=	Despesa Liquidada		100.135	33.378,18
			N.º de Unidades Recuperadas/Modernizadas		3	

Com relação ao índice de execução física verifica-se a execução abaixo da meta planejada em 25,0% em decorrência da não execução dos serviços previstos para a

UA/Vilhena, jurisdicionada pela Sureg-RO-AC, nesse sentido a execução financeira também ficou prejudicada, apresentado resultado abaixo do esperado, ou seja 83,45%.

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Número de Empregados Treinados (unid) x 100	>=100	141	306,52
			Número de Empregados Planejado		46	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	33.233,20	87,46
			Valor Orçado Planejado		38.000,00	
Eficiência		=	Valor Orçado Planejado		38.000,00	826,09
			Número de Empregados Planejado		46	
Eficiência		=	Valor Liquidado (R\$)		33.233,20	235,70
			Número de Empregados Treinados (unid)		141	
Eficiência		=	Valor Orçado Planejado		38.000,00	9.500,00
			Número de Eventos Programados		4	
Eficiência		=	Valor Liquidado (R\$)		33.233,20	791,27
			Número de Eventos Realizados		42	

Foi estabelecido à SUREG-RO a meta física de capacitação de 46 empregados contemplados com treinamento. Durante o exercício foi atingido 306,52% desta previsão, uma vez que um total de 141 colaboradores foram treinados, uma vez que vários empregados passaram por mais de 1 treinamento.

Em se tratando de execução financeira, os resultados observados são ditos como satisfatórios uma vez que só foram executados 87,46% do total da cifra disponibilizada era de R\$38.000,00

A materialização, propriamente dita, da execução financeira totalizou R\$ 33.233,20, fato esse que corrobora com a eficiência demonstrada no quadro acima, uma vez que com apenas 87,46% do recurso inicialmente disponibilizado, foram contemplados 95 empregados a mais do que o planejado.

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	$\frac{\text{Operações Realizadas (unid)}}{\text{Operações Programadas (unid)}} \times 100$	>=100	1	100
					1	
Eficácia	Execução Financeira	=	$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Valor Planejado}} \times 100$	<=100	43.466,42	98,79
					44.000,00	
Eficácia	Cumprimento do Programa	=	$\frac{\text{Nº de Unidades Cadastradas}}{\text{Total de Unidades Programadas}} \times 100$	= 100	60	117,65
					51	
Eficiência	Custo por unidade cadastrada	=	$\frac{\text{Valor Planejado (R\$)}}{\text{Total de Unidades Programadas}}$	menor que o ano anterior	44.000,00	1,19
					51	
			$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Unidade Cadastrada}}$		43.466,42	
					60	

Esta meta apresentou índices positivos, considerando o planejado, conforme observa-se, a meta física teve resultado = 100. Quanto a execução financeira o resultado também foi positivo, demonstrando a eficácia no cumprimento da meta. Merece destaque o índice de Cumprimento do Programa, que apresentou resultado acima do programado, ficando em 117,65, enquanto a meta previa uma índice =100, e o de Eficiência que demonstra que os recursos menores que o planejado foi possível o cadastramento/recadastramento e quantidade superior ao previsto.

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Pesquisa de Safras						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	$\frac{\text{Pesquisa realizada (unid)}}{\text{Quantidade prevista (unid)}} \times 100$	>=100	4	100,00
					4	
Eficácia	Execução Financeira	=	$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Valor previsto}} \times 100$	<=100	8.627,36	59,65
					14.463,38	

Teve destaque neste indicador a Execução Financeira, que obteve resultado de 59,65, bem abaixo da meta, enquanto que a meta física foi cumprida dentro do programado, esses resultados demonstram a boa eficácia na realização desta ação.

(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Financeira	=	$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Valor Planejado}} \times 100$	<=100	57.935,74	82,77
					70.000,00	

As sentenças judiciais com trânsito em julgado foram cumpridas em 82,77% da programação de R\$70.000,00, com valor de liquidação de R\$57.935,74. Desta forma, ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

(0110) Contribuição à Previdência Privada

Indicadores de Desempenho Operacional					
Ação: Contribuição à Previdência Privada					
Tipo		Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Financeira	= $\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)} \times 100}{\text{Valor Planejado}}$	<=100	142.765,82	100,003
				142.761,05	
Efetividade	Funcionários da Sureg-RO que contribuem à previdência privada	= $\frac{\text{Participantes Ativos} \times 100}{\text{Quantidade de Empregados Conab}}$	=100	25	32,47
				77	

No exercício 2008, em termo de execução financeira, a SUREG-RO/AC liquidou R\$ 142.765,82, superior ao valor de R\$142.761,05 inicialmente previstos na meta financeira para a Contribuição à Previdência Privada, atingindo-a em 100,003%.

No entanto, podemos observar que apenas 32,47% do seu quadro funcional é contribuinte ativo para a Previdência Privada, estando o resultado bem abaixo do planejado. Essa baixa efetividade pode ser explicada pelo fato de que os demais 67,53% dos funcionários (concursados e anistiados) não aderiram a contribuição previdencial privada devido ao alto valor da jóia inicial individual.

2.9 - Evolução de gastos gerais

No ano de 2008 as despesas com passagens sofreram um acréscimo em relação aos anos anteriores, devido principalmente a maior frequência no acompanhamento e fiscalização dos programas operacionalizados pela Sureg/RO-AC, que tem também, como sua jurisdição o Estado do Acre,

O aumento dos custos com diárias em relação ao anos de 2006 e 2007, ocorreu em razão de maior frequência nas fiscalizações dos projetos dentro dos programas da Agricultura Familiar, onde na sua maioria, são executados em diversos municípios do interior dos Estados de Rondônia e Acre, bem como com a realização de recadastramento dos armazéns da Rede Armazenadora.

Quanto as despesas com com serviços de vigilância, limpeza e conservação, o acréscimo ocorreu em consequência de ajustes de preços de acordo com a data base (convenção coletiva de trabalho), além de adequações com implantação de postos de vigilância de 24 horas ininterruptas nas unidades jurisdicionadas da Sureg/RO.

QUADRO 2.54

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
PASSAGENS	44.912,95	49.200,00	57.631,30
DIÁRIAS E RESSARCIMENTOS DE DESPESAS EM VIAGENS	51.465,00	32.566,62	85.642,50
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	296.721,07	328.690,23	325.281,88
3.1 PUBLICIDADE	-	-	-
3.2 VIGILANCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	248.124,55	286.679,58	290.540,25
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	-	-	-
OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	48.596,52	42.110,65	34.741,63
SUPRIMENTOS DE FUNDOS	-	-	-
TOTAIS	393.099,02	410.456,85	468.555,68

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência no período

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 4.01
Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	28.340,23	,00	,00	28.340,23	3.840,00	,00	,00	3.840,00
2008	575.786,10	,00	,00	575.786,10	383.584,00	,00	,00	383.584,00
Total	604.126,33	,00	,00	604.126,33	387.424,00	,00	,00	387.424,00

(RP) Restos a pagar

4.1 Restos a Pagar Processados

Do valor de R\$28.340,23, exercício 2007, (R\$ 4.284,02 UG-135547 e R\$15.079,47 UG 135548), refere-se a retenção dos Tributos Federais das CPR's-Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do exercício 2007, onde parte foi liquidado em 2008 e o restante está previsto a ser liquidado no decorrer do ano de 2009. R\$ 3.199,40 (Processo 19.009/2006), refere-se às 02 (duas) últimas parcelas do contrato firmado entre a Conab/RO e a empresa SESTRA-Serviços Especializados em Segurança do Trabalho Ltda, para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, e R\$5.777,34 (Processo 19.100/2005), refere-se ao faturamento dos serviços prestados pela empresa M. F. Rocha no fornecimento dos Serviços de Apoio Administrativo, para condução de veículos de pequeno porte, e serviços de recepcionista na sede da Sureg/RO, que em decorrência do descumprimento do contrato por parte das citadas empresas, a Conab ficou impossibilitada de efetuar a liquidação dos valores.

Os processos referente ao assunto, estão sendo objeto de análises por parte das áreas competentes desta Companhia, e dependem de atos de terceiros para fins de regularização da pendência.

Do valor de R\$575.786,10, exercício 2008, R\$4.940,28 (Processo 19.040/2005), refere-se a despesas com serviços de braçagem realizadas na Unidade Armazenadora de Porto Velho. A Conab Sureg/RO não realizou a liquidação da despesas em decorrência do descumprimento do contrato por parte da empresa contratada.

R\$302.030,77 (Processos nºs 19.0470/2008, 19.0474/2008 e 19.0036/2008), refere-se aos projetos dos programas de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea formalizados no final do exercício de 2008, os quais deixaram de ser liquidados dentro do exercício, em decorrência de incompatibilidade dos dados bancários fornecidos pelas Associações/Cooperativas e os existentes nas agências bancárias. R\$19.728,62 (Processo 19.0192/2008), refere-se a contratação de empresa para a construção de 100m³ de muro na Unidade Armazenadora de Cacoal, com previsão de término dos serviços no início de 2009.

O valor de R\$249.086,43 (R\$ 170.622,04 UG 135548 e R\$78.464,39 UG 135547), refere-se a retenção dos tributos federais das CPR's-Doação – Compra da Agricultura

Familiar com Doação Simultânea do exercício 2008 que será recolhido no decorrer do ano de 2009.

4.2 Restos a Pagar Não Processados

O valor de R\$3.840,00, exercício 2007, destina-se a contratação de serviços para confecção de notas fiscais para o programa X-Fac, o qual previa a sua implantação no exercício de 2008, cujo o cronograma de cumprimento para a implantação do referido programa, em razão de ordens administrativas não ocorreu no exercício pretendido.

Do valor de R\$383.584,00, exercício 2008, R\$195.832,68 (Processo 19.054/2007), refere-se a contratação de empresa para prestação de serviços de reforma/adequação de uma edificação na sede da Sureg/Rondônia anexo II, cujos trabalhos foram contratados em 29.12.2008.

O valor de R\$112.045,00 (Processo 21.01813/2008), refere-se a aquisição de 02 (dois) veículos destinados atender as necessidades desta Regional, cujos bens foram adquiridos pela Conab/DF, através do Pregão Eletrônico SRP 035/2008

O valor de R\$5.700,00 (Processo 19.0371/2008), destina-se aquisição de 150m³ de resíduos florestais (lenha), destinados a utilização na fornalha do secador da Unidade Armazenadora de Porto Velho/RO.

O valor de R\$20.752,17 (Processo 19.0242/2008), refere-se a aquisição de material de expediente e de informática destinados a suprir as necessidades da Sureg/RO e Unidades jurisdicionadas, cujos materiais foram adquiridos através do Pregão Eletrônico nº 0012/2008.

O valor de R\$10.234,60 – Refere-se a transporte de leite para o Programa Fome Zero e o valor de R\$669,55 refere-se de ICMS relativo ao frete inscrito na UG. 135227 – Estoque Estratégico/Porto Velho-RO.

O Valor de R\$3.300,00 (Processo 19.0451/2008) refere-se a confecção de formulários contínuos para atender a Unidade do Estoque Estratégico/Acre.

O valor de R\$35.050,00 refere-se a aquisição de produtos in-natura para Formação de Estoque pertencente ao Convênio PAA/Conab/MDA na UG 135548 – PAA/RO.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não se aplica a Sureg/RO, tendo em vista que as transferências recebidas e realizadas, são centralizadas na Conab/Matriz.

6 - Previdência Complementar Patrocinada

a) - Identificação da Entidade:

Nome **CIBRIUS**

Razão Social **Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS**

Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. O regime especial de intervenção federal que afetava a entidade desde **14/12/2000**, por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000, foi levantado em 30/11/2007 e reconstituídos os órgãos estatutários, nos termos do Ofício SPC/DEFIS/CGRE/nº 1749, de 08 de junho de 2007.

CNPJ: **00.531.590/0001-89**

Plano de Benefícios: Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o nº 19.790.007-19

b) - Demonstrativo Anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

➤ **R\$ 140.320.649,57**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

➤ **Participante - R\$ 10.145.645,13**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi (mesmo valor da patrocinadora)

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

➤ **Patronal/Paritária - R\$ 10.145.645,13**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

➤ **Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R\$ 12.786.273,98**

Valor referente ao pagamento da **dotação** do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

➤ **Total Contribuições - R\$ 22.931.919,11**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a

contribuição dos Participantes informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

v. - Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições

vi. - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2008

Descrição	Valor	Percentual Atual	%Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3456
1) Renda Fixa	284.242.690,08	79,01	70,00	100,00
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	226.644.200,30	63,00		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	14.219.868,47	3,95		
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	37.910.591,30	10,54		
1.4 - LFT-B - Título P. Federal (selic)	867.118,56	0,24		
1.5 - Fundo BB Institucional	4.387.867,78	1,22		
1.6 – Fundo UBS Pactual Select Bolsa Plus	213.043,67	0,06		
2) Renda Variável	43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	23.072.899,97	6,41		
2.2 – Bradesco Dividendos	1.918.863,34	0,53		
2.3 – Bradesco ibx ativo	1.714.707,74	0,48		
2.4 – Bradesco infra-estrutura	1.655.843,98	0,46		
2.5 – Fator Institucional	4.992.797,92	1,39		
2.6 – Mercatto Geração Futura	4.665.160,28	1,3		
2.7 – FIA Schroder Performance	2.731.172,00	0,76		
2.8 – UBS Pactual Dividendos	2.452.288,69	0,68		
3) Imóveis	21.904.806,74	6,09	6,00	11,00
3.1 – Imóveis	15.647.593,79	4,35		
3.2 – Fundo de investimento imobiliário	6.257.212,95	1,74		
4) Empréstimos	10.388.054,78	2,89	4,00	15,00
Total Geral	359.739.285,52	100		

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN Nº 3.456/07 (**Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC**), além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, a SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2008 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2009. Entretanto, tal posicionamento vem se repetindo ao longo dos anos, sem que efetivamente qualquer manifestação tenha sido apresentada pela SPC. Por outro lado, a SPC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 19 do B-CONTEUDO ESPECÍFICO da DN/TCU nº 93, de 03/12/2008.

viii. Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2009.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.

Todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Na forma do Art. 50, inciso VI do Estatuto da Entidade, foram empossados em 30/11/2007, para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos, os empregados da CONAB e Participantes do CIBRIUS, abaixo relacionados, com o devido ressarcimento, nos termos da Carta/CONAB/PRESI/nº 026, de 21/01/2009,, como segue:

FABRÍCIO PEREIRA GARCIA – Diretor Superintendente
JOSÉ CARLOS ALVES GRANGEIRO – Diretor Financeiro
RACHID MAMED FILHO – Diretor de Seguridade

Não há recursos patrimoniais disponibilizados à Entidade.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.

Em 31/12/2007, ficou consignado no balanço da CONAB o valor de R\$ **60.311.921,08**, já contabilizadas as amortizações de R\$ 1.007.298,02 e R\$1.133.258,30, concernentes às parcelas de competência de dezembro/2008 e amortização extra, também de competência de dezembro/2008.

O referido compromisso, decorrente de Termo de Adesão celebrado em 07/10/1994 e aditivo nº 1, de 12/12/2002, entre a Conab e o Cibrius, vem tendo suas parcelas cumpridas regularmente dentro das condições pactuadas.

- f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.**

A Patrocinadora CONAB, por meio da **Auditoria Interna-AUDIN**, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acórdão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

**CIBRIUS INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL**

CONAB - GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rúbrica
195	09	02	0

CARTA/CIBRIUS/SUP/N.º 007/2009

Brasília, 21 de janeiro de 2009.

Ao Senhor
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
Presidente Substituto - CONAB
Nesta

Ruebido, Mote.
Autuem-se. BSB 22/01/09.
Após, voltem-me
Alexandre Aguiar:
Alexandre Magno Franco de Aguiar
Diretor de Recursos Humanos e Modernização
Matr. SIAPE nº 0336382

Assunto: Carta PRESI nº 011, de 08 de janeiro de 2009 - Relatório de Gestão

Prezado Senhor,

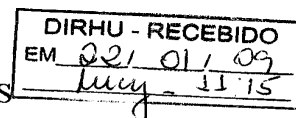
Em atendimento ao teor da carta supracitada, encaminhamos as informações e documentos solicitados, informando adicionalmente que no momento não dispomos de todas as informações, considerando que o fechamento do Balanço do exercício de 2008 segue um calendário de obrigações a cumprir junto à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – SPC/MPS, cujo prazo se expira em 31 de março de 2009.

Desta forma, estamos encaminhando as informações disponíveis no momento e, tão logo o Balanço do exercício de 2008 esteja consolidado, encaminharemos as informações complementares.

INFORMAÇÕES SOLICITADAS:

Decisões Normativas nºs 93 e 94, de 3 de dezembro de 2008, do TCU, Anexo II, item 6: “Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme disposto abaixo:”

1. **Nome:** CIBRIUS
2. **Razão Social:** Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS
3. **CNPJ:** 00.531.590/0001-89



SHCGN 706/7 Bloco “D” nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

1

**CIBRIUS** INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

CONAB - GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rubrica
185	09	03	

Plano de Benefícios: Plano de Benefícios Definido
CNPB: 19.790.007-19

4. Demonstrativo Anual contendo:

- **Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:**
 - Valor total de R\$ 105.291.112,86 (cento e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e doze reais e oitenta e seis centavos) - Vide Anexo I.
- **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:**
 - Valor total de R\$ 10.158.898,88 (dez milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) - Vide Anexo I.
- **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:**
 - Valor total de R\$ 10.145.634,20 (dez milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) - Vide Anexo I.
- **Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:**
 - Valor total de R\$ 12.786.273,98 (doze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos) – Regime de Competência (Termo de Convênio e Aditivo referente à entrada para o Plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM) - Vide Anexo II.
- **Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:**
 - Refere-se ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados oriundas da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM, formando a CONAB, que aderiram ao Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS em 1995.
- **Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:**
 - Composição dos Ativos, Carteira Diária, Política de Investimentos e Relatório Gerencial de Risco - Vide Anexo III.
- **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:**
 - A SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do Balanço 2008, cujo prazo final para envio é até dia 31 de março de 2009, conforme calendário de obrigações.

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

2

**CIBRIUS****INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL**

CONAB-GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rúbrica
185	08	04	

- Logo que recebermos a manifestação solicitada, será encaminhado para a CONAB.

- **Parecer da Auditoria Independente.**

- Conforme calendário, o Parecer da Auditoria Independente referente ao Balanço 2008, deverá estar pronto até 31 de março de 2009.

Norma de Execução nº 3, de 19 de dezembro de 2008, da Controladoria Geral da União – CGU, Anexo V – Modelo de Relatório de Gestão, item 6. Previdência Complementar Patrocinada:

- c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação:
 - Não ocorreu descumprimento aos limites fixados.
- d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão:
 - Foram cedidos pela patrocinadora os seguintes empregados:
 - Fabrício Pereira Garcia;
 - José Carlos Alves Grangeiro; e
 - Rachid Mamed Filho.
 - Segue cópia Carta PRESI nº 026, de 21/01/2009 - Vide **Anexo IV**.
- e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência:
 - Em 12 de dezembro de 2002, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio de 07/10/1994, com a patrocinadora CONAB, referente ao equacionamento de parte da insuficiência de cobertura das Provisões Matemáticas, relativa ao serviço passado. O valor total do Termo de Convênio, de 07/10/1994, aditado é de R\$ 99.649.779,50, tendo como data base 31/05/2000. Os pagamentos das parcelas são efetuados mensalmente não ocorrendo inadimplência. Foram efetuadas amortizações nos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.
- f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade como o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001:
 - Foi executado, no exercício de 2008, trabalhos de auditoria pela patrocinadora relativos aos exercícios de 2006 e 2007, conforme ajustado entre a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a Audin/CONAB.

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

3

CONAB-GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rubrica
185	09	05	



CIBRIUS INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

Tão logo concluído o encerramento do Balanço de 2008, encaminharemos para essa Patrocinadora a documentação completa das obrigações referentes ao fechamento do exercício de 2008.

Atenciosamente,



RACHID MAMED FILHO
Diretor Superintendente – em exercício
Diretor de Seguridade

- Anexo I:** Participantes Ativos, Contribuição Normal e Jóia de Participantes
Anexo II: Dotação Global
Anexo III: Composição dos Ativos em 31/12/2008
Carteira Diária – HSBC
Política de Investimentos 2008
Relatório Gerencial de Risco – Risk Office
Anexo IV: Cópia Carta PRESI nº 026, de 21/01/2009

SHCGN 706/7 Bloco “D” nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

4


CIBRIUS
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO X ENQUADRAMENTO

CONAB			
Processo nº	Ano	Mês	Rubrica
185	09	11	2

POSIÇÃO: 31/12/2008

DISCRIMINAÇÃO	ESP. TIPO	QTDE	VALOR (R\$)	% ENQUADRAMENTO		
				ATUAL	P.I.	Res. 3456
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS			359.739.285,52	100,00	100,00	
SEGMENTO RENDA FIXA			284.242.690,08	79,01	70,00	100,00
A. TÍTULOS PÚBLICOS DE RESP. DO TESOUREIRO NACIONAL E/OU DO BACEN E CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOUREIRO NACIONAL			279.641.778,63	77,73		
a1. NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL			240.864.068,77	68,95		
a1.01. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/01/2006 a 15/05/2009	NTN	10.500	18.887.904,39	5,19		
a1.02. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/02/2006 a 15/05/2009	NTN	3.500	6.232.280,68	1,73		
a1.03. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/03/2006 a 15/05/2009	NTN	12.150	21.675.478,29	6,03		
a1.04. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 13/04/2006 a 15/08/2010	NTN	4.400	7.626.308,59	2,12		
a1.05. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/11/2006 a 15/05/2011	NTN	20.000	34.128.255,66	9,49		
a1.06. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 30/11/2006 a 15/05/2011	NTN	7.500	12.804.859,42	3,56		
a1.07. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 20/12/2006 a 15/05/2011	NTN	16.800	28.732.763,62	7,99		
a1.08. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 26/07/2007 a 15/08/2012	NTN	30.680	55.029.588,63	15,30		
a1.09. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 30/01/2008 a 15/05/2013	NTN	5.550	9.465.537,29	2,63		
a1.10. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN	6.200	10.439.667,97	2,90		
a1.11. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN	3.000	4.978.643,08	1,38		
a1.12. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a 15/05/2013	NTN	10.400	16.842.902,68	4,68		
a1.13. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-C 770100 - 05/01/2005 a 01/03/2011	NTN	1.500	3.288.955,61	0,91		
a1.14. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-C 770100 - 04/07/2005 a 01/03/2011	NTN	5.000	10.930.912,86	3,04		
a2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREIRO			38.777.709,86	10,78		
a2.01. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/01/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.02. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/02/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.03. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/03/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.04. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/04/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.05. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/05/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.06. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/06/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.07. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/07/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.08. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/08/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.09. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/09/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.10. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/10/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.11. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/11/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.12. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/12/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.13. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/01/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.14. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/02/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.15. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/03/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.16. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/04/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.17. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/05/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.18. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/06/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.19. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/07/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.20. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/08/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.21. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/09/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.22. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/10/2010	LFT	19	49.327,11	0,02		
a2.23. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 06/07/2005 a 16/09/2009	LFT	5.250	19.514.715,24	5,43		
a2.24. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 31/08/2005 a 16/09/2009	LFT	4.150	15.423.002,20	4,29		
a2.25. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 14/09/2005 a 16/09/2009	LFT	800	2.972.873,86	0,83		
B. INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA (INSTITUIÇÕES)						
b1. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						
b1.1. QUOTAS DE FIF - RENDA FIXA						
b1.1.1. Banco do Brasil S/A - Institucional	FI	1.388.605,82926	4.600.911,45	1,28		
b1.1.2. UBS PACTUAL - Select Blosa Multimercado	FI	80.935,73030	4.387.867,78	1,22		
			213.043,67	0,06		
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
C. INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL			43.203.733,92			
c1. MERCADO DE AÇÕES			23.072.899,97	6,41		
c1.1. MERCADO À VISTA			23.072.899,97	6,41		
c1.1.1. Ambev	PN	6.000	608.040,00	0,17		
c1.1.2. América Latina Logística	UNIT	15.000	150.000,00	0,04		
c1.1.3. Bradesco	PN	112.500	2.541.375,00	0,71		
c1.1.4. Braskem	PNA	35.000	194.250,00	0,05		
c1.1.5. Brasil Telecom	PN	80.000	1.091.200,00	0,30		
c1.1.6. Brasil Telecomunicações Participação	PN	43.000	748.630,00	0,21		
c1.1.7. Companhia Energética de Minas Gerais	ON	67.121	1.681.381,05	0,47		
c1.1.8. Contax	ON	600	24.000,00	0,01		
c1.1.9. Contax	PN	1.350	55.755,00	0,02		
c1.1.10. Companhia Vale do Rio Doce	PNA	66.000	1.576.740,00	0,44		
c1.1.11. Companhia Siderúrgica Nacional	ON	5.000	145.000,00	0,04		
c1.1.12. Eletrobrás	PNB	50.000	1.209.000,00	0,34		
c1.1.13. Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	ON	429.288	407.823,60	0,11		
c1.1.14. Energisa da Paraíba	ON	1.250.000	846.087,50	0,24		
c1.1.15. Energisa da Paraíba	PNA	1.250.000	846.087,50	0,24		
c1.1.16. Gerdau	PN	10.000	150.600,00	0,04		
c1.1.17. Itaúbanko	PN	33.750	880.875,00	0,24		
c1.1.18. Itaúsa	PN	63.000	504.630,00	0,14		
c1.1.19. Lojas Americanas	PN	20.000	125.400,00	0,03		
c1.1.20. Minasfer S/A	PNA	500.000	208.470,00	0,05		
c1.1.21. Petrobrás	PN	267.000	6.098.280,00	1,70		
c1.1.22. Playcenter	ON	208.560	2.085,60	-		
c1.1.23. Playcenter	PN	391.440	3.914,40	-		
c1.1.24. Telemar	PN	27.000	869.670,00	0,24		
c1.1.25. Telesp Participações S/A	PN	7.092	324.175,32	0,09		
c1.1.26. Unibanco	UNIT	20.000	297.000,00	0,08		

Processo nº	Ano	Folha	Rúbrica
185	09	12	0

c1.1.27 Usiminas	PNA	22.000	583.440,00	0,16		
c1.1.28 Vivo Participações S/A	PN	120.000	847.200,00	0,24		
c1.1.29 Votorantim Celulose e Papel	PN	3.000	53.790,00	0,01		
c2. FUNDO DE AÇÕES			20.130.833,95	5,60		
c2.1. Bradesco dividendos	FIA	729.683,85036	1.918.863,34	0,53		
c2.2. Bradesco ibx ativo	FIA	265.155,66743	1.714.707,74	0,48		
c2.3. Bradesco infra-estrutura	FIA	1.971.050,65344	1.655.843,98	0,46		
c2.4. Fator Institucional	FIA	535,71603	4.992.797,92	1,39		
c2.5. Mercatto Geração Futuro	FIA	1.113.478,08818	4.665.160,28	1,30		
c2.6. Schroder Performance	FIA	753.255,12044	2.731.172,00	0,76		
c2.7. UBS Pactual Dividendos	FIA	2.577.682,10186	2.452.288,69	0,68		
SEGMENTO DE IMÓVEIS			21.904.806,74	6,09	6,00	11,00
d1. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO			6.257.212,95	1,74		
d1.1. Mercúrio DTVM S/A (Fundo Hermes)	F.IMOB.	3.028	2.644.238,53	0,74		
d1.2. Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	F.IMOB.	35.649	3.612.974,42	1,00		
d2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			15.647.593,79	4,35		
d2.1. EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO			859.984,05	0,24		
d2.1.1. SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	859.984,05	0,24		
d2.2. EDIFICAÇÕES PARA RENDA			8.630.109,74	2,40		
d2.2.1. SHN Q. 02 Lojas 142 E 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	68.556,32	0,02		
d2.2.2. CENT. COM. L1 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.029.690,28	0,29		
d2.2.3. SCLN 307 LJS 37,39,59,65 E 69 - BSB - DF	IMOV	1	218.595,38	0,06		
d2.2.4. SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	2.267.146,46	0,63		
d2.2.5. Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	5.046.121,30	1,40		
d2.3. INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER			6.157.500,00	1,71		
d2.3.1. Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte	IMOV	1	6.157.500,00	1,71		
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTO			10.388.054,78	2,89	4,00	15,00
E. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES			10.388.054,78	2,89		
e1. Emergência	EMPR		27.730,66	0,01		
e2. Simples	EMPR		10.360.324,12	2,88		



Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009
 Data de Posição: 31/12/2008
 Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Ações											
Código	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	Valor de IRRF Sobre Pos. Própria	Valor de Mercado Líquido
*MNC05	* MINASFER PNA	0	500.000	500.000	2.000,00	412,94	1.000.000,00	(793.550,00)	208.470,00	0,00	208.470,00
*POTM3	PLAYCENTER	208.560	0	208.560	1,05	0,01	218.988,00	(218.982,40)	2.085,60	0,00	2.085,60
*POTM4	PLAYCENTER	391.440	0	391.440	1,05	0,01	411.012,00	(407.097,60)	3.914,40	0,00	3.914,40
*SAEL3	ENERGISA	0	1.250.000	1.250.000	600,00	676,87	750.000,00	96.087,50	846.087,50	0,00	846.087,50
ALL11	ALL AMER LATUNT N2	15.000	0	15.000	26,23	10,00	393.489,36	(243.489,36)	150.000,00	0,00	150.000,00
AMBV4	AMBEV PN	6.000	0	6.000	129,54	101,34	777.261,14	(169.221,14)	608.040,00	0,00	608.040,00
BBOC4	BRADSCOPN ED N1	112.500	0	112.500	6,60	22,59	742.173,49	1.799.201,51	2.541.375,00	0,00	2.541.375,00
BRKM5	BRASKEMPNA N1	35.000	0	35.000	13,42	5,55	469.751,26	(275.501,26)	194.250,00	0,00	194.250,00
BRTO4	BRASIL TELECPN EJ N1	80.000	0	80.000	13,18	13,64	1.054.400,00	38.800,00	1.091.200,00	0,00	1.091.200,00
BRTP4	BRASIL T PARN EJ N1	43.000	0	43.000	25,64	17,41	1.102.710,99	(354.080,99)	748.630,00	0,00	748.630,00
CMIG3	CEMIGON N1	67.121	0	67.121	29,73	25,05	1.995.522,61	(314.141,56)	1.681.381,05	0,00	1.681.381,05
CSNA3	SID NACIONALON	5.000	0	5.000	80,97	29,00	404.846,62	(259.846,62)	145.000,00	0,00	145.000,00
CTAX3	CONTAXON	600	0	600	0,00	40,00	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00	24.000,00
CTAX4	CONTAXPN	1.350	0	1.350	0,00	41,30	0,00	55.755,00	55.755,00	0,00	55.755,00
EBTL3	EBTL EMP BR TELEC SA EMBRATEL	429.288	0	429.288	2,50	0,95	1.073.220,00	(665.396,40)	407.823,60	0,00	407.823,60
ELET6	ELETROBRASPNB N1	50.000	0	50.000	25,04	24,18	1.252.187,78	(43.187,78)	1.209.000,00	0,00	1.209.000,00
GBRF4	GERDAUPN N1	10.000	0	10.000	41,76	15,06	417.556,99	(266.956,99)	150.600,00	0,00	150.600,00
ITAU4	ITAUBANCOPN EDJ N1	33.750	0	33.750	35,83	26,10	1.209.099,55	(328.224,55)	880.875,00	0,00	880.875,00
ITSA4	ITAUSAPN EJ N1	63.000	0	63.000	11,46	8,01	722.134,61	(217.504,61)	504.630,00	0,00	504.630,00
LAME4	LOJAS AMERICPN INT	20.000	0	20.000	16,67	6,27	333.412,40	(203.012,40)	125.400,00	0,00	125.400,00
PETRA4	PETROBRASPN EJ	267.000	0	267.000	19,81	22,84	5.289.367,62	808.912,38	6.098.280,00	0,00	6.098.280,00
SAEL5	ENERGISA PNA	0	1.250.000	1.250.000	600,00	676,87	750.000,00	96.087,50	846.087,50	0,00	846.087,50
TLPP4	TELESPN EJ	7.092	0	7.092	89,50	45,71	634.706,99	(310.531,67)	324.175,32	0,00	324.175,32
TNLP4	TELEMAPN	27.000	0	27.000	50,18	32,21	1.354.991,14	(485.321,14)	869.670,00	0,00	869.670,00
UBRR11	UNIBANCPN EDJ N1	20.000	0	20.000	26,64	14,85	532.882,18	(235.882,18)	297.000,00	0,00	297.000,00
USIM5	USIMINASPNA EJ N1	22.000	0	22.000	87,10	26,52	1.916.177,62	(1.332.737,62)	583.440,00	0,00	583.440,00
VALE5	VALE R DOCEPNA N1	66.000	0	66.000	25,14	23,89	1.724.981,96	(148.241,96)	1.576.740,00	0,00	1.576.740,00

CONAB-GEADI			
Processo	Seq	Fol	Página
185	09	13	0



Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Ciente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Ações									
Código	Papel	Qtz. Disponível	Qtz. Bloqueada	Qtz. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Líquido
VCPA4	V C PPN N1	3.000	0	3.000	54,06	17,93	182.168,19	(108.378,19)	53.790,00
TOTAL		1.983.701	3.000.000	4.983.701			26.693.042,50	(4.467.342,53)	22.225.699,97

Empréstimos de Ações

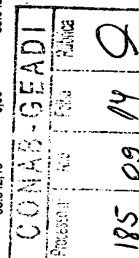
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

Operações Desatadas

Cód. Operação	Dt. Operação	Dt. Vendo.	Cód.	Papel	Quantidade	Preço	Financiamento	% Remun.	% Mercado	Remun. Bruta	IR	Remun. Líq.	% S/EA	% S/Total
25526	11/12/2008	12/01/2009	TNLP4	TELEMAPRN	0,00	35,52	0,00	1,20%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
25273	09/12/2008	08/01/2009	VIVD4	VIVOPN EJ	30.000,00	35,13	1.053.900,00	1,20%	0,00%	748,57	0,00	748,57	100,00%	0,32%
Total					1.053.900,00					748,57	0,00	748,57	100,00%	0,32%
Total Bolsa					1.053.900,00					748,57	0,00	748,57	100,00%	0,32%
Resultado										748,57				

Renda Fixa

Código	Aplicação	Emiteente	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
16153	01/07/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,790908%	INPC	01/07/1996	31/01/2009	240.000,00	0,00000010	255.072,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
16155	01/10/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,821675%	INPC	01/07/1996	31/01/2009	120.000,00	0,00000010	131.554,80	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
16156	13/03/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,614856%	INPC	01/07/1996	30/01/2009	420.000,00	0,00000010	435.422,40	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
28004	01/04/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,649853%	INPC	01/07/1996	31/01/2009	420.000,00	0,00000010	436.703,40	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SUBTOTAL										1.200.000,00		1.288.752,60	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2520231	06/07/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,56868%	0,369899%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	5.250.000,00	3.717.08861702	12.207.276,04	19.514.715,24	0,00	19.514.715,24	6,98%	5,84%
2615470	31/08/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,571872%	0,36914%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	4.150.000,00	3.716.38807284	9.924.520,48	15.423.002,20	0,00	15.423.002,20	5,52%	4,62%
2731044	14/09/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,573212%	0,408213%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	800.000,00	3.716.09232570	1.924.916,83	2.972.873,86	0,00	2.972.873,86	1,06%	0,89%
SUBTOTAL										10.200.000,00		24.056.715,35	37.910.591,30	0,00	37.910.591,30	13,56%	11,35%
873	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/01/2009	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
874	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/01/2010	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
875	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/02/2009	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
876	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/02/2010	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
877	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/03/2009	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
878	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/03/2010	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
879	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2009	15.000,00	2.596.16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%



Página 2



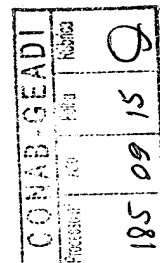
Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Ciente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Renda Fixa																
Código	Aplicação	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% SRF
880	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
881	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/05/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
882	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/05/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
883	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/06/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
884	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/06/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
885	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/07/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
886	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/07/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
887	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/08/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
888	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/08/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
889	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
890	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
891	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/10/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
892	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/10/2010	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
893	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/11/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
894	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/12/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
895	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/12/2009	15,0000	2,596,16349130	15,000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%
SUBTOTAL										334,0000		334,000,00	867.118,56	0,00	867.118,56	0,23%
3020947	25/01/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,631651%	10,107900%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	10,500,0000	1,779,80041804	14,939,488,97	18.687,904,39	0,00	18.687,904,39	6,68%
3125648	09/02/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,615879%	9,962204%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	3,500,0000	1,780,65162218	5,035,013,20	6,232,280,68	0,00	6,232,280,68	2,23%
3185985	09/03/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,554098%	9,363319%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	12,150,0000	1,763,98698241	17,936,556,10	21,675,478,29	0,00	21,675,478,29	7,75%
3377046	13/04/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,606180%	9,872599%	IPCA - C	15/07/2000	15/09/2010	4,400,0000	1,733,25195118	6,177,488,43	7,626,306,59	0,00	7,626,306,59	2,73%
4061131	09/11/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,481673%	8,730154%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	20,000,0000	1,706,41727825	29,982,007,88	34,128,255,66	0,00	34,128,255,66	12,20%
4120794	30/11/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,476825%	8,704159%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	7,500,0000	1,707,31458972	10,971,698,72	12,804,859,42	0,00	12,804,859,42	4,58%
4205246	20/12/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,404925%	8,031782%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	16,600,0000	1,730,88637449	24,941,810,20	28,732,763,62	0,00	28,732,763,62	10,27%
6412436	28/07/2007	STNC	NTN-B	0,000000%	1,254333%	6,674414%	IPCA - C	15/07/2000	15/08/2012	30,880,0000	1,793,66357974	50,724,007,69	55,029,598,63	0,00	55,029,598,63	19,68%
6776358	30/01/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,355275%	7,582366%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	5,550,0000	1,705,50221380	8,921,309,84	9,465,537,29	0,00	9,465,537,29	3,38%
6947893	09/04/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,394909%	7,940974%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	6,200,0000	1,683,81741487	10,071,474,66	10,439,667,97	0,00	10,439,667,97	3,73%
7254746	27/08/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,439929%	8,349750%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	3,000,0000	1,659,54769370	4,925,071,31	4,978,643,08	0,00	4,978,643,08	1,78%
7600961	10/12/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,515781%	9,041985%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	10,400,0000	1,619,5087318	16,723,308,84	16,842,902,68	0,00	16,842,902,68	6,02%





Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009
 Data de Posição: 31/12/2008
 Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Renda Fixa									
Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.
Quantidade									
PU Mercado									
Valor da Aplicação									
Valor Bruto									
Impostos									
Valor Líquido									
% SIFR									
% S/Total									
SUBTOTAL									
1420411	05/01/2005	STNC	NTN-C	0,000000%	0,516395%	8,037542%	IGP - M	01/07/2000	01/03/2011
2518082	04/07/2005	STNC	NTN-C	0,000000%	0,530386%	8,193086%	IGP - M	01/07/2000	01/03/2011
SUBTOTAL									
TOTAL									

Fundos de Investimento - Outros Fundos

Código	Fundo	Instituição	Quantidade	Qtde Bloq.	Valor Cota	Valor Aplic./Resg.	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% SIFI	% S/Total
BB INSTITUCIONAL											
BBINST	BB INSTITUCIONAL	BB DTYM	1,388.605,82226	0,00000	3,159809	0,00	4,387.867,78	0,00	4,387.867,78	14,16%	1,31%
BRADESCO											
BRADIBX	Bradesco IBX ATIVO	BRADESCO	265,155,66743	0,00000	6,466797	0,00	1,714.707,74	0,00	1,714.707,74	5,53%	0,51%
BRADESCO FIA DIVIDEN											
BRADINFR	Bradesco FIA INFRA-ESTRU	BRADESCO	1,971,050,65344	0,00000	0,840082	0,00	1,655,843,98	0,00	1,655,843,98	5,34%	0,50%
BRADESCO FIA DIVIDEN											
BRADIVI	BRADESCO FIA DIVIDEN	BRADESCO	729,683,85036	0,00000	2,629719	0,00	1,918,863,34	0,00	1,918,863,34	6,19%	0,57%
FATOR INSTITUCIO											
FATINS	FIA FATOR INSTITUCIO	FATOR	535,71603	0,00000	9,319,859101	0,00	4,992,797,92	0,00	4,992,797,92	16,11%	1,49%
FDO IMOBIL HERMES											
HERMEC	FDO IMOBIL HERMES	MERCSP	3,028,00000	0,00000	873,262395	0,00	2,644,238,53	0,00	2,644,238,53	8,53%	0,79%
MEMORIAL OFFICE											
MEMOR	MEMORIAL OFFICE	RMC	35,649,00000	0,00000	101,348549	0,00	3,612,974,42	0,00	3,612,974,42	11,66%	1,08%
FIA MERCATO GER FUT											
MERCFA	FIA MERCATO GER FUT	MELLON	1,113,478,08818	0,00000	4,189719	0,00	4,665,160,28	0,00	4,665,160,28	15,05%	1,40%
PACTUAL DIVID FIA											
PACTDIV	PACTUAL DIVID FIA	PACTUAL	2,577,682,10786	0,00000	0,951354	0,00	2,452,288,69	0,00	2,452,288,69	7,91%	0,73%
PACTUAL SELECT BOLSA											
PACTSEL	PACTUAL SELECT BOLSA	PACTUAL	80,935,70300	0,00000	2,632257	0,00	213,043,67	0,00	213,043,67	0,69%	0,08%
SCHRODER PERFOR FIA											
SCHRPER	SCHRODER PERFOR FIA	SCHRODER	759,285,12044	0,00000	3,625826	0,00	2,731,172,00	0,00	2,731,172,00	8,81%	0,82%
TOTAL											
30,988,958,35											
99,98%											
9,27%											

Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% SITES	% S/Total
Ajuste de Fatura de empréstimo doador de ações, papel [TNLP4], na [034]	(90,84)	(0,01%)	0,00%
Ajuste de Fatura de empréstimo doador de ações, papel [VIVO4], na [034]	(99,85)	(0,01%)	0,00%
COFINS s/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(242,06)	(0,02%)	0,00%
CSLL s/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(80,58)	(0,01%)	0,00%
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 112,500 de BBDC4 em 02/01/2009 [CCI13003]	1,487,16	0,12%	0,00%
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 20,000 de UBBR11 em 31/12/2009 [CCI13003]	138,00	0,01%	0,00%
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 33,750 de ITAUA em 02/01/2009 [CCI13003]	405,00	0,03%	0,00%

CONAB - GEADI			
Processo	Ass	Folha	Rubrica
185	09	16	9



Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009
 Data de Posição: 31/12/2008
 Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Contas a Pagar/Receber			
Descrição	Valor	% SITE	% STotal
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 63,000 de ITSA4 em 02/01/2009 [CC/13003]	882,00	0,07%	0,00%
Empr. de Ações a receber para o papel VIVO4 na 034 em 08/01/09	847.200,00	67,28%	0,25%
Fatura de Empr. de Ações Doadora do papel [VIVO4] na 034 em 08/01/09	748,57	0,06%	0,00%
Fatura de empréstimo doador de ações, papel [TNLP4], na 034	590,33	0,05%	0,00%
IRRF s/ Taxa de Custódia a Pagar em 14/01/2009	(121,03)	(0,01%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.12 a rec. s/ 20,000 de UBBR11 em 30/01/09 [CC/13003]	2.328,59	0,18%	0,00%
Juros s/ capital de 0.14 a rec. s/ 80,000 de BRT04 em 31/12/49 [CC/13003]	11.567,23	0,92%	0,00%
Juros s/ capital de 0.21 a rec. s/ 36,000 de BRT04 em 31/12/49 [CC/13003]	7.726,59	0,61%	0,00%
Juros s/ capital de 0.21 a rec. s/ 7,000 de BRT04 em 31/12/49 [CC/13003]	1.502,39	0,12%	0,00%
Juros s/ capital de 0.39 a rec. s/ 33,750 de ITAU4 em 30/01/09 [CC/13003]	13.150,68	1,04%	0,00%
Juros s/ capital de 0.45 a rec. s/ 80,000 de BRT04 em 31/12/49 [CC/13003]	35.807,08	2,84%	0,01%
Juros s/ capital de 0.52 a rec. s/ 36,000 de BRT04 em 31/12/49 [CC/13003]	18.571,62	1,47%	0,01%
Juros s/ capital de 0.52 a rec. s/ 7,000 de BRT04 em 31/12/49 [CC/13003]	3.611,15	0,29%	0,00%
Juros s/ capital de 0.53 a rec. s/ 112,500 de BBDC4 em 09/03/09 [CC/13003]	70.720,95	5,62%	0,02%
Juros s/ capital de 0.73 a rec. s/ 27,000 de TNLP4 em 31/12/49 [CC/13003]	19.726,20	1,57%	0,01%
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 22,000 de USIM5 em 31/12/49 [CC/13003]	17.525,42	1,39%	0,01%
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 267,000 de PETR4 em 31/12/49 [CC/13003]	213.600,00	16,96%	0,06%
PIS/PASEP s/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(52,44)	0,00%	0,00%
Rendimento de 0.00 a rec. s/ 27,000 de TNLP4 em 31/12/2049 [CC/13003]	105,30	0,01%	0,00%
Tx Custódia Líquida a Pagar em 08/01/2009	(7.572,72)	(0,60%)	0,00%
TOTAL	1.259.154,64	99,98%	0,38%
Tesouraria			
Descrição	Valor	% SITE	% STotal
Saldo em Tesouraria	3.100,13	100,00%	0,00%
TOTAL	3.100,13	100,00%	0,00%
Patrimônio			
Total do Patrimônio	334.118.691,72		

CONAB-GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rubrica
185	09	17	2



Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Rentabilidade Acumulada									
Indexador	Benchmark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Variação Anual	Últimos 6 Meses	Últimos 12 Meses		
CDI	67,3173%	(0,0165%)	0,05064830%	1,11015690%	12,36984500%	6,62666090%	12,36984600%		
COTA			0,03406500%	1,07673070%	2,83893160%	(2,62843070%)	2,83893160%		
Valor da Cota Bruta de Performance	245,34519200								
Quantidade de Cotas (Líquida)	1,361,831,39187300								
Quantidade de Cotas (Bruta)	1,361,831,39187300								
Valor da Cota Unitária (Líquida)	245,34512400								
Valor da Cota Unitária (Bruta)	245,34512400								

CONAB-GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rúbrica
185	09	18	

7. Fluxo financeiro de projetos ou programa financiados com recursos externos

Não se aplica à Conab

8. Renuncia Tributária

Não se aplica à Conab

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica à Conab.

10. Operações de fundos

A Conab não está inserida neste item

11. Despesas com cartão de crédito

Quadro 11.01
Cartão de Crédito Cooperativo
SUREG/RONDÔNIA

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	–	–	–	–
2007	–	–	–	–
2008	112	3.114,55	34	7550

Limite de utilização total da UG: R\$12.000,00		
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 – 33.90.33 - 33.90.36 – 33.90.39 – 33.90.47		
Limites concedidos a cada portador:		
Portador:	Limite mensal (R\$)	Limite anual (R\$)
Carlos Alberto alonso Pontes	1.000,00	12.000,00
Maria Célia Alves da Silva	1.000,00	
Jorge Farias Dias	1.000,00	

Quadro 11.02
UNIDADE ARMAZENADORA DE VILHENA

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	–	–	–	–
2007	–	–	–	–
2008	23	797,54	4	120,00

Limite de utilização total da UG: R\$3.000,00		
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 – 33.90.33 - 33.90.36 – 33.90.39 – 33.90.47		
Limites concedidos a cada portador:		
Portador:	Limite mensal (R\$)	Limite Anual (R\$)
Carlos Celso Barros Martins	250,00	3.000,00

Quadro 11.03
UNIDADE ARMAZENADORA DE PORTO VELHO/RO

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	–	–	–	–
2007	–	–	–	–
2008	12	736,45	9	180,00

Limite de utilização total da UG: R\$2.400,00		
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 – 33.90.33 - 33.90.36 – 33.90.39 – 33.90.47		
Limites concedidos a cada portador:		
Portador:	Limite mensal (R\$)	Limite Anual (R\$)
Roosevelt José Miranda	200,00	2.400,00

Quadro 11.04
UNIDADE ARMAZENADORA DE RIO BRANCO/ACRE

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	–	–	–	–
2007	–	–	–	–
2008	19	829,58	3	90,00

Limite de utilização total da UG: R\$3.600,00		
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 – 33.90.33 – 33.90.36 – 33.90.39 – 33.90.47		
Limites concedidos a cada portador:		
Portador:	Limite mensal (R\$)	Limite Anual (R\$)
Amiraldo Gomes Pereira	300,00	3.600,00
Ducileide Ferreira de Almeida	300,00	

Quadro 11.05
UNIDADE ARMAZENADORA DE CACOAL/RO

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	–	–	–	–
2007	–	–	–	–
2008	29	648,13	4	75,00

Limite de utilização total da UG: R\$3.000,00		
Natureza dos gastos permitidos: 33.90.30 – 33.90.33 --33.90.36 – 33.90.39 – 33.90.47		
Limites concedidos a cada portador:		
Portador:	Limite mensal (R\$)	Limite Anual (R\$)
Odilon Marcelino de Oliveira	250,00	3000
Martazalém Lopes Santana	250,00	

Em razão da necessidade de se proceder remanejamento de pessoal no âmbito da Sureg/RO, aliado ainda a ausência de empregados por motivos de férias regulamentares, os limites concedidos aos portadores de cartões de créditos sofreram as seguintes alterações:

1 - Carlos Alberto Alonso Pontes, correspondente ao período de 01.06.2008 a 17.07.2008, em função de transferência do empregado da sede da Sureg/RO para a Unidade Armazenadora de Porto Velho/RO.

2 - Maria Célia Alves da Silva, correspondente ao período de 18.07.2008 à 31.10.2008, em função de transferência da empregada do Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade, para o Setor Contábil Financeiro – Secof.

3 - Jorge Farias Dias, correspondente ao período de 01.10.2008 à 31.12.2008.

4 - Ducileide Ferreira de Almeida, correspondente ao período de 09.10.2008 à 31.10.2008, em função das férias regulamentares do titular do cartão.

5 - Martazalém Lopes Santana, correspondente ao período de 01.09.2008 à 30.09.2008, em função das férias regulamentares do titular do cartão.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno – Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto no anexo II da DN/TCU nº 93/2008.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208019	Aprimoramento dos procedimentos de Cotação Prévia de preços nos processos de compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea	Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI	A Sureg/RO passou a identificar nas pesquisas de preços os responsáveis pela fonte da informação, com o nome, número de RG e assinatura do informante.
	Aprimoramento das Ações de Fiscalização, constando nos relatórios, a descrição dos produtores visitados e dos produtos que estes produzem	Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI	A Sureg/RO vem orientando os técnicos responsáveis pelas fiscalizações quando da elaboração dos relatórios, que faça constar todas as informações referente à produtores, produtos e beneficiários consumidores, de forma a demonstrar o real andamento dos projetos em todas as suas etapas.
	Efetuar maior conferência no ato da emissão de notas de empenhos, evitando registro indevidos de despesas em Unidades jurisdicionadas à Sureg/RO.	Setor Contábil e Financeiro - SECOF	A Sureg/RO, vem orientando a equipe do Setor responsável pela elaboração de notas de empenho, para que fatos dessa natureza não se repitam.
	Falta de Identificação do rol de Responsável pela Conformidade Contábil	Gerência de Finanças e Administração - GEFAD	A Sureg/RO discordou do posicionamento da CGU, uma vez que conforme documento juntado no Plano de Providências, encontrava-se relacionado no código 207 o nome da Contadora desta Sureg/RO.

13. Determinações e recomendações do TCU

Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, conforme disposto no anexo II da DN/TCU nº 93/2008.

Não houve ocorrência no âmbito da Sureg/Rondônia

14 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Suregs	Atos/Quantidades													
	Admissões							Demissões						
	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Diretor	Conselho	Total	Registro no SISAC	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Conselho	Aposentados	Total	Registro no SISAC
AM	1	48	-	-	-	49	1	1	1	-	-	-	2	1
BA	3	33	-	-	-	36	3	-	-	-	-	1	1	0
CE	4	19	-	-	-	23	4	-	-	-	-	1	1	0
ES	4	22	-	-	-	26	4	1	-	-	-	2	3	1
GO	8	60	-	-	-	68	8	-	-	-	-	1	1	0
MA	1	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	0	0
MG	4	74	-	-	-	78	4	1	-	-	-	6	7	1
MS	3	20	-	-	-	23	3	1	-	-	-	-	1	1
MT	3	31	-	-	-	34	3	3	-	-	-	1	4	3
PA	6	2	-	-	-	8	6	-	-	-	-	2	2	0
PB	0	72	-	-	-	72	0	1	-	-	-	-	1	1
PE	5	109	-	-	-	114	5	1	-	-	-	5	6	1
PI	4	22	-	-	-	26	4	-	-	-	-	1	1	0
PR	3	4	-	-	-	7	3	-	-	-	-	5	5	0
RJ	3	58	-	-	-	61	3	-	1	-	-	2	3	0
RN	1	22	-	-	-	23	1	-	-	-	-	-	0	0
RO	5	21	-	-	-	26	5	1	-	-	-	1	2	1
RS	3	12	-	-	-	15	3	-	-	-	-	1	1	0
SC	4	1	-	-	-	5	4	3	-	-	-	3	6	3
SP	1	11	-	-	-	12	1	2	-	-	-	-	2	2
TO	1	5	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-	0	0
Matriz	56	139	10	1	3	209	56	31	1	4	4	37	77	31
Total	123	786	10	1	3	923	123	46	3	4	4	69	126	46

Fonte: Conab/Sureh

A divergência com o SISAC na quantidade de admissões e demissões se deve ao fato deste não considerar os empregados anistiados e de Contratos Especiais, 800 e 11 respectivamente, para fins de registros.

Na Sureg/Rondônia foram efetivados 05 (cinco) contratos padrão e 21 (vinte e um) contratos de anistia, totalizando um quantitativo de 26 contratações. Ainda ocorreu 01 (uma) demissão de contrato padrão e 01 (uma) aposentadoria.

Com referências às aposentadorias, no caso da Conab, estas informações não são prestadas, pois tal benefício se dá no âmbito do INSS por solicitação do empregado, inclusive, podendo permanecer com vínculo com a Companhia.

Com relação a pensão a Companhia não concede este benefício em função de sua natureza jurídica.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a IV ° do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº 56, de 5/12/2007.

Não houve ocorrência no âmbito da Sureg/RO

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

1) Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade

Quadro 16.01

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
RO	51	1.609.237,58	51	1.848.130,90	75	2.365.825,19

Obs. Todos os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT

2) Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo

Não existe ocupantes de função de confiança sem vínculo no âmbito da SUREG-RO/AC

3) Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)

A Conab não tem empregados contratados em regime de contratação temporária, ao abrigo da Lei n.º 8.745/93.

4) Serviços Terceirizados

Quadro 16.02

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
RO/AC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	16	265.842,16	16	285.613,24	16	295.361,93
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	30.486,66	2	23.918,08	2	37.899,96
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	24	33.787,83	24	110.761,31	24	53.414,88
	Estagiários	11	61.584,25	10	71.227,59	19	90.860,95
	Total Pessoal Terc. + Estag	53	391.700,90	52	491.520,22	61	477.537,72

5) Pessoal requisitado de outros órgãos, com ônus para a Conab

Não existe nenhum caso no âmbito da SUREG-RO/AC.

6)Pessoal cedido pela Conab, com ônus

Quadro 16.03

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
RO	4	66.967,53	5	75.704,88	13	148.056,66
Total	4	66.967,53	5	75.704,88	13	148.056,66

7)Pessoal envolvido em ações finalísticas e pessoal envolvido em ações de suporte

Quadro 16.04

Sureg	Área Meio		Área Fim	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
RO	49	1.624.798,82	26	741.026,37

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal;

Quadro 18.01

Demonstrativo da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Em R\$

Conselheiros	Conselho		Total
	Administração	Fiscal	
José Sebastião Chaves dos Santos	-	2.067,47	2.067,47
Edilson Guimarães	24.861,18	-	24.861,18
Evanir Valentim de Melo da Mota	-	12.456,36	12.456,36
Guilherme Costa Delgado	24.861,18	-	24.861,18
José Menezes Neto	12.404,82	-	12.404,82
Lauro Cesar de Vasconcelos	-	12.404,82	12.404,82
Lúcia Aida Assis de Lima	-	24.861,18	24.861,18
Maçao Tadano	12.456,36	-	12.456,36
Marcus Vinicius Socio Magalhães	-	12.404,82	12.404,82
Maria das Graças Fontes	24.988,82	-	24.988,82
Maurício Andrade Coura	-	12.456,36	12.456,36
Silas Brasileiro	24.861,18	-	24.861,18
Wagner Gonçalves Rossi	24.861,18	-	24.861,18
Total	149.294,72	76.651,01	225.945,73